

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

**A HISTÓRIA DO BATALHÃO SUEZ: AÇÕES, REAÇÕES E ARTICULAÇÕES
COTIDIANAS NA FAIXA DE GAZA (1957-1967).**

Júlio Ribeiro Xavier

Pelotas, 2015

Júlio Ribeiro Xavier

**A HISTÓRIA DO BATALHÃO SUEZ: AÇÕES, REAÇÕES E ARTICULAÇÕES
COTIDIANAS NA FAIXA DE GAZA (1957-1967).**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História
do Programa de Pós-Graduação da
Universidade Federal de Pelotas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira

Pelotas, 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

X3h Xavier, Júlio Ribeiro

A história do Batalhão Suez: ações, reações a articulações cotidianas na Faixa de Gaza (1957-1967) / Júlio Ribeiro Xavier; Marcos César Borges da Silveira, orientador. – Pelotas, 2015.
114f.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Batalhão Suez; 2. Força de Paz; 3. Cotidiano; 4. História I. Silveira, Marcos César Borges da, orient. II. Título.

CDD: 355.48

Júlio Ribeiro Xavier

**A HISTÓRIA DO BATALHÃO SUEZ: AÇÕES, REAÇÕES E ARTICULAÇÕES
COTIDIANAS NA FAIXA DE GAZA (1957-1967).**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 28 de maio de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira (Orientador)
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (Examinador)
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Prof^a. Dr^a. Ana Inez Klein (Examinadora)
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (Examinador)
Universidade Federal do Rio de Grande - FURG

Agradecimentos

Agradeço e louvo aos meus pais, *in memoriam*, pela confiança depositada nos meus desafios desde o começo desta longa caminhada. A eles que, incondicionalmente, acreditaram e torceram juntos pela minha luta diária eu dedico mais essa vitória alcançada.

Cabe registrar os meus sinceros e profundos agradecimentos:

Ao Professor Paulo Leira Parente pelas orientações sobre o Batalhão Suez ainda na Especialização em História Militar do Brasil no ano de 2007 na UNIRIO.

Ao Professor Fernando da Silva Rodrigues que como orientador e guardião das “preciosidades” do Arquivo Histórico do Exército me apresentou as “caixas pretas” do Batalhão Suez e me convenceu a dar um novo rumo as minhas investigações.

Ao Sargento Álvaro, também do Arquivo Histórico do Exército, que sendo um historiador como eu, pela paciência e prontidão em atender aos nossos pedidos.

Ao Professor Edgar Ávila Gandra que acreditou na minha proposta de pesquisa e confiou no meu trabalho.

Ao Professor Marcos César Borges da Silveira pela orientação, apoio e motivação na condução das nossas pesquisas na busca de um trabalho diferenciado e no incentivo para um eventual aproveitamento de êxito.

Aos veteranos do Batalhão Suez residentes na cidade de Pelotas, não só pelas entrevistas, mas pela confiança depositada no nosso trabalho e também por nos receber em suas residências e locais de trabalho: Edeimar Correa Lopes, Carlos Alberto de Moraes, José Roberto Davi, Gilberto Ebersol, os irmãos Victor Manuel Vighi e José Américo Vighi e a Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez – Seção de Porto Alegre-RS, na pessoa do senhor Theodoro Júnior.

Oh! Divina arte da sutileza e da dissimulação! Por teu intermédio aprendemos a ser invisíveis, a ser inaudíveis e assim reter em nossas mãos o destino do inimigo.
A Arte da Guerra, SUN TZU, Séc. VI aC.

Resumo

XAVIER, Júlio Ribeiro. **A história do Batalhão Suez: ações, reações e articulações cotidianas na Faixa de Gaza (1957-1967)** 2015. 114f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

O presente estudo tem por objetivo compreender aspectos do cotidiano dos militares do Batalhão Suez, na Missão de Paz, da Organização das Nações Unidas (ONU), entre os anos de 1957 até 1967, no Oriente Médio. A pesquisa procurou analisar os diversos aspectos da missão, bem como da conduta desses militares no seu dia a dia. Em nossas investigações utilizamos uma variedade de documentos oficiais, correspondências pessoais e de autoridades; consulta ao site do Batalhão Suez e entrevistas com os ex-integrantes, a fim de atingir essa finalidade. Através do cruzamento dessas informações foi possível conhecer a sistemática da missão durante esses dez anos, além de analisar as razões daqueles que se voluntariavam para servir no Batalhão e entender o funcionamento das relações no processo de seleção para ingressar na Missão.

Palavras-chave: Batalhão Suez; força de paz; cotidiano; História

Abstract

XAVIER, Júlio Ribeiro. **The history of the Suez Battalion: actions, reactions and everyday joints in the Gaza Strip (1957 to 1967)** 2015, 114f. Dissertation - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

This study aims to understand aspects of daily life of the military from Suez Battalion, the peacekeeping mission of the United Nations (UN), between the years 1957 to 1967 in the Middle East. The research sought to examine the various aspects of mission and the conduct of these military in their day to day. In our investigations we used a variety of official documents, personal correspondence and authorities; consulting the site of Suez Battalion and interviews with former members in order to achieve that aim. Through the crossing of this information, it was possible to know the systematic mission during these 10 years, in addition to analyzing the reasons of those who volunteered to serve in the Battalion and understand the functioning of relations in the selection process to join the mission.

Key-words: Suez Battalion; peace corps; everyday; History

Lista de Figuras

Figura 1	Fotografia de JK em solenidade de despedida do Batalhão Suez	36
Figura 2	Diploma de Batismo do “Rei Netuno”	58
Figura 3	Fotografia de cerimônia de batismo no navio da Marinha	59
Figura 4	Fotografia de desembarque de trem em Gaza	60
Figura 5	Organograma do Batalhão Suez	61
Figura 6	Fotografia de militares da CCSv acompanhados de indianos	62
Figura 7	Mapa de distribuição da UNEF na Faixa de Gaza	63
Figura 8	Fotografia de militares “antigos”	69
Figura 9	Fotografia de militares realizando a manutenção da ADL	72
Figura 10	Mapa do desdobramento da UNEF na Linha de Fronteira Internacional	74
Figura 11	Fotografia de militares da PTA-2 em formatura	80
Figura 12	Fotografia de militares em visita às pirâmides	84
Figura 13	Fotografia da <i>Piastra</i> , moeda utilizada pela UNEF	85
Figura 14	Fotografia de alojamentos do Batalhão em alvenaria	88
Figura 15	Fotografia de soldados consumindo cervejas no alojamento	89
Figura 16	Fotografia da banda <i>Brazilian Boys</i>	90
Figura 17	Fotografia de militares no <i>show</i> de talentos	92

Lista de Abreviaturas e Siglas

I Ex	Primeiro Exército
1ª RM	Primeira Região Militar
1ª DI	Primeira Divisão de Infantaria
2º BI Mtz (Es)	Segundo Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola)
3ª DI	Terceira Divisão de Infantaria
III/2º RI	Terceiro Batalhão do Segundo Regimento de Infantaria
11º BC	Décimo Primeiro Batalhão de Caçadores
16º RI	Décimo Sexto Regimento de Infantaria
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
BI	Boletim Interno
Btl	Batalhão
CABES	Comissão de Apoio ao Batalhão Expedicionário de Suez
Cap	Capitão
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
Cb	Cabo
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CCS	Companhia de Comando e Serviços
Cel	Coronel
Cia	Companhia
CIG	Campo de Instrução de Gericinó
COM	Código Penal Militar
ECEME	Escola de Comando de Estado Maior do Exército
EsIE	Escola de Instrução Especializada
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
GB	Guanabara
IBC	Instituto Brasileiro do Café
INA	Indústria Nacional de Armas
IPM	Inquérito Policial Militar
Maj	Major

MB	Marinha do Brasil
MINUSTAH	<i>Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti</i>
Mq	Mosquetão
Mrt	Morteiro
PC	Posto de Comando
PO	Posto de Observação
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
QG	Quartel General
QMP	Qualificação Militar Profissional
QOE	Quadro de Oficiais Especialistas
RAU	República Árabe Unida
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
SARFA	Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas
Sd	Soldado
Sgt	Sargento
ST	Subtenente
Ten	Tenente
Ten Cel	Tenente Coronel
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas
UNSCOB	Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs

Sumário

1 Introdução	13
2 Um estudo sobre a História Militar	23
2.1 As origens da História Militar	23
2.2 Uma Nova História Militar no Brasil: caminhos percorridos na historiografia	28
3 A criação do Batalhão Suez	34
3.1 Batalhão Suez: a construção da missão no Oriente Médio	34
3.2 O Batalhão Suez: somente missão de paz	37
3.3 Seleção, recrutamento e preparação dos voluntários	38
3.4 As histórias nas cartas dos voluntários indicados, preteridos e excluídos	42
3.5 Os contingentes do Batalhão Suez formados no sul do Brasil	50
3.6 O 20º Contingente e a missão derradeira	53
4 Rumo a um cotidiano desconhecido	56
4.1 O deslocamento para a região do Egito: novas descobertas	56
4.2 A composição e organização do Batalhão Suez	60
4.3 O expediente no <i>Brazilian Headquarters</i>: tensão e indisciplina do dia a dia	64
4.4 A LDA: o cotidiano na fronteira entre Egito e Israel	72
4.5 Os “contrabandistas de café” do Batalhão Suez: punições com agravante	77
4.6 A Estação Rádio PTA: amenizando a saudade do Brasil	79
4.7 Os <i>Leaves</i>: imagens do lazer no Oriente Médio.....	82
4.8 Servir no Batalhão Suez: aventura e motivação financeira	83
4.9 Imagens do <i>Brazilian Headquarters</i>: um cotidiano de transformação e convivência ao longo de dez anos	86
5 Considerações Finais	93
Referências	96
Anexos	103

1 Introdução

Ao despertar o interesse por este trabalho vem à lembrança dos primeiros contatos com os integrantes do Batalhão Suez. Em 1980, ainda adolescente e residindo no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, em um bairro próximo da Vila Militar, uma região formada por vários quartéis do Exército Brasileiro, havia o convívio constante com os militares de baixa patente que residiam nos bairros próximos daquela região. Mas era nas comemorações do dia Sete de Setembro, realizadas todos os anos no centro da cidade do Rio de Janeiro, que nos despertava uma curiosidade durante a apresentação daqueles homens vestidos com um uniforme cinza e com uma boina azul piscina, que desfilavam logo após os veteranos da Força Expedicionária Brasileira - FEB. O locutor anunciava: “desfila neste momento os integrantes do Batalhão Suez”. Eu nunca soube realmente de quem se tratavam e o que fizeram aqueles homens. Foram para a guerra? O tempo se passou e eu continuei sem saber e também não me interessei em conhecer o que era o tal Batalhão Suez.

Anos mais tarde, como militar e na função de docente em um estabelecimento de ensino militar destinado ao aperfeiçoamento de sargentos do Exército Brasileiro, ministrando aulas de História Militar¹, novamente voltei a conviver com o assunto Batalhão Suez, mas dessa vez com a incumbência de desvendar o mistério do Batalhão. O que eles fizeram!

Como responsável pela disciplina História Militar do Brasil recebi a responsabilidade de abordar as origens das participações do Brasil nas Missões de Operações de Paz, que ora fazem parte do noticiário nacional.

Tendo como discentes, militares do Exército, experientes, de todo o Brasil, muitos deles ex-integrantes de missões de paz realizadas em Moçambique (1994), Angola(1995), Timor Leste(1999) e Haiti(2004) percebi a necessidade de investigar a História do Batalhão Suez. A partir dessa perspectiva entendi que estava na hora de conhecer a importância daqueles homens de uniformes bege e a boina azul piscina, que sempre abriam os desfiles de Sete de Setembro, junto com os

¹ A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), criada em 1998, é um estabelecimento de Ensino do Exército Brasileiro destinada ao aperfeiçoamento profissional de todos o 2º sargentos do Exército e está localizada na cidade de Cruz Alta-RS.

veteranos da FEB, mas que não recebiam os mesmos aplausos. A partir dessa observação eu me questionava porque a História do Batalhão Suez é de total desconhecimento dos brasileiros.

No entanto, são inúmeras as produções historiográficas sobre a participação do Brasil na Segunda Mundial, onde muitas obras narram o cotidiano de nossos pracinhas nos campos de combate, na Itália. De fato, existe uma enorme produção sobre a FEB, mas porque se desconhece os feitos do Batalhão Suez que permaneceu por mais de dez anos na fronteira entre Israel e Egito?

É notório que a participação do Brasil na Missão de Paz no Haiti tem recebido especial atenção da mídia nacional. Não resta a menor dúvida que a essa missão de paz² tem uma finalidade, o que vem despertando inúmeras discussões, pois a motivação principal apresentada para esta atuação tem sido a necessidade de projeção do país no cenário internacional e a tentativa de inclusão do Brasil como país membro permanente do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas. As críticas que geralmente são apresentadas pela imprensa e outros órgãos estão relacionadas aos custos, riscos e as condições de trabalho dos militares brasileiros nesta missão.

Para o Brasil exercer o comando da força de paz no Haiti é um passo importante nessa empreitada. Trata-se do primeiro comando brasileiro de uma força de paz internacional. Ainda que o objetivo seja humanitário o fato é que chefiar a missão é politicamente importante para o governo brasileiro porque qualifica o Brasil para atuar de forma efetiva em outras regiões do planeta.³

² Desde 2004 até os dias atuais, no Haiti, o Brasil lidera a Missão de Paz da ONU, denominada MINUSTAH, em francês, *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*, em português, Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti. Os batalhões de infantaria que operam na região recebem a denominação de Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABAT). O 9º Batalhão de Infantaria Motorizado (9º BI Mtz), localizado na cidade de Pelotas-RS, estará formando e preparando em meados de 2015, militares do Batalhão e de outras organizações militares do Exército que constituirão o novo contingente do BRABAT que atuará no Haiti em 2016. Será o BRABAT-23. Em 2011 militares do 9º BI Mtz constituíram o contingente do BRABAT-20.

³ O Brasil, como outros países que ganharam importância nas últimas décadas, defende a reformulação do Conselho de Segurança (CS) da ONU, sua principal instância deliberativa. O Conselho de Segurança é composto de cinco membros permanentes (EUA, China, França, Reino Unido e Federação Russa) e dez rotativos. Na prática, são os membros permanentes que controlam as decisões, pois têm poder de veto. Com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, a necessidade de equilibrar o poder dos EUA e seus aliados contribuiu para que esses outros países reivindicuem uma participação maior nas decisões da ONU.

O Brasil formou, com o Japão, a Alemanha e a Índia, o G-4, grupo que pleiteia a criação de mais seis vagas permanentes no Conselho, além de outras rotativas. O Japão saiu do grupo em 2006 e procurou apoio dos EUA. O G-4 deseja participar como membro permanente do CS, inicialmente sem poder de veto, sendo as vagas restantes destinadas a um país asiático (Japão) e a países africanos.

A Faixa de Gaza que tem sido palco permanente do longo conflito judeu-palestino e o assunto constante do noticiário internacional, já foi o centro das atenções de muitas famílias brasileiras. Apesar desse fato, boa parte da população não tem conhecimento que o Brasil enviou para aquela região, durante cerca de dez anos, pouco mais de seis mil militares do Exército Brasileiro. Entre 1957 e 1967 muitos jovens do Brasil deixaram seus lares em busca de aventura e melhor situação financeira. O Batalhão Suez, como ficou conhecido na época o contingente de militares que atuou no Oriente Médio a serviço da Organização das Nações Unidas (ONU), recebeu a missão de apaziguar o conflito entre Israel e Egito. O Batalhão integrou a Força de Emergência das Nações Unidas - UNEF que era composta por vários países.

Localizada no Egito a região de Suez foi o local escolhido para a construção de um canal que ligava essa região, no Mar Vermelho, ao Port Said, no Mar Mediterrâneo. Ele diminuiria a distância comercial entre a Ásia e a Europa.

Por meio da concessão do governo egípcio, em 1854, os franceses formaram a Companhia Universal do Canal Marítimo Suez que tinha por objetivo construir o canal e explorá-lo por noventa e nove anos a partir da sua abertura. Somente em 1859 a construção começou e levou dez anos para ser concluída. Nos primeiros anos, sua administração ficou a cargo dos egípcios e dos franceses. Em 1875 o Egito vendeu sua parte do canal para o Reino Unido, em decorrência de uma crise econômica ocasionada, em parte, pelos investimentos na construção da obra.

O Egito vivia uma crise após o término da primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949). O rei Farouk foi acusado de ser responsável pela derrota do Egito diante de Israel e sua submissão ao Reino Unido. Em julho de 1952 um grupo de oficiais liderados pelo general Mohamed Naguib e pelo coronel Gamal Abdel Nasser, denominado “Oficiais Livres” ⁴, depõe o rei Farouk e proclamam a república. O general Mohamed Neguib foi então escolhido como primeiro presidente da República do Egito. Em 1954 Nasser derruba Naguib e se torna presidente. Inicia reformas econômicas, sociais e militares. Diante da crise financeira que atingia o

A Argentina e o México se opõem à pretensão brasileira de ser o representante da América Latina. Da mesma forma, a Alemanha sofre oposição da Itália, o Japão, da China; a Índia, do Paquistão. EUA e China já se uniram para impedir a ampliação do CS.

⁴ Organização militar do Egito fundada por Gamal Abdel Nasser e outros oficiais após a derrota de Egito na guerra de 1948 com Israel e cujo objetivo era salvar a honra do exército bem como derrotar o rei Farouk. Seu governo se assentava com o apoio do Reino Unido.

país e na tentativa de prosseguir no objetivo das reformas Nasser procura apoio financeiro dos EUA, Inglaterra, França e o Banco Mundial, mas recebe a recusa de todos. O que deixava como única opção um empréstimo soviético então proposto. Portanto, uma associação ao bloco comunista na Guerra Fria, ou a nacionalização do canal, único empreendimento do País capaz de, com sua renda, financiar a construção de uma barragem. O financiamento para construir a Alta Represa do Nilo, em Assuã⁵, visava regular as águas do rio Nilo a fim de melhorar aproveitamento econômico da produção agrícola.

Em vinte seis de julho de 1956, discursando para uma multidão na cidade de Alexandria, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser anunciou a nacionalização⁶ do Canal de Suez, até então administrado pela Companhia do Canal de Suez, controlada por acionistas franceses e britânicos.

A nacionalização do Canal de Suez por Nasser implicou na tomada pelo Estado egípcio de uma empresa anglo-francesa que, muito mais que um empreendimento empresarial, era a herança da presença inglesa na região desde 1857, quando da compra das ações egípcias do Canal. Para os franceses era a continuação de sua influência no Egito.

A primeira reação foi de Israel que invadiu o Egito marchando para Suez, pois Nasser garantiu a livre navegação de embarcações de qualquer país – menos a Israel, que nem sequer foi reconhecido pelo Egito. Enquanto Israel atacava o Egito, França e Reino Unido passam a ter um pretexto para o envio de ultimato para os dois países em conflito para retirada de suas tropas. Com a rejeição de Israel e do Egito do cessar-fogo, forças anglo-francesas adentraram a região de Suez no dia trinta e um de outubro de 1956 e bombardearam instalações militares egípcias, ocupando parte do Canal.

Após os ataques URSS e os Estados Unidos deram um ultimato exigindo a retirada das tropas francesas, britânicas e israelenses do Egito. Com as pressões internacionais França, Reino Unido⁷ e Israel acordaram um cessar-fogo e o governo

⁵ Nasser propunha a construção da barragem de Assuã como a maior obra de infra-estrutura egípcia, capaz de regularizar a agricultura, dobrar a quantidade de terras cultiváveis e aumentar a produção de hidroeletricidade, permitindo a industrialização e modernização da economia egípcia. Assuã era condição para a modernidade egípcia, meta maior da revolução de 1952.

⁶ A nacionalização é um ato do Estado que é regida por lei, local ou internacional, que demanda o ressarcimento pelo Estado do valor financeiro investido na empresa nacionalizada.

⁷ O Reino Unido é formado pela Grã Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e Irlanda do Norte.

egípcio buscou o apoio e a mediação da Organização das Nações Unidas - ONU⁸, com a promessa de manutenção de sua soberania.

Assim, em assembléia geral, o Scretário-Geral da ONU Dag Hammarskjold, propôs a criação de “um comando das Nações Unidas para uma Força Internacional de Emergência”, sendo criada assim a UNEF.

O Batalhão Suez, que junto com os exércitos de mais oito países, (Canadá, Colômbia⁹, Dinamarca, Índia, Indonésia, Noruega, Suécia e Iugoslávia) constituiu a UNEF, *United Nations Emergency Force*¹⁰, criada com a finalidade de apaziguar a Guerra no Canal de Suez (1956/57).¹¹

Após a formalização do convite da ONU para integrar a UNEF o governo brasileiro providenciou o mecanismo legal que possibilitasse honrar o compromisso assumido junto a esse órgão internacional.

O período da missão na região de Suez compreendeu os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (Jan a Ago 1961), João Goulart (1961-1964), general Castelo Branco (1964-1967) e o general Costa e Silva (1966-1969), encerrando em junho de 1967.

Por ocasião do período vivenciado pela missão de paz em Suez ressaltamos que as conjunturas internas e externas de cada governo assumem posturas distintas. O governo JK inicia “abertura das portas” da economia do País ao capital estrangeiro. Na política interna o principal destaque de JK foi o Plano de Metas que visava reformas nos setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação e que prometia que faria o país prosperar “50 anos em 5”. No âmbito externo, com a “Guerra fria”, fica claro o alinhamento do Brasil com os EUA.

Sucedendo a JK, apesar de permanecer no cargo por sete meses, Jânio Quadros foi o precursor de uma política externa independente procurando uma aproximação com os países do “Terceiro Mundo”. No plano interno o seu governo atravessou um período de desemprego e alta da inflação.

Com a inesperada renúncia de Jânio Quadros, assumiu o seu vice-presidente João Goulart, o “Jango”, como era conhecido. Os setores conservadores do meio

⁸ A ONU foi fundada em 1945 em substituição a Liga das Nações. É uma associação permanente de países e tem como objetivos manter a paz e a segurança internacionais, incentivar o desenvolvimento econômico e social e promover o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

⁹ A Colômbia permaneceu até 1958.

¹⁰ Designação em português “Força de Emergência das Nações Unidas - FENU”

¹¹ Conhecida como crise de Suez ou Segunda Guerra árabe-israelense.

civil e militar acusavam-no de querer organizar uma república sindicalista no país. Jango teve que acatar um “parlamentarismo” para assumir a presidência. Vitorioso com o plebiscito de 1963 segue na presidência, agora de fato. O seu governo recebeu uma herança do curto governo de Jânio Quadros sendo marcado por uma crise econômica e política gerada pela alta dívida externa do País, culminando com a sua derrubada após um golpe de estado em abril de 1964 liderado por militares.

No governo do general Castelo Branco (1964 – 1966) a missão prossegue, sendo encerrada no governo do general Costa e Silva em 1967 quando então tem o reinício do conflito entre Israel e Egito.

Ao longo do período em que o Brasil esteve em missão na região de Suez foram enviados vinte contingentes. O primeiro contingente era formado, além de oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados “antigos” e por soldados recrutas. O processo de seleção ocorria no âmbito dos comandos militares de áreas que englobavam organizações militares do Exército distribuídas nos diversos estados e territórios da federação.

Os voluntários deveriam preencher os seguintes requisitos: ser reservista de primeira categoria do Exército; ser alfabetizado; ser solteiro, não ser arrimo e não ter filhos; ter a idade máxima de acordo com as portarias em vigor; ter tido boa conduta no período em que esteve incorporado; ser submetido à seleção, segundo as normas vigentes, ser considerado “apto” na inspeção de saúde; ter no mínimo 1,65m de altura. Conforme as portarias do Exército, dava-se preferência aos voluntários que fossem atletas; que tivessem fluência verbal do idioma inglês; árabe ou outra língua estrangeira, não sendo um aspecto obrigatório, mas que possuía relevância no processo de escolha.

A partir do segundo contingente o encargo de seleção de cabos e soldados, além dos reservistas se tornou rotativo entre os diversos comandos militares do Exército Brasileiro espalhados pelo Brasil. Formaram-se contingentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e outras capitais, tornando nacional a constituição do Batalhão.

Os contingentes organizados com os cabos e soldados reservistas voluntários passavam por um período curto de preparação que visava readaptá-los à vida militar. Havia a necessidade de atualizá-los e enquadrá-los, o que foi executado através de um programa para nivelamento da instrução do pessoal no

aquartelamento do 2º Regimento de Infantaria e principalmente, no Campo de Instrução de Gericinó (CIG), no Rio de Janeiro com a instrução ministrada de técnicas de patrulhas, exercícios de tiro e ordem-unida.

Em dezembro de 1956 partiu o destacamento precursor que era composto de cinquenta militares - cinco oficiais, nove sargentos, sete cabos e vinte nove soldados, por aeronave. Em janeiro de 1957, partiu o primeiro contingente formado por quinhentos e trinta e um militares: quarenta e um oficiais e quatrocentos e quarenta e uma praças, entre subtenentes, sargentos, cabos e soldados, por mar, viajando treze mil quilômetros em onze dias.

A cada ano o pessoal era substituído, o que permitia a permanência do homem na área por um período de um ano. Essa operação, realizada inicialmente pelos navios de transporte da Marinha passou, posteriormente, a ser atributo da Força Aérea Brasileira, sendo o custeio e encargo da ONU.

O contingente brasileiro atuou em El Arish, Rafah, Ismalia e Gaza. As atividades consistiam em patrulhar e vigiar a região de fronteira entre Egito e Israel com a atenção voltada em evitar invasões da Linha de Demarcação de Armistício (LDA). O objetivo das forças de paz da ONU era manter o cessar-fogo estabelecido entre os dois países no fim da guerra de 1956. Uma das missões dos soldados brasileiros era a vigilância contínua de cerca de cinquenta quilômetros de fronteira por meio de Postos de Observação – guaritas improvisadas no deserto – para garantir o cumprimento do acordo entre as partes opostas. Os soldados também acompanharam as retiradas de tropas de ambos os lados e desarmaram minas que haviam sido enterradas durante o conflito.

De três em três meses de missão o militar tinha o direito de uma semana de dispensa, podendo acumular até vinte e oito dias. Essas dispensas-férias poderiam ser passadas no próprio Oriente Médio, na Europa ou no Brasil, ou ainda realizar visitas programadas nos *leaves centers*¹² localizados no Cairo, Alexandria, Luxor, El Alambin, Beirute, Jerusalém e Monte Sinai.

¹² *Leaves Center* - Eram locais designados pela ONU para o gozo de pequenas férias, aproveitadas em alguns países do Oriente Médio, determinado pelo regulamento da UNEF. Eram férias de uma semana alternadas e programadas até completar o seu limite de 28 dias. A UNEF subsidiava 50% das despesas e outros 50% descontado em folha dos integrantes. Os preços eram econômicos ao alcance de todos. Opcionalmente existia o *Big Leaves*, mais caro, de um mês pela Europa para aqueles que não participavam do turismo regular pelo Oriente Médio.

A nossa proposta de pesquisa privilegiou analisar o cotidiano dos subalternos do Batalhão Suez, suas experiências e seu dia a dia no Oriente Médio. Na nossa investigação utilizamos o acervo iconográfico disponível no site do Batalhão Suez, a documentação oficial do Arquivo Histórico do Exército, composta de relatórios, correspondências de pessoas que desejam servir no Batalhão Suez e também realizamos algumas entrevistas com voluntários do 3º, 5º e 13º contingentes que eram compostos em sua maioria de gaúchos, moradores da cidade de Pelotas-RS. O exame da documentação e as entrevistas propiciaram um entendimento a respeito do processo de seleção e o cotidiano desses brasileiros que foram para o Oriente Médio sem uma certeza do que os esperavam naquela região.

Na Idade Moderna e o início da Contemporânea o interesse pela vida privada e o cotidiano ficaria restrito a um tipo de literatura que enfatizava o pitoresco, o anedótico de culturas consideradas exóticas, não européias. Le Goff nos relembra que tal problemática remonta a uma produção literária do século XVIII em torno dos chamados “usos e costumes” de povos que, com o afastamento no espaço e no tempo em relação aos europeus tornava-os impossível de conhecer diretamente. Mas essas informações em nada explicavam a História constituindo-se um saber marginal.

Em busca de um estudo do cotidiano e abandonando definitivamente o nível do anedótico o estudo desse dia a dia contou com a contribuição decisiva dos historiadores pertencentes ao grupo da Escola dos *Annales* (principalmente dos historiadores da segunda e terceira gerações) que associariam a análise do cotidiano a uma história antropológica. (DEL PRIORE, 1997, p. 261) Diante disso, aos poucos se foi desfazendo a noção de história da vida cotidiana como “enfeite” da “grande história”.¹³

Lucien Febvre entendia a História do Cotidiano como uma aplicação prática: democratizar a História dando “voz aos humildes”. De qualquer forma, para os historiadores dos *Annales* a História do Cotidiano deveria ser feita por meio do estudo da cultura material das maiorias, para que se pudesse empreender um estudo do habitual “imbricado na análise dos equilíbrios econômicos e sociais que subjazem às decisões e aos conflitos políticos.”

¹³ DEL PRIORE, Mary. História do Cotidiano e da Vida Privada. CARDOSO, Ciro Flamarion S. [et al]. Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.

A partir das décadas de 1970 e 1980, a filósofa Agnes Heller, dentro de sua matriz teórica marxista, defendia que seria pouco proveitoso ao historiador perceber a história senão permeada pelos acontecimentos do cotidiano, pois a vida cotidiana seria a verdadeira essência da substância social.¹⁴

Michel de Certeau construiu boa parte de sua obra analisando as “maneiras de fazer das massas anônimas”, contribuindo para que a vida cotidiana deixasse de ser pensada como esfera onde não ocorrem transformações e onde, portanto, não haveria História, passando a ser compreendida como território de atuação no qual essa massa anônima age a partir de resistências microscópicas em relação à ordem estabelecida.¹⁵

De acordo Silvia Regina Ferraz Petersen (1996, p. 95) o problema que ocorre com a História do Cotidiano é a falta de discussão teórica e o desconhecimento por parte dos historiadores de contribuições teóricas de autores de outras áreas do conhecimento. Neste sentido, as discussões produzidas por historiadores na esfera da História do Cotidiano acabam se aproximando demais do senso comum.

Conforme ressaltou Petersen a partir dos anos de 1980, a adoção de novas abordagens, novos objetos e novos problemas, não foram acompanhadas de uma construção teórica mais elaborada a respeito dessas questões, mantendo as investigações no âmbito da apropriação empírica, já que, segundo a autora, o grupo responsável pelas pesquisas vinculadas a esses novos problemas e objetos, a chamada “Nova História”, não fez da reflexão teórica o seu ponto forte. (PETERSEN in BRANDÃO; MESQUITA, 1995, p. 49-50)¹⁶

Em fim, a nossa abordagem, além do estudo dos “instrumentos sociais” para servir no Batalhão, tem no cotidiano desses militares o tema central da pesquisa e o trabalho, após a introdução, divide-se em quatro capítulos distintos, abordando vários aspectos da conjuntura que culminou com a presença do Batalhão Suez em terras do Oriente. No segundo capítulo faremos uma abordagem sobre a importância da História Militar para a historiografia. No entanto, nosso estudo não enfatizará as batalhas e sim o processo de produção da História Militar, assim como as

¹⁴ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, São Paulo, 1992. p. 79.

¹⁵ DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁶ PETERSEN, Silvia. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre a ciência e o senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In. BRANDÃO; MESQUITA. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Editora da UFRGS e Editora da UNISC. 1995.

contribuições produzidas pelas diversas correntes dos trabalhos que se pautam pela temática militar.

No terceiro capítulo é realizada uma análise da conjuntura da época destacando-se os aspectos sociais e políticos e a influência das relações de poder na sociedade brasileira da época, com destaque na interferência no processo de seleção dos voluntários a servir no Batalhão Suez. E abordamos também a questão da participação brasileira na UNEF e seu interesse em fazer parte do jogo diplomático internacional, no qual o Batalhão Suez seria o principal instrumento dessa pretensão.

No quarto capítulo estudaremos os momentos vividos pelos contingentes do Batalhão Suez, desde a sua criação, sua convocação, seleção, e dia a dia, tanto nos deslocamentos de navio e trem para o Oriente Médio, como sua atuação naquela região.

Entendemos como objetivo deste trabalho, a partir do olhar do historiador resgatar alguns fragmentos do cotidiano vivenciado pelos indivíduos que fizeram parte da história do Batalhão Suez. Para tanto, acreditamos ser imprescindível cruzar nossas fontes documentais, iconográficas e os diversos depoimentos obtidos.

Dessa forma, procuramos, através da memória dos nossos personagens anônimos, o “descortinar” os bastidores de uma história que também é “desconhecida”.

2 Um estudo sobre a História Militar

2.1 As origens da História Militar

A História Militar é um dos gêneros mais antigo da historiografia. Sua origem está na própria História. Refere-se fundamentalmente às atividades militares, ou seja, às guerras, campanhas e batalhas. Caso contrário não seria uma história verdadeiramente militar. Como observou John Keegan (2000, p. 31) “não é pelo que os exércitos são, mas pelo que os exércitos fazem que as vidas das nações e dos indivíduos se modificam.”

Ela tem suas raízes na Antiguidade grega, com Heródoto de Halicarnasso (485-420 a.C.), considerado por Cícero (106-43 a.C) o “pai da História” (*De Legibus*, 1, 1, 5). Em sua *História*, Heródoto transcende a narrativa poética de Homero e inaugura uma nova forma de descrição e de explicação dos fatos, dando ênfase à “pesquisa”, à “investigação” sobre as causas das Guerras Médicas, os conflitos entre os antigos gregos e os medos-persas nos séculos IV e V a.C, pela disputa sobre a Jônia na Ásia Menor. Outra referência é Tucídides (460-404 a.C) com a *História da Guerra do Peloponeso*, que relata os eventos relacionados aos conflitos entre Atenas e Esparta, de 431 a 404 a.C.

A História Militar tinha uma dupla preocupação. Refletir sobre a técnica da arte militar, exaltar os fatos gloriosos, mas também iluminar as tramas políticas. O sujeito histórico era o individual, o homem do Estado, o chefe militar.

Soares e Vainfas destacam que:

[...] os historiadores antigos não escreveram apenas histórias de guerras, mas também de instituições, conspirações e imperadores e, tampouco os textos de história militar dos historiadores antigos se limitaram à descrição de batalhas, visto que muitos incursionaram no campo da política, investigaram as causas das guerras, examinaram os casus belli e produziram relatos etnográficos de grande valor em meio à descrição dos povos e exércitos em conflito. Talvez não seja exagero dizer que, para os historiadores antigos, desde Heródoto, a guerra era o principal fator explicativo das mudanças históricas, um autêntico “motor da história” (SOARES; VAINFAS, 2011, p. 115).

O estudo da História Militar também permite a aprendizagem de lições sobre liderança militar sob duas perspectivas distintas e complementares. A primeira é a compreensão do comportamento do homem e da tropa em combate; de suas reações diante do risco de ser morto ou ferido e, no caso dos homens em funções

de comando, de como eles reagem diante do desgaste físico e emocional decorrente de suas responsabilidades. A segunda é a obtenção de modelos de liderança e de tomada de decisão por meio do estudo do desempenho de antigos chefes militares em combate.¹⁷

Esses modelos podem ser tomados como exemplares, mas também como objeto de avaliações críticas, em busca de soluções mais adequadas. Ambas as perspectivas são de grande valia na educação de oficiais, apurando suas percepções nos níveis interpessoal e intrapessoal. Do ponto de vista interpessoal, lhe permitirá uma melhor avaliação das expectativas, motivações e temores de seus subordinados. Do ponto de vista intrapessoal lhe permitirá levar em conta seu próprio estado emocional ao tomar decisões e fazer julgamentos a respeito de pessoas e situações

A cultura Medieval relacionou os fenômenos militares com a insegurança geral provocada pelas invasões da Europa, entre os séculos VI e XI. Jean Froissart (1337-1407), um dos mais importantes cronistas da França medieval, com suas *Chroniques*, narra sobre a Guerra dos 100 Anos, ocorrida entre os anos 1337 e 1453, ressaltando o papel dos arqueiros ingleses com seus arcos longos. Na Idade Moderna, a atenção recai sobre obras voltadas para a doutrina militar, do que propriamente históricas, como a *Arte de Guerra* (1520), de Nicolau Maquiavel (1469-1527), onde o florentino revela sua preocupação com a estratégia e a tática militares

No século XIX Clausewitz escreveu, na década de 1830, o livro mais importante sobre a guerra, *Da guerra*, sendo considerado por muitos como o pai da historiografia militar (KEEGAN, 2006, p. 20). O autor estava preocupado com a formação e consolidação do Estado e ao mesmo tempo pensava na normatização da guerra, com convenções estabelecidas, numa tentativa de torná-la civilizada. Deste modo não era possível a guerra.

Com a consolidação da História como ciência, no decorrer do século XIX, poucos historiadores se ocuparam com os temas militares, propriamente dito.

Como evidenciaram Soares e Vainfas:

¹⁷ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. In: **XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História** (Anais). São Paulo, 2011. Disponível em: [HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf](#)>. Acesso em 23 jan. 2015.

[...] o século da história e da ciência foi também o século dos nacionalismos (HOBSBAWM, 1998). O que dizer da história militar nesse contexto, uma vez que a guerra perdeu prestígio como tema central dos historiadores. Foi eclipsada, submetida ao estudo da diplomacia e dos debates constitucionais (SOARES; VAINFAS, 2011, p. 118).

O século XX, com o desenvolvimento de novas vertentes da história, tais como a história econômica, a história social e a história das mentalidades, rompeu suas relações com a histórica política e consequentemente, a história militar foi “conduzida para o mesmo barco”.

A origem dessa ruptura está na escola dos *Annales*. Em contraponto ao político, o individual e o cronológico, procuram uma história econômica-social que se amplia para novos domínios. Em contraste com o sujeito individual e o herói, uma história total das sociedades; e contra a cronologia do tempo único, o linear contínuo. Com essas mudanças, ocorre também a ampliação do campo da história e a reformulação das concepções teóricas e metodológicas.

Partindo dessa premissa, o sujeito histórico não é um sujeito individual, não é o herói, mas sim as sociedades e os grupos sociais. Para a história não basta o acontecimento. Interessa a conjuntura, a estrutura e o tempo. Buscou-se uma história social, em detrimento de uma história anterior, política e/ou militar, voltada para os grandes personagens e batalhas.

Dessa forma, as fontes passaram a ser examinadas sob nova ótica, não se limitando a documentos oficiais. Com isso, essa busca da história total, fez com que a história militar fosse excluída sob a desaprovação de ser uma história factualista e dissociada da sociedade.

Além disso, conforme Moreira e Loureiro:

Muito embora o estudo da Guerra seja um dos gêneros mais antigos da historiografia, iniciando-se com Heródoto e Tucídides, a história militar foi negligenciada, sobretudo a partir da década de 1950, quando houve uma prevalência contundente dos diversos estruturalismos, dentre eles o marxismo, na produção do conhecimento histórico (MOREIRA; LOUREIRO, 2012, p. 13).

No entanto, com o declínio dos paradigmas estruturalistas e marxistas nos anos 1970, intensificam-se os diálogos interdisciplinares, abrindo novas perspectivas teóricas e temáticas ligadas ao campo da História Social e da Nova História Cultural.

A História se expande e o discurso historiográfico se altera, deslocando o olhar – antes focado nas transformações, rupturas, rompimentos – para os bloqueios, as inércias, as permanências dos sistemas sociais.

Imobilizando o tempo, desacelerando o ritmo da duração, os historiadores deixam de lado o econômico, o social, a mudança, e se abrem à cultura material, ao estudo das sensibilidades, mentalidades, valores, tradições, representações, ideologias, memória, enfatizando o local, o cotidiano, o homem comum, as mulheres, os marginalizados. Dirigem também seus olhares à família, ao amor, à sexualidade, ao nascimento, ao casamento, à criança, à velhice, à morte.

A História se fragmenta renunciando à construção de uma historiografia de síntese. Múltiplos objetos, olhares sem limites

Para dar ensejo as suas pesquisas, os historiadores da “Nova História” vão tomar de empréstimo os modelos e objetos bem sucedidos da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia, da Linguística. Porém, vão resgatar um modelo mais aberto, mais temperado, não fechado em regras excessivamente rígidas.

Interpretando a realidade a partir de um pequeno número de variáveis, evidenciam a figura do outro, desenvolvendo pesquisas historiográficas voltadas especialmente aos aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural, apregoando as histórias das inércias, a história fria, a história seriada.

De acordo com Mancuso:

Essa corrente de renovação histórica, que ficou conhecida como Nova História Cultural, beneficiou o estudo da história militar e seus historiadores têm obtido sucesso na elucidação de tópicos que eram negligenciados por seus antecessores. Nesse contexto, a batalha deixa de ser vista isoladamente e passa a ser analisada como parte da história, uma vez que, enfocando a dependência contínua do homem à força como um instrumento da política, entendeu-se que todos os seus aspectos são pertinentes para a história militar. (MANCUSO, 2008, p. 79)

É nesse contexto que, a partir dos anos 1980, também ocorre uma mudança na historiografia militar: emerge um novo campo de conhecimento denominado Nova História Militar (HESPANHA, 2004; CASTRO, 2004).

Desvinculando-se da temática exclusiva da guerra, essa nova corrente afasta-se da História Militar tradicional e abarca novos temas, novos objetos, novos sujeitos, novos conceitos, novas abordagens. Como explica Soares e Vainfas:

A nova história militar não apenas apresenta novos objetos para o seu campo de estudos, aproximando-a da história sociocultural e da história econômica, como também vem desenvolvendo novas abordagens investigativas, como a introdução desses novos objetos e, até mesmo, ao focalizar os temas clássicos estudados pelas gerações anteriores de historiadores. (SOARES, VAINFAS, 2011, p. 124)

Assim, o foco deixa de ser a guerra em si e passa a ser as relações entre as instituições militares e a sociedade (CORVISIER, 1999), o poder, a classe e a etnia (PEDROSA, 2011), a memória, as ideias (PARENTE, 2009), o homem comum, a iconografia, os aspectos culturais e ideológicos relacionados às questões militares.

Seguindo esses modelos, historiadores passam a escrever a História Militar de diferentes maneiras, utilizando-se de diversas metodologias, objetos, sujeitos, abordagens e pontos de vistas.

Loureiro ressalta que:

[...] os historiadores que assumem este ponto de vista criticam uma História Militar considerada “tradicional”, cuja narrativa, sobremaneira memorialista, estava pautada exclusivamente na descrição densa de batalhas, sem a busca de uma problematização analítica ou reflexão central. Criticam também o culto de grandes heróis, que eram tratados como exemplos incontestes para as gerações futuras, bem como o modo como eram entendidos, agiam e movimentavam a realidade. Outra crítica é a de que a historiografia militar tradicional naturalizava o comportamento humano e as instituições militares, tornando-os, em última instância, ahistóricos. Isso ocorria, segundo os críticos, porque não havia interesse em se compreender o comportamento e as instituições militares em seus contextos sociais, políticos, econômico e cultural. (LOUREIRO, 2010, p. 112-113)

O historiador inglês John Keegan (1934-2012) com a obra *Uma história da guerra* (1993-?) apresenta o exemplo mais significativo desse movimento, na qual a guerra e os confrontos militares deixam de ser examinados de acordo com o ponto de vista mais clássico – isto é, como fenômenos do ‘Político’ – para serem considerados essencialmente como fenômenos culturais” (BARROS, 2002, p. 58).

Para Barros:

A guerra já não pode ser vista mais como mera extensão da política, como queria Carl Von Clausewitz no século XVIII. Para além de ser produzida pela cultura, a guerra produz ela mesma cultura, cria imagens, estabelece identidades, elabora metáforas que serão por vezes fundamentais às próprias sustentações dos regimes políticos. Dizia ainda Walter Benjamin, em uma análise sobre o fascismo alemão que poderia ser evocada em apoio à abordagem cultural da guerra proposta por John Keegan, que a

Guerra produz atores e estabelece um “teatro de discursos” no qual a população envolve e é envolvida simultaneamente como conjunto de espectadores e elemento de cena, ao mesmo tempo em que se sucedem no palco político os atores socialmente requeridos. (BARROS, 2011, p. 59)

Diante disso, com a inserção da Nova História Militar houve um desenvolvimento teórico-metodológico nesse campo da História, permitindo diferentes possibilidades de tratamento e de diálogo interdisciplinar (PARENTE; SANCHES, 2009), apresentando novos domínios temáticos e multiplicando as abordagens e as percepções acerca da complexidade dos aspectos que envolvem a seara militar.

2.2 Uma Nova História Militar no Brasil: caminhos percorridos na historiografia

No Brasil a História Militar foi por muitos anos, colocada em um segundo plano. Até a década de 1990, a historiografia militar brasileira ficou restrita quase que exclusivamente à produção empreendida por historiadores militares (MORAIS, 2013), que por interesses profissionais valorizavam muito mais as campanhas e os feitos dos grandes generais do que a reconstrução da História da “guerra viva”. O tema central eram as estratégias, as táticas, as doutrinas, os armamentos, os uniformes, a liderança, o moral, o teatro de operações, a logística e as técnicas militares.¹⁸

¹⁸ Nesta concepção de produzir uma História Militar tradicional, muitas obras seguiram este caminho. Podemos citar muitas: *História Militar do Brasil: da influencia do factor militar na organização da nacionalidade – a campanha de 1851/1852* (1922), de Genserico de Vasconcellos (1881-1942); *A batalha do Passo do Rosário* (1922) e *História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai* (1956), de Augusto Tasso Fragoso (1869-1945); *História Militar do Brasil* (1935), de Gustavo Barroso (1888-1959); *História Naval Brasileira* (1936) e *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica* (1965), de João do Prado Maia (1897-1989); *O Almirante Marquês de Tamandaré. Um Indigente Brasileiro* (1943), de Henrique Boiteux (1862-1945); *Capítulos de história militar do Brasil: colônia-reino*, (1946), de Aliatar Loreto (18--?); *História Militar* (1952), de Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (1884-1958) *A evolução militar do Brasil* (1958), de João Batista Magalhães (1887-1966); *O Brasil na II Grande Guerra* (1960), de Manoel Thomaz Castello Branco (1915- 1978); *Teoria e pesquisa em História Militar* (1961) e *A Arte da Guerra* (1998), de Francisco Ruas Santos (1914-2008); *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial* (1982) e *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial* (1982), de Arthur Oscar Saldanha da Gama (1909-1990); e *As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar* (2004), de Cláudio Moreira Bento (1931-).

A História Militar tradicional no Brasil não fugiu da regra, conforme observa Pedrosa:

A História Militar tradicional tem sido o campo de “militares historiadores”. Em geral, tem pouca acuidade metodológica, pois não resulta do trabalho de historiadores profissionais, mas de aficionados. Tende, portanto, à grandiloquência e à adjetivação excessiva. É basicamente uma história descritiva e busca o ideal de apresentar “os fatos como aconteceram”. Em função dessas características, ficou conhecida depreciativamente nos Estados Unidos como “História-Batalha” ou “História de tambores e clarins”. Em função de sua origem não especificada e “corporativa”, tem clara tendência ao *mito*, ao enaltecimento de figuras históricas e a certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas. (PEDROSA, 2011, p. 08)

A História Militar tradicional representava um aprendizado indispensável à formação do militar, serve “como fundamento moral e patriótico, contribuindo para a liderança de seus futuros subordinados” (GODOY, 2006, p. 208).

Por seu turno, a Nova História Militar brasileira deve contribuir para a ampliação da compreensão acerca dos processos histórico-militares, bem como de suas transformações e seus movimentos dinâmicos, permitindo às pessoas se localizarem no tempo, refletindo sobre as ações, ideias, culturas, meios e modos de vida e expectativas criadas em um passado de contextura militar, de modo a proporcionar explicações e certos sentidos ao presente, dotando os humanos de identidade, significado e memória coletiva.

A tarefa do historiador militar resulta também em corrigir, interpretar e reconstruir o passado, trazendo ao público o conhecimento histórico-militar de forma crítica e reflexiva, sem as distorções e ideologias.

A partir dos anos 1990, com os novos modelos de produção historiográfica militar, historiadores introduziram no Brasil novas perspectivas e problematizações, enriquecendo o campo teórico e metodológico da História Militar, trazendo subsídios importantes à subárea e conferindo inteligibilidade à temática castrense.

A nova historiografia militar produzida no Brasil nos últimos trinta anos trouxe elementos importantes ao campo da História, resgatando fatos, aspectos culturais e fontes históricas fundamentais para uma melhor compreensão de nossa sociedade, promovendo reflexões acerca das diferentes configurações assumidas pelas Forças Armadas.

Os historiadores brasileiros integrantes dessa nova escola vêm reconsiderando os referenciais historiográficos até então empregados de modo a contemplar também outros objetos, sujeitos e componentes da História Militar.

Devemos ressaltar que, apesar de publicada em 1968 – portanto, bem antes do advento da Nova História Militar, a obra *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), pode ser considerada um estudo, visto que

[...] representou, de fato, uma mudança importante na abordagem da História Militar brasileira, utilizando de teoria e metodologia afinada com os novos modelos de escrita de história. Foi, de fato, a primeira narrativa sobre o tema produzida por militar que rompeu decisivamente com a História Batalha tradicional. A História Militar de Werneck Sodré foi articulada à tendência explicativa da época, ou melhor, dentro de um quadro teórico e metodológico marxista – materialismo histórico – em que a narrativa se posicionava de forma mais estruturante com olhar geral centrado numa economia social (infraestrutura) capaz de explicar o desenvolvimento militar brasileiro. (MORAIS, 2013, p. 14)

Entretanto, para Soares e Vainfas, a obra *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército* (1990), de Ricardo Henrique Salles (1950-?), “foi, talvez, o pontapé inicial dessa nova história no Brasil” (SOARES; VAINFAS, 2011, p. 124). Nesse texto, Salles faz uma reflexão sobre a historiografia tradicional e revisionista e critica as alegações apresentadas, até então, acerca das causas da Guerra do Paraguai, censurando “as tentativas de inserção do conflito no contexto mais geral de expansão do capitalismo, pecando pela maximização das atividades diretas da Inglaterra e diminuição das motivações das nações envolvidas no conflito” (PRADO, 2003, p. 136). Além disso, Salles examina a composição étnica das tropas imperiais, procurando compreender a frágil relação estabelecida entre a oficialidade branca e os negros cativos que lutavam compulsoriamente na guerra na precária condição de homens livres, demonstrando com isso as contradições existentes na sociedade imperial. Em 2003, Salles publicou a obra *Guerra do Paraguai. Memórias & Imagens*.

Uma outra importante obra inaugural que também pode ser colocada no campo da Nova História Militar (MORAIS, 2013) é *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira* (2000), de Edmundo Campos Coelho (1939-2001), que reconstrói a História do Exército, desde 1823 ao tempo presente, visando compreender as causas do envolvimento dessa instituição com a política

nacional. O autor analisa a relação existente entre a elite política civil brasileira e o Exército e procura desmistificar a consagrada função “moderadora” desempenhada pela organização militar, demonstrando as razões do surgimento e consolidação do Exército como força política em nossa sociedade.

Outra produção que reflete de modo específico sobre o mais cruel dos conflitos platinos no século XIX, é a *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (2002), de Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (1956-). Afastando-se da historiografia tradicional e revisionista, Doratioto, pautado em ampla pesquisa, expõe as dificuldades em organizar o Exército Imperial, bem como seus erros e estratégias. Revela que, mesmo com a superioridade bélica dos aliados, a Guerra se estendera demasiadamente em razão do despreparo e da desorganização das tropas, da desconfiança dos brasileiros em relação aos argentinos, da dificuldade logística, da pouca iniciativa dos militares brasileiros, da falta de conhecimento do terreno, dos equívocos táticos. Em síntese, Doratioto demonstra toda a dinâmica da guerra, desvelando o contexto internacional à época e realçando a dureza do *front*.

Podemos citar também a *Nova história militar brasileira* (2004), organizada por Celso Corrêa Pinto de Castro (1963-), Vitor Izecksohn (1961-) e Hendrik Kraay (1964-?). Nessa obra são reunidas pesquisas históricas que buscam compreender as instituições militares brasileiras sob uma perspectiva de índole social, política e cultural, abordando aspectos como a origem social, a desigualdade, a sexualidade, o cotidiano dos soldados, os vínculos de sociabilidade, o recrutamento, as relações de hierarquia, as punições, as deserções. Abrangendo desde o período colonial até o final do século XX, os pesquisadores reconstroem a História Militar mediante a análise das interações existentes entre as Forças Armadas e a sociedade, compreendendo esse campo historiográfico sob um olhar mais amplo, não dissociado da realidade social.

Celso Castro ainda produziu outros livros seguindo essa mesma linha de pesquisa: *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras* (1990); *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política* (1995); *A invenção do Exército brasileiro* (2002); *Exército e nação: estudos sobre a história do exército* (2012).

Em 2002, Vitor Izecksohn, publicou a obra *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*, onde o autor analisa as consequências

da Guerra do Paraguai, especialmente no tocante à profissionalização do Exército Brasileiro e à redefinição de seu papel político nos anos finais do Império.

Já Hendrik Kraay escreveu o livro *Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*, publicado em 2011, onde investiga o Exército e as milícias estacionados na cidade de Salvador no período pré e pós-independência do Brasil, refletindo acerca da atuação dessas forças militares nos conflitos e nas conexões existente à época entre a política local e as questões nacionais.

Organizada por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo cabe destacar a obra *Guerras e batalhas brasileiras* (2009), em que são reunidos textos que analisam vários conflitos militares e batalhas brasileiros, como, dentre outros, a Guerra dos Emboabas, a “Guerra do Vintém”, o movimento da Cabanagem, a Batalha dos Guararapes, a resistência dos índios tupinambás na Bahia.

Cabe citar também Cesar Campiani Maximiano com sua obra: *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial* (2010), onde o autor investiga a participação dos soldados brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, revelando as atuações dos expedicionários no conflito, seus comportamentos, rotinas e estranhamentos.

Uma produção de significativa relevância é a obra *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento* (2008), de Adriana Barreto de Souza (1971-), que examina a trajetória da família Lima e Silva, buscando modificar a imagem monumentalizada do militar brasileiro, desvelando fatos ocultos e silenciados relacionados à vida de Caxias, considerando que o Duque de Caxias é o patrono do Exército Brasileiro. Souza escreveu também o livro *O Exército na consolidação do Império: um estudo sobre a política militar conservadora* (1999).

Os diversos autores mencionados não são profissionais militares, e que em sua maioria exercem atividade docente e/ou de pesquisa em instituições de ensino superior civil, que tenham concebido esse campo da História em um sentido metodológico mais amplo, bem como publicado textos devotados à História Militar brasileira com temática e abordagem diversas, historicizando e deixando entrever,

sob uma nova perspectiva, o envolvimento e a participação dos brasileiros em episódios e conflitos militares.¹⁹

Nesses textos há uma aproximação entre a História Militar e a História Social, assim como com a História Cultural e a Nova História Política. Isso se denota nos próprios temas abordados pelos pesquisadores, que refletem sobre questões que envolvem relações hierárquicas, etnia, gênero, sexualidade, formas de sociabilidade, práticas, representações, imaginários, ideologias, modos de dominação, cultura política, cidadania, poder, sensibilidades, mentalidades, mitificação, resistências, cotidiano, sujeitos comuns e marginalizados, relatos de vidas.

Observa-se o emprego da História Oral, da Micro-História e da “história vista de baixo”, atestando claramente que esses pesquisadores refutam o apartamento das Forças Armadas da sociedade, até mesmo porque essas instituições são também conformadas às variações e condições impostas pelo processo histórico.

Grande parte desses textos é respaldada em diversificadas fontes, muitas extraídas de arquivos públicos, como o Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Exército, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, arquivos judiciários, militares, policiais, administrativos, diplomáticos, mas também coletadas de correspondências, relatos de viagens, depoimentos, testemunhos, fotografias, mapas, pinturas, impressos em geral.

Os diversos trabalhos citados, além de abordar diversificados temas, tratam por diferentes ângulos de abordagens, contemplam várias regiões brasileiras e variados períodos históricos, principalmente os pós-independência do Brasil, ressaltando que a instituição militar mais mencionada o Exército Brasileiro.

Muitas outras obras poderiam completar essa longa lista. Com isso, percebe-se que a produção de trabalhos realizados por historiadores civis ligados à Nova História Militar vem aumentando a cada dia, demonstrando vigor, maturidade, consistência científica e capacidade de inovação, faltando apenas uma maior divulgação das pesquisas para o público em geral.

¹⁹FILHO, Arlindo Palassi. **História Militar: Novos Rumos da Produção Historiográfica no Brasil**. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia>. Acesso em 15 fev 2015.

3 A criação do Batalhão Suez

3.1 Batalhão Suez: a construção da missão no Oriente Médio

No contexto internacional a década de 50 foi um período de tensão permanente diante da bipolarização entre os Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Foi o chamado período da Guerra Fria onde houve um acirramento na guerra ideológica das duas potências mundiais. A política externa do Brasil nesta fase inicial da Missão Suez, com Juscelino Kubitschek (1956-1961) à frente do País, possuía um alinhamento automático com os EUA. O Brasil tinha fortes interesses estratégicos na Missão. As intenções de JK, com relação à política externa, tornaram-se claras: a participação na tropa de paz era uma oportunidade de projetar o Brasil no cenário internacional, e uma ambição perseguida com afinco pelo governo da época. De fato, mostrar-se ao mundo pela via diplomática da pacificação, integrando a UNEF, como quem afirma: “estamos aqui!”, fazia parte dos planos brasileiros de visibilidade nas áreas política, econômica, administrativa e militar. Estava aberto o caminho para que o Batalhão Suez “fincasse pé” no deserto pelos próximos dez anos. O governo JK com o seu Plano de Metas visava reformas nos setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. A fim de captar recursos para esses projetos lança a Operação Pan-Americana (OPA), em 1958, uma iniciativa da política diplomática que apesar dos esforços no sentido de projetar o Brasil no cenário internacional não surtiu o efeito esperado. A crítica que se faz à OPA é sua falta de resultados práticos. Deve-se ao lançamento dessa proposta, entretanto, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1960, a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 e, mais adiante, a Aliança para o Progresso do presidente John Kennedy.²⁰

Na organização da *United Nation Emergency Force* (UNEF), vinte e quatro nações se ofereceram para integrar a Força de Emergência. Entretanto somente dez foram selecionadas.

O Brasil foi convidado a fazer parte dessa missão de paz no Oriente Médio, juntamente com outros nove países como Canadá, Colômbia²¹, Dinamarca, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia. O País enviou vinte contingentes, entre os

²⁰ MALAN, Pedro. “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)”. IN: FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil Republicano; Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, v. 4). p. 51-106.

²¹ A Colômbia permaneceu até 1958.

anos de 1957 e 1967, todos oriundos do III Batalhão do 2º Regimento de Infantaria, denominado “Batalhão Suez”.

A missão era entendida como algo extremamente importante em termos de relações internacionais, como é possível perceber pelas palavras de Juscelino Kubitshek:

É com emoção que eu me dirijo, neste momento, aos soldados brasileiros que, a serviço da nossa Pátria se encontram em terras do Egito, integrando as forças da ONU na missão de propugnar e defender os mais nobres ideais de paz e fraternidade.

A saudação calorosa que lhes envio como Presidente da República é também de todo o povo brasileiro, que cercou de manifestações de inextinguível carinho e afeto quando da sua partida e os tem sempre presente no seu pensamento e na sua saudade, orgulhoso do seu civismo, disciplina e galhardia como representantes do nosso País, em causa de tão alta significação para os destinos dos povos.

Aos valorosos soldados brasileiros que estão realizando uma missão histórica nas legendárias guerras do Oriente, quero exprimir a confiança com que o povo os acompanha. "Estamos certos de que todos, desde o seu ilustre Comandante à sua brilhante oficialidade e dignos soldados levam no seu coração a imagem da Pátria, do mesmo modo como os seus contemplam nessas plagas distantes, a Bandeira do Brasil. (Jornal A Tribuna, Rio de Janeiro, 1957)



Figura nº 1

Fonte: disponível em <www.batalhaosuez.com.br>

Acesso em: 17 Set 12

A figura nº 1 mostra JK cumprimentando oficiais do Exército durante a solenidade de partida dos primeiros contingentes do Batalhão Suez que antes do embarque desfilavam em frente ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro.

A ONU reservou-se a autoridade de decidir a composição dos elementos militares nacionais na UNEF. No entanto, reconheceram que o país que a receberia, não poderia ser indiferente à sua estruturação. Com esse entendimento, a UNEF não incluiu países membros permanentes do Conselho de Segurança²² nem elementos de quaisquer outros países que, em virtude de sua posição geográfica ou por outros motivos, poderiam ser considerados como tendo interesses especiais no conflito. Diante disso, as tropas dos países do Oriente Médio também foram vetadas.

²² Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, a partir da criação da ONU, em 1945, são Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China.

Durante o período de vigência da UNEF foi estabelecido um padrão para que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU criassem e apoiassem missões de manutenção de paz, constituídas por observadores e tropas armadas, com os Estados Unidos pagando trinta e um por cento (31%) da conta de manutenção da paz da ONU, mas sem participar diretamente com o envio de tropas.²³ No entanto, outras nações foram encorajadas no sentido de contribuir com tropas para diminuir a rivalidade entre as superpotências, reforçar a percepção de imparcialidade e, por consequência, a aceitação dos chamados “soldados da paz”.

Os componentes de uma Força de Paz das Nações Unidas são conhecidos como “boinas azuis” ou “capacetes azuis” (*blue berets*, em inglês). Tal denominação ocorre pelo fato de que os militares integrantes da força multinacional utilizam como “cobertura”²⁴ boinas e capacetes na cor azul, que é a cor oficial da bandeira das Nações Unidas e de suas insígnias.

3.2 O Batalhão Suez: somente missão de paz

Formalizado o convite, o governo brasileiro providenciou em 08 de novembro de 1956 a apresentação ao Congresso de uma exposição de motivos tratando da resolução da Assembléia Geral da ONU que criava a Força Internacional de Paz.

Em 17 de novembro é sancionada a Lei nº 2.953, estabelecendo que o deslocamento de Força Armada seja ela terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil, só seria feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso.

Através do Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro, o Presidente da República foi autorizado a enviar um contingente de valor Batalhão, para integrar a Força Internacional de Emergência instituída com o objetivo de manter a paz e a segurança na região entre Israel e Egito, compreendida entre o Canal de Suez e a Linha de Armistício.

²³ Disponível em <<http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acessado em: 08 ago. 2014.

²⁴ Terminologia militar utilizada para designar “cobertura” aos chapéus, bonés, boinas, capacetes ou qualquer outro adereço constante do uniforme utilizado pelos militares na cabeça.

De acordo com o Decreto, o contingente brasileiro que integrava a UNEF, em operação no Egito, não participaria de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com o uso da força e permanecerá o tempo que for julgado necessário ao cumprimento de sua missão.

A UNEF recebeu a atribuição de assegurar e supervisionar o cessar fogo e a retirada das tropas que operavam em território egípcio e manter as condições pacíficas na área, desenvolvendo-se ao longo da Linha de Demarcação do Armistício (ADL) e da fronteira internacional.

Criado em quinze de agosto de 1956, a organização do Batalhão e o seu preparo para o embarque processaram-se no quartel do 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar, Rio de Janeiro. Os seus componentes foram recrutados inicialmente entre tropas da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI), sediada no Rio de Janeiro.²⁵

Com o decorrer dos anos os contingentes passaram a abranger convocados em São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e outras capitais.

Em quinze de dezembro do mesmo ano, passa a existir, de fato e de direito, o 3º Batalhão/2º Regimento de Infantaria – o “Batalhão Expedicionário”, como a princípio se chamou, sob o comando do coronel Iracílio Ivo de Figueiredo Pessoa. Somente após a chegada ao Egito, veio a expressão “Batalhão Suez”, nome pelo qual a Unidade é conhecida até os dias atuais.

3.3 Seleção, recrutamento e preparação dos voluntários

O local de concentração, organização e preparo dos primeiros contingentes do Batalhão para o embarque se processaram no quartel do 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar, Rio de Janeiro. Posteriormente foi descentralizado ocorrendo em organizações militares localizadas nas próprias sedes onde ocorriam os recrutamentos de voluntários. O processo de convocação e seleção de pessoal era regido por portarias do Exército que ao longo do tempo sofriam algumas modificações a fim de se adequarem às particularidades que cada convocação do contingente exigia.

²⁵ A 1ª Divisão de Infantaria tinha sob sua subordinação diversas organizações militares no Rio de Janeiro e sua denominação atual é 1ª Divisão de Exército (1ª DE).

A seleção do comandante do Batalhão e de outros oficiais superiores ficava a cargo do Ministério da Guerra²⁶, enquanto que os capitães e oficiais subalternos ocorriam através do processo de seleção nos respectivos comandos de exércitos de área ²⁷. No entanto, a escolha final dos militares que poderiam seguir para Suez, recaia sobre o Ministro da Guerra. Também se exigia alguns requisitos, mas os principais era não ser promovido²⁸ enquanto estivesse na missão, e ter o parecer favorável do seu comandante. Dominar o idioma inglês²⁹ só era obrigatório para os oficiais superiores³⁰, mas possivelmente não influenciava na escolha dos demais candidatos militares.

No processo de seleção de subtenentes e sargentos, em linhas gerais, para ter a possibilidade de ser incluído como voluntário, o militar deveria ter o parecer favorável do seu comandante e também não ser promovido durante o período em que estivesse na missão. Foi prevista para ficar também a cargo do Gabinete do Ministro da Guerra, porém uma ordem do próprio Ministro da Guerra transferiu essa atribuição para os comandantes regionais, conforme fossem designados para a missão Suez.

Na seleção dos cabos e soldados, que ficava a cargo dos comandos militares de área empregados e nas seleções seguintes, foi priorizada a utilização de reservistas de primeira categoria, ou seja, os indivíduos que já tivessem servido ao Exército. Os voluntários deveriam preencher os seguintes requisitos: ser reservista

²⁶ O Ministério da Guerra foi criado em 1815 e permaneceu no Rio de Janeiro enquanto ainda era a capital do Brasil. Em 1971, no governo Costa e Silva sua denominação foi alterada para Ministério do Exército. Ocupava as instalações do Palácio de Duque de Caxias. Com a transferência do Ministério da Guerra para Brasília o Palácio passou a ser utilizado como sede do Comando do I Exército, hoje com a denominação de Comando Militar do Leste e mais dezessete Organizações Militares do Exército.

²⁷ I Exército (sede no Rio de Janeiro, englobando os estados de Minas Gerais e Espírito Santo), II Exército (São Paulo), III Exército (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), IV Exército (Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Recife, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Paraíba), V Exército (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins) e VI Exército (Amazonas, Amapá, Roraima, Pará, Acre e Rondônia). Atualmente possuem as denominações de Comando Militar do Leste (CML), Comando Militar do Sudeste (CMSE), Comando Militar do Sul (CMS), Comando Militar do Nordeste (CMNE), Comando Militar do Centro Oeste (CMO), Comando Militar da Amazônia (CMA) e recentemente, o Comando Militar do Norte (CMN), com sede em Belém, respectivamente.

²⁸ Ocorreram várias situações onde militares foram promovidos durante esse período, gerando transtornos administrativos para o Batalhão.

²⁹ Apesar de obrigatório, muitos oficiais foram selecionados mesmo sem dominar plenamente o idioma o que sinaliza para os apadrinhamentos.

³⁰ O quadro hierárquico do Exército é assim composto: oficiais gerais (general de exército, general de divisão e general de brigada), oficiais superiores (coronel, tenente-coronel e major), oficial intermediário (capitão), oficiais subalternos (1º tenente e 2º tenente), praças (subtenente, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo e soldado) e praças especiais (aspirante e aluno de estabelecimento de ensino militar).

de primeira categoria do Exército; ser alfabetizado; ser solteiro, não ser arrimo e não ter filhos; ter a idade máxima de acordo com as portarias em vigor; ter boa conduta no período em que esteve incorporado; ser submetido à seleção, segundo as normas vigentes, ser considerado “apto” na inspeção de saúde; ter no mínimo 1,65m de altura. Conforme as portarias do Exército, dava-se preferência aos voluntários que fossem atletas; que tivessem fluência verbal do idioma inglês; árabe ou outra língua estrangeira, não sendo um aspecto obrigatório, mas que possuía relevância no processo de escolha.³¹

Contudo, pode-se, aqui, questionar se todo esse rígido padrão de exigências foi efetivamente seguido à risca e realmente cumprido, na prática, ao pé da letra. Nos depoimentos realizados, os entrevistados foram unânicos em afirmar que “a maioria dos soldados recrutados não tinha condições de conhecimento de língua inglesa, de geografia, de política ou seja lá o que for, para sequer compreender o que estava ali fazendo”.

O relato do veterano Víctor Manuel Vighi, que seguiu no 5º Contingente, ilustra bem a situação:

No processo de seleção, eu e mais um fomos os únicos escolhidos de um grupo de 40 voluntários. Os candidatos com mais possibilidades eram os que jogavam futebol e falavam inglês. Eu jogava futebol. Fui ajudado pelo coronel Bastos Nogueira, que era Comandante do 18º Regimento de Infantaria, em Porto Alegre, que também era Presidente do Clube Farroupilha, de Pelotas e que havia um sargento que era amigo do coronel Bastos, que também jogava futebol no Clube Farroupilha. Esse sargento me ajudou a ser escolhido. No processo de escolha o sargento pediu ao coronel Bastos que, caso eu tivesse nas mesmas condições dos outros candidatos, fosse eu o escolhido. Pra dizer mesmo ninguém falava inglês de verdade. Tinhas uns que arranhavam alguma coisa, mas era pouca coisa. Dava para sobreviver. (MANUEL VIGHI, 26 set 2014)

De fato outros aspectos foram relevantes nas escolhas, mas percebemos que a ênfase foi dada aos voluntários considerados atletas, pouco importando se sabiam o que realmente fariam no Oriente Médio e se realmente dominavam o idioma que prescrevia os editais e portarias.

A partir do segundo contingente, o encargo de seleção de cabos e soldados, além dos reservistas se tornou rotativo entre os diversos comandos militares do

³¹ A partir do 3º Contingente, o Exército elaborou uma prova de caráter não obrigatório destinada a avaliar os oficiais, subtenentes e sargentos no domínio do idioma inglês.

Exército Brasileiro espalhados pelo Brasil. Formaram-se contingentes em São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e outras capitais, tornando nacional a constituição do Batalhão.

Os contingentes organizados com os cabos e soldados reservistas voluntários passavam por um período curto de preparação, que visava readaptá-los à vida militar. Havia a necessidade de atualizá-los e enquadrá-los, o que foi executado através de um programa para nivelamento da instrução do pessoal no aquartelamento do 2º RI e, principalmente, no Campo de Instrução de Gericinó (CIG), no Rio de Janeiro, com a instrução ministrada com ênfase em técnicas de patrulhas, exercícios de tiro e de ordem-unida, atividades que já faziam parte do cotidiano da vida na caserna.

Apesar disso foi observado que tanto na instrução como no adestramento, por conta da pouca experiência na atividade que seria executada na missão e da exigüidade de tempo, esses aspectos tiveram reflexos negativos na Faixa de Gaza. A maioria dos militares, até mesmos os oficiais, não estava preparados para a missão, como fica caracterizado pelos seguintes fatores verificados nos efetivos do Batalhão: despreparo dos oficiais quanto a idiomas estrangeiros; falta de condicionamento físico; desconhecimento da área; instrução militar inadequada para o tipo de missão, que não era peculiar; o elevado número de reservistas analfabetos, semi-analfabetos e a falta de uma avaliação psicológica dos voluntários.

O primeiro contingente não contou, mas os seguintes receberam palestras ministradas por ex-integrantes do Batalhão que haviam seguido anteriormente, o que foi de alguma forma positiva, embora não se possa considerar o suficiente para a missão.

Com relação ao fardamento, ao equipamento e ao material de acampamento, inicialmente os mesmos deixaram muitos a desejar, pois não eram os mais adequados ao emprego no deserto, não resistindo às intempéries. As condições adversas do ambiente operacional impunham um desgaste muito acentuado e rápido. Posteriormente, este problema foi solucionado com o emprego de material estrangeiro, principalmente do Exército indiano.

O general da reserva Ruy Leal Campelo, que integrou o 2º Contingente no período de junho de 1957 a outubro de 1958, então como major na função de chefe da quarta seção do Batalhão Suez relata as condições em que a tropa recebeu os uniformes:

Apesar das ligações e observações feitas, o uniforme de lã era de fazenda que havia sido tecida entre 1942 e 1944, para a utilização da FEB; quase 20 anos antes. O tecido estava ressecado, e eu, que tinha a pele seca, usava uma calça de pijama para colocar a calça dela por cima, porque a pele não resistia àquele pano. Também distribuíram um estojo com escova de dente, sabonete, saboneteira e um espelho. Quando abramos o estojo, estava tudo mofado. Aquele sabonete Eucalol estava ali há 30 anos. (CAMPELO, 2010, p. 71)

O armamento individual do soldado era o antigo fuzil FO 1908, enquanto que para os oficiais era a pistola e revólver .45 e para os sargentos a metralhadora INA (Indústria Nacional de Armas). As armas coletivas utilizadas eram as metralhadoras Browning .30 e .50, o morteiro .60 e o lança-rojão 2.36.

De acordo com relatos de ex-integrantes, assim como ocorreu no processo de desmobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB),³² em 1945, que imediatamente após o seu regresso foi desmobilizada, os contingentes que retornavam para o Brasil após a missão na Faixa de Gaza recebiam destinos diversos: os militares integrantes do corpo permanente (oficiais, graduados, cabos e soldados) eram transferidos para outras organizações militares do Exército espalhadas pelo Brasil, enquanto que os reservistas que haviam sido mobilizados para a missão na Faixa de Gaza eram sumariamente desligados. Suas experiências adquiridas ao longo da missão não foram aproveitadas pelo Exército.

O processo de desmobilização era rápido. Para o Exército o principal objetivo desse procedimento era prevenir futuras ações jurídicas por partes de ex-integrantes do Batalhão por danos físicos ou psicológicos ocorridos durante a Missão. Mas isso não impediu que até hoje as associações de ex-integrantes reivindicasse uma pensão vitalícia junto ao governo. Chegou ao nosso conhecimento que tramita na Câmara dos Deputados um projeto que assegura o pagamento de pensão especial vitalícia, no valor de dois salários mínimos mensais aos ex-integrantes do Batalhão.

3.4 As histórias nas cartas dos voluntários indicados, preteridos e excluídos

As correspondências como fontes de pesquisa têm sido bastante utilizadas pelos historiadores. Particularmente os arquivos privados que passaram a ser

³² FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000). Londrina, EDUEL, 2012. p. 87.

considerados importantes instrumentos no processo de construção de estudos históricos.

Cartas pessoais são documentos produzidos por pessoas físicas, como parte das tarefas ligadas a sua vida cotidiana. Situam-se dentro do espaço da experiência familiar, das trocas entre amigos, das liberdades individuais, das opiniões, iniciativas e produções particulares, enfim, do viver cotidiano. São documentos que não integram qualquer conjunto diretamente gestado para registrar o desempenho das atividades de algum grupo, entidade ou instituição formalmente constituídos. Assim, são textos que atendem às variadas motivações e intencionalidades de foro estritamente pessoal dos seus autores. Pode-se dizer que cartas pessoais são “momentos biográficos”, em que os missivistas apresentam (e ocultam) algo de si, conforme exprimiu Teresa Malatian (2009, p. 195): “Trata-se de escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta.” No caso específico das cartas pessoais que aqui analisamos, elas são textos escritos por pessoas comuns ou não, em tese, podem ser situadas no grande conjunto das chamadas correspondências ordinárias, que abrangem as práticas e os usos cotidianos da escrita de cartas.

As cartas, de fato, deixam ver o quanto, fez-se presente na sociedade brasileira, da ótica do cidadão comum, o entendimento de que poderiam “negociar” com as autoridades a possibilidade de uma solicitação atendida.

Jorge Ferreira (1997), por exemplo, em seu livro *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* faz uma análise das relações estabelecidas entre Getúlio Vargas, em seu primeiro governo, e a população de trabalhadores brasileiros. Ele usa como fonte privilegiada de pesquisa um conjunto de cartas enviadas ao presidente por trabalhadores e seus familiares. Na pesquisa, o autor se opõe à ideia de que o “povo trabalhador” foi uma parte passiva, submetida ou completamente controlada por estratégias políticas do governo Vargas. Ao contrário, demonstra como o discurso político de Vargas foi apropriado por diferentes atores sociais, entre os quais os trabalhadores, e como isso se realizava com considerável autonomia. Jorge Ferreira (2007) ainda retorna ao estudo de cartas escritas por homens comuns, no artigo *Cartas a um exilado: Jango e sua correspondência*, analisando uma série de missivas recebidas pelo ex-presidente durante o seu exílio em Montevideu, no Uruguai. No conjunto, incluem-se cartas de populares, que deixam ver o quanto o envio da correspondência constituiu estratégias que visavam solucionar demandas

dos missivistas, por meio do contato direto com um homem de prestígio político, reconhecido como uma pessoa rica e boa para os pobres.

A utilização desse material foi possibilitada pelo alargamento na noção de documento, já que passou a ser vista como um local de entendimento dos processos sociais e, conseqüentemente, uma importante documentação para a investigação e produção histórica. No nosso caso, os arquivos com as correspondências oficiais e privadas disponíveis, estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército.

Isso nos permite ter acesso às representações elaboradas pela pessoa que as escreve (o missivista assume, ao mesmo tempo, as funções de sujeito e personagem de si mesmo).

O conteúdo dessas correspondências nos proporciona a possibilidade de associar as práticas sociais à subjetividade destes documentos, criando uma análise do modo como à realidade social é construída.

Através dessas missivas formulamos a seguinte hipótese: as correspondências localizadas são indícios que comprovam, que entre os anos 1950 e 60, mesmo durante o período da ditadura militar, a troca epistolar ainda era um importante instrumento de busca de favorecimentos junto aos poderes governamentais.

Nesse sentido a nossa abordagem tem nas cartas um instrumento importante para nossa investigação.

Percebe-se pela documentação encontrada que em vários momentos do processo de seleção era necessário muito mais do que preencher os requisitos mínimos para ingressar no Batalhão. O conhecimento de alguém “influente” poderia ser um “requisito” importante, no entanto mesmo sem um possível “pistolão” várias cartas de pessoas comuns, sem vínculos são enviadas para as autoridades que poderiam “interferir” no processo de seleção.

Nas relações nominais (algumas de caráter sigiloso) definitivas dos oficiais, subtenentes e sargentos designados para concorrer às diversas vagas e funções na missão em Suez, observamos anotações do tipo: “por ordem do ministro...”, “decisão do ministro fulano de tal”, “escolhido”, “pedido do governador...”, “candidato do deputado fulano de tal...”, “por ordem do Sr. Presidente da República”, etc.³³

³³ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 03 pasta nº 11, maço nº 241 – AHEx.

Esse aspecto encontra respaldo nas diversas correspondências analisadas. O que sinaliza para o uso das relações de poder entre os interessados em servir no Batalhão Suez e as autoridades, interferindo dessa forma no processo de escolha dos voluntários.

Cientes do funcionamento desse aspecto da seleção, muitos militares, fossem eles oficiais ou praças, inclusive reservistas, recorriam às autoridades civis e militares em busca de um “pistolão” que lhes garantisse suas indicações para compor o contingente.

Em 1962, um garotinho chamado Amilcar [...] escreveu a Jango “escrevo-lhe esta cartinha a fim de pedir ao senhor mande o pessoal deixar o papai ir ao Egito com o Batalhão Suez”. para pedir que seu pai fosse indicado para servir em Suez, porque “ele já pediu muitas vezes, mas não conseguiu ir”.³⁴ “ A carta de Amilcar foi uma das centenas enviadas ao presidente e ao ministro da guerra por autoridades e por pessoas pobres, ao longo dos anos de 1957 a 1967. Como tantas outras, ela indica a situação econômica vivenciada pelo pai de Amilcar que era sargento e que apesar de servir no 2º RI, não obteve êxito nos vários processos de seleção que participou a fim de integrar o contingente do Batalhão.

A carta revela ainda o quanto se tornaram concorridas às vagas para servir na Faixa de Gaza durante um ano. Para muitos o dinheiro obtido naquela missão de paz significava “melhorar de vida”

Em um telegrama enviado em vinte e um de agosto de 1960 o deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Leonel Brizola faz um pedido para inclusão de um sargento ao general Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra:

Solicito caro amigo especial gentileza examinar com máximo empenho possibilidades inclusão 2º sargento [...], próximo batalhão Suez São Paulo. Interesse referido sargento viajar Suez prende-se herança no Líbano que com condições pobres e consequentemente impossibilitados se deslocarem até aquele País. Antecipados agradecimentos. Forte abraço Deputado Leonel Brizola³⁵

Era comum os pedidos dessas autoridades em favor de seus “apadrinhados”. O que de certa forma contribuía para que o processo de seleção sofresse constantes interferências.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

Em outro telegrama de dois de agosto de 1963 o então senador Juscelino Kubitschek faz também um pedido para uma “pessoa de minha amizade” ao mesmo Ministro da Guerra:

Cumprimento o cordialmente, solicito prezado amigo, com máximo empenho, estude possibilidade inclusão próximo Batalhão Suez 2º sargento [...] servindo atualmente Escola Sargentos Armas, Três Corações, Minas Gerais, tratando-se pessoa minha amizade, e confiando nobre espírito caro amigo, tenho esperança ver ele realizado ideal. Na expectativa alguma resposta, envio-lhe meu mais afetuoso abraço. Juscelino Kubitschek.³⁶

Muitas cartas eram de pessoas comuns, muitos militares de baixa patente, assim como de parentes de candidatos que almejavam ser incluídos nos diversos contingentes que eram anunciados pelos meios de comunicação ao longo dos anos.

A carta abaixo é de um tenente do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) em final de carreira no Exército, que enviou a correspondência ao general Jair Dantas, na época ministro da guerra, relatando o seu problema em não ser chamado para compor o Batalhão:

[...] Em cinco oportunidades, candidatei-me às funções de encarregado do correio do Batalhão Suez, sendo em todas elas, inspecionado e julgado apto, culminando minha pretensão quando, na quinta tentativa, já praticamente designado, fui preterido, à última hora, por outro oficial, que se apresentou como candidato pessoal do então presidente Jânio da Silva Quadros. [...]³⁷

É bom lembrar que Jânio era totalmente contrário a presença do Batalhão Suez em solo estrangeiro, mas como constatamos, ele também indicava os seus “apadrinhados”.

Essas relações pessoais poderiam se articular às relações políticas, delineando todo um sistema fundado na troca de favores. Essas cartas de pedidos foram escritas por indivíduos que ocupavam diferentes posições na estrutura social brasileira e recebidas por quem decidia, direta ou indiretamente. Elas exprimem formas de comunicação tanto hierarquizadas quanto horizontais, estas últimas sugerindo a definição de uma rede de relações pessoais construídas em torno da estrutura do poder. Isso mostra como essas cartas são expressões de padrões de

³⁶ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 03 pasta nº 11, maço nº 291 – AHEx.

³⁷ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 09 pasta nº 6, maço nº 357 – AHEx.

funcionamento da estrutura social e de práticas políticas então partilhadas socialmente.

Por ter um número reduzido de vagas tanto para oficiais como para graduados, muitas vezes os candidatos participavam de até oito processos de seleções sem obter êxito. Por conta disso escreviam cartas dirigidas às autoridades relatando a sua situação financeira e em algumas vezes questionando a lisura no processo de seleção.

Em uma carta de vinte e nove de outubro de 1961 endereçada ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o tenente [...] radiotelegrafista do quartel general do comando da 3ª Região Militar, em Porto Alegre faz a seguinte solicitação:

Dr. Leonel Brizola. Digníssimo Governador. Sendo vontade minha servir no Batalhão de Suez, e como já fiz varias tentativas, todas em vão, resolvi hoje, aproveitando a chegada do Dr. João Goulart, dirigir-me a Vossa Excelência, pedindo sua valiosa cooperação para que se concretize o meu ideal. Por incrível que pareça, o privilegio de servir em Suez é sempre dado aos meus colegas do Rio de Janeiro, da central radio do Exército. Estou enquadrado no mesmo direito, pois pertenço também ao quadro de oficiais QOE, ou seja, especialista categoria radiotelegrafista. Parece estranho a Vossa Excelência o meu pedido, mas é que não me conformo com a situação atual, em que só oficiais do Rio são indicados para o Oriente. Tenho 30 anos de efetivo serviço e desde cabo que presto todos os meus esforços em prol do Quadro Radio do Exército, sem nunca ter pedido nada a ninguém. Mas agora aqui estou, falando ao governador de todos os gaúchos. Gostaria que V. Excia. falasse com o Dr. Jango, pedindo-lhe que interceda junto ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, no sentido de que este faça um expediente ao Exmo. Sr. General Diretor de Comunicações, indicando o meu nome para substituir o tenente que se encontra em Suez e deverá regressar ao Brasil nos próximos meses. Esclareço, Dr. Brizola, que o tempo que fica um oficial QOE lá no Oriente é um ano, desempenhando as funções de auxiliar do chefe da estação rádio. Creio que esta seria a única maneira para concretizar minha aspiração. Caso contrário, tenho quase certeza que continuará o favoritismo aos meus colegas do Rio.³⁸

A carta acima do oficial QOE, que achamos prudente não ser identificado, chegou às mãos do chefe de gabinete da Presidência da República, general Evandro Kruel, que deu o seguinte despacho: “o oficial solicita ser incluído no Batalhão Suez. O mesmo contrariou o Regulamento ao se dirigir a autoridade sem a devida autorização.”

Pelo despacho já sabemos que, provavelmente, o oficial sofreu alguma sanção disciplinar, conforme prevê o Regulamento Disciplinar do Exército e com

³⁸ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 03 pasta nº 11, maço nº 239 – AHEx.

certeza o general não recebeu com bom gosto o questionamento a respeito da “lisura” no processo de escolha dos oficiais para servir no Batalhão Suez. O tenente QOE, por sua vez, sabia do que estava falando, quando cita os favorecimentos que ocorriam nas seleções. Ele também viu no governador Leonel Brizola à oportunidade de encaminhar o seu pedido ao presidente João Goulart, a fim de ser inserido nesse “grupo”. O seu principal argumento era os trinta anos de serviço “sem pedir nada a ninguém”, mas via em Brizola o caminho mais curto entre Jango e o Batalhão Suez.

Três meses após a instalação do regime de 1964, os efeitos já são latentes na sociedade. Era o ano em que caberia as organizações militares da região nordeste selecionar um novo contingente do Batalhão Suez que iria para a Faixa de Gaza.

A carta abaixo, endereçada ao marechal Castelo Branco, que exercia a função de presidente, é um exemplo curioso do clima da época:

Venho por meio desta, solicitar de Vossa Exa. a resposta da carta com data de 6 de junho, quando Vossa Exa. esteve visitando a Capital pernambucana (Recife) a qual foi entregue a Vossa Exa. quando se deslocava da SUDENE para o Clube Português, carta essa que inclusive foi criticada pelo jornal Diário de Pernambuco nos seguintes termos: “O nosso Presidente da nação recebeu uma carta de um elemento que não conhecemos, quando se deslocava Vossa Exa. da SUDENE para o Clube Português em companhia do Exmo. Sr. General Justino Basto, Comandante do 4º Exército. O julgamos que esta carta venha denunciar alguém.” Por sinal publicando que foi uma travessura de quem a entregou.³⁹

O momento conturbado em que se vivia, as desconfianças eram previsíveis. E a forma como a carta foi passada para as mãos da autoridade provocou o que chamamos de clima de “denuncismo”. “O julgamos que esta carta venha denunciar alguém. Por sinal publicando que foi uma travessura de quem a entregou”.⁴⁰

Na verdade o conteúdo da carta e a forma como ela chegou a quem era de direito revela o desespero dos seus autores:

Exmo. Sr. Presidente, continuamos sofrendo. Pedimos e rogamos pelo amor de Deus que Vossa Exa. nos ajude respondendo nossa carta para que possamos com ajuda de Vossa Exa. terminar o nosso sofrimento e ingressar no Batalhão Suez o qual partirá no dia 10 de agosto próximo.⁴¹

³⁹ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 16 pasta nº 62, maço nº 1307 – AHEx.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

Servir durante um ano no Batalhão Suez era para muitos brasileiros a única forma de eliminar os seus sofrimentos, pois, como bem diz o conteúdo: “estamos passando fome cinco meses em Recife. Nosso endereço já não é o mesmo. Mudamos por falta de dinheiro.”⁴²

O que se percebe é que apesar de todo um processo regulado por portarias e diversas outras legislações, uma grande rede de relacionamento é traçada entre candidatos e autoridades criando uma “clientela”, que prejudica a transparência no processo de seleção.

Em outra carta analisada, verificamos uma situação curiosa. O capelão, chefe do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas (SARFA), envia um ofício ao chefe da Comissão de Assuntos Suez, solicitando uma vaga de capelão do Batalhão Suez para um capitão na função de capelão.

Sr General. Conforme entendimento verbal com o Sr. Ministro da Guerra e com V Exa, esta chefia propõe à sua excelência a indicação do Capitão Padre Nilo Kollet, da Guarnição de Porto Alegre, para integrar o próximo contingente do Batalhão Suez, como seu Capelão. Informo, ainda, a V Exa que, o referido capelão preenche todas as qualidades espirituais e intelectuais que se exigem de um capelão para tão árdua missão. Aproveito a oportunidade para reiterar a V Exa protestos de estima e distinta consideração. Assina: Monsenhor Alberto da Costa Reis – Capelão Chefe.⁴³

Em resposta é prestado os seguintes argumentos:

O sistema de recrutamento em vigor não é o de indicação e sim o prescrito na Portaria Nr 1.300, de 31 Jul 63, que adota o voluntariado. O capelão da Guarnição de Porto Alegre, dentro das condições fixadas não poderia se candidatar, dado não estar prestando serviço na área do II Exército. A cresce mais que já há um capelão regularmente indicado pelo Comandante do II Exército para o qual este gabinete já pediu movimentação para o II/2º RI Conclusão.- a indicação em causa não tem cabimento, por não possuir qualquer amparo legal. - Não há, pois como considerá-la.- o documento presente, deve ser “arquivado” Ass Joubert – Ten Cel Aj G.Nota. Por ordem do Sr Ministro.⁴⁴

⁴² Coleção Batalhão Suez, caixa nº 9 pasta nº 36, maço nº 1167 – AHEx.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

Observamos que a resposta negativa, denota que a rigidez das portarias que regulavam o processo de seleção, era “seletiva”, pois analisando diversos pedidos de outras autoridades, encontramos pareceres positivos quanto aos seus candidatos e não se questionava se havia “qualquer amparo legal”.

Boa parte das cartas analisadas foi escrita por pessoas que não tinham qualquer prestígio na escala social – a quem Michel de Certeau (2008, p. 57) chamou de “anônimos sociais”. O que significa, no caso do Brasil, que em grande parte, para dizer o mínimo, esses missivistas não dominavam as regras do chamado bem escrever. Com certeza, não é trivial a constituição de um acervo de cartas escritas por quem não domina o fazer escriturário. Com maior frequência, os registros escritos, publicados ou guardados em arquivos históricos, são de autoria de pessoas que possuem boa instrução formal, socializadas em círculos intelectuais ou políticos. Isso porque a prática escriturária não é um exercício presente ou marcante na vida pessoal/profissional de grande parte da população, as quais apenas irregularmente deixam produções escritas de suas experiências.

É muito mais fácil encontrar fontes escritas em que as visões de mundo dos indivíduos e grupos sociais menos privilegiados são produzidas pela “voz dos outros”, e não diretamente pelos próprios indivíduos e grupos em questão.

3.5 Os contingentes do Batalhão Suez formados no sul do Brasil

Conforme as diretrizes da Comissão de Assuntos Suez, o processo de seleção de voluntários ao Batalhão deveria ocorrer através de rodízios entre os comandos militares de área ⁴⁵.

Em três ocasiões o Comando Militar do Sul (CMS), que engloba as 3ª e 5ª regiões militares, com sede em Porto Alegre e Curitiba, respectivamente foram designadas para formar outros contingentes do Batalhão Suez. Boa parte desse

⁴⁵ I Exército (sede no Rio de Janeiro, englobando os estados de Minas Gerais e Espírito Santo), II Exército (São Paulo), III Exército (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), IV Exército (Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Recife, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Paraíba), V Exército (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins) e VI Exército (Amazonas, Amapá, Roraima, Pará, Acre e Rondônia). Atualmente possuem as denominações de Comando Militar do Leste (CML), Comando Militar do Sudeste (CMSE), Comando Militar do Sul (CMS), Comando Militar do Nordeste (CMNE), Comando Militar do Centro Oeste (CMO) e Comando Militar da Amazônia (CMA), respectivamente. Recentemente foi criado ao Comando Militar do Norte (CMN) com sede em Belém-PA.

contingente era formada por militares de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, principalmente os reservistas.

No entanto, o Rio Grande do Sul, especificamente Porto Alegre, enviou militares que formaram três contingentes quase completos do Batalhão Suez. Ao todo, cerca de mil e duzentos militares, entre oficiais, praças e reservistas voluntários participaram da Missão. É importante ressaltar que, embora tais contingentes fossem requisitados exclusivamente no RS, sua constituição se dava por militares de diversas partes do Brasil, que estavam servindo nessas unidades.

O 5º Contingente teve sua base formada, integralmente, em Porto Alegre, e composto por cerca de trezentos cinqüenta e seis militares. Após sua mobilização, foi enviado ao Rio de Janeiro para um período de treinamento e preparação, como era a norma vigente. Sua partida se deu em doze de agosto de 1958, a bordo do Navio de Transporte de Tropas “Ary Parreiras”, com destino a Port Said, no Egito, aonde chegaram a oito de setembro de 1958. Uma aventura que duraria dezesseis meses.⁴⁶

O veterano J. J. Dourado escreveu uma história interessante, que ficou conhecida entre os brasileiros que por lá passaram, sobre os “gaúchos caridosos”. Escreveu em seu livro que “os rapazes do Rio Grande consideravam quebra de cortesia andar um homem a cavalo, enquanto a mulher tinha os pés gretados de andar a pé”.⁴⁷ Sabe-se que, na cultura árabe, a relação da mulher na sociedade se dá de maneira subserviente, submissa. No livro de Fernando Corrêa de Barros a tal história também é relatada, e o desfecho de tal passagem é por ele relatado:

Estes gaúchos, certa feita, patrulhavam no deserto, onde encontraram um casal de viajantes com um dromedário. O homem vinha montado e a mulher puxava o animal pelo cabresto, viajando a pé. Os sulistas discordaram daquilo e, entre alegres e ameaçadores, obrigaram a que trocassem as posições. A “prenda” iria montada, enquanto o “peão” puxaria o cabresto. Dali por diante, depois que contaram a seus companheiros o ocorrido, todos os gaúchos, sempre que encontravam aquela situação, exigiam a inversão. Desde lá, a palavra gaúcho incorporou-se ao vernáculo palestino da região, como sinônimo de valente e arruaceiro. (BARROS, 1998, p. 99-100)

O 13º Contingente também se originou das unidades militares de Porto Alegre, mais especificamente do 18º Regimento de Infantaria (18º RI). Sua ida para

⁴⁶ Reportagem ao jornal Zero Hora. Disponível em:

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/08>>. Acessado em 12 fev. 2015.

⁴⁷ DOURADO, J. J. **Oriente Médio. Batalhão Suez**. Petrópolis: Vozes, 1963. p.57.

Suez se deu, com cerca de trezentos e sessenta e nove integrantes, em quatro de julho de 1963, a bordo do Navio “Ary Parreiras”, onde o treinamento e à preparação ocorreram também na sede do Batalhão Suez, no Rio de Janeiro..

Em entrevista, o senhor José Américo Vighi, que integrou o 13º Contingente, relata como foi sua ida para o Batalhão:

Dei baixa do 9º Regimento de Infantaria, em Pelotas, em 16 de janeiro de 1965. Na época era Regimento. Hoje é o 9º Batalhão de Infantaria Motorizado. Depois eu fui para Porto Alegre para estudar no Colégio Rui Barbosa. O Exército divulgou que iria formar um batalhão no Rio Grande do Sul para ir para a Faixa de Gaza e eu prestei os exames. Eram muito rigoroso. Da minha turma, de 150 voluntários, somente 5 foram aprovados. Tive sorte de ser selecionado Era para substituir o contingente carioca. Ficamos aquartelados no 18º Regimento de Infantaria, em Porto Alegre. Os exercícios de adestramento duraram 17 dias e após fomos embarcados no navio Ari Parreiras, da Marinha de Guerra e seguimos para o Rio de Janeiro, onde permanecemos por 4 dias e seguimos para Recife. Ficamos lá 3 dias. Depois Dakar, na época África Ocidental Francesa, hoje Senegal e seguimos para Nápoles na Europa e finalizamos em Porto Said, no Egito. (AMÉRICO VIGHI, 26 set 2014)

Uma particularidade desse contingente foi o fato de possuir um correspondente com cobertura integral de notícias, diretamente de Suez. O jornalista Glênio Peres, pelo *Diário de Notícias*, já havia, anteriormente, ficado um mês como correspondente junto ao 5º Contingente. Desta vez com o 13º, ao contrário do jornalista tradicional, o correspondente era também um militar integrante da UNEF. Esse foi o caso de Roberto Brenol Andrade, que era cabo e narrava notícias e enviava matérias para a *Rádio Guaíba* e para o jornal *Correio do Povo*.⁴⁸ O cabo Brenol reportava da missão aquilo que ele próprio executava, como militar no desempenho de suas funções, nas patrulhas ao longo da Linha (LDA), nos postos de observação, nos passeios, os problemas, as alegrias e as tristezas vividas no deserto, em meio ao conflito entre os árabes palestinos e os judeus israelenses.

3.6 O 20º Contingente: uma missão derradeira e conturbada

O último contingente foi 20º e coube a ele a tarefa, prematura, de encerrar a participação das forças brasileiras a serviço da UNEF. O 20º foi, sem sombra de

⁴⁸ Ver ANDRADE, op. cit., 1985, p. 183-186.

dúvida, aquele que gerou mais repercussão nos meios de comunicação e na própria “desconhecida” história do Batalhão Suez como um todo. A inesperada “guerra relâmpago”, desencadeada pelas tropas de Israel, comandadas pelo general Moshe Dayan, ao amanhecer do dia cinco de junho de 1967⁴⁹, ao mesmo tempo em que encurtou a missão do 20º Contingente, ironicamente, também fez com que fosse esse contingente um “contingente símbolo”, em referência a tudo aquilo que foi e representou a participação brasileira na UNEF. Em qualquer conversa, relato ou narrativa sobre o assunto, falar em Batalhão Suez imediatamente remete ao 20º Contingente; e ao mencionar esse contingente, faz-se a relação com a Guerra dos Seis Dias.

Muitos são os questionamentos sobre a possível permanência do 20º Contingente na região, mesmo após se desenhar os indícios de que uma guerra já estava a caminho.

Segundo Norberto Soares Paiva, a permanência prolongada do Batalhão Suez na área do conflito foi conduzida com extrema irresponsabilidade por seus comandantes.⁵⁰ As informações sobre uma guerra iminente, ao que parece, não chegaram aos ouvidos dos oficiais brasileiros, ou foram mal avaliadas. O suposto desconhecimento a respeito de uma guerra em potencial naquele momento, não diminui ou justifica a irresponsabilidade do governo brasileiro naquela situação, que colocou em risco a sobrevivência de todo o contingente. A tropa brasileira foi cercada por fogo cruzado, e, “em meio ao deserto, a 7ª Companhia ficou presa sob a mira das metralhadoras de Israel, durante trinta e seis horas”.⁵¹ Os brasileiros também contaram com a sorte, diferentemente dos indianos que, como relata José Ignácio Vieira, tiveram dezenas de mortes, vítimas dos ataques israelenses, que os confundiram com os árabes.⁵²

No entendimento do general da reserva Ruy Leal Campelo:

[...] nessa ocasião, se não me engano, o Ministro do Exército era o general Lira Tavares e o chefe de gabinete o general Frota. Telefonei para o

⁴⁹ Sobre a Guerra dos Seis Dias, ver detalhadamente OREN, op. cit., 2004.

⁵⁰ ZANATTA, Joel. **“Em defesa da paz”: a crise do canal e a participação do Batalhão Suez e seus contingentes gaúchos a serviço da ONU no Oriente Médio (1957-1967)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: 2012. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/13784>>.

Acesso em: 23/01/2015.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

gabinete do ministro duas vezes, e perguntei o que seria feito com o Batalhão Suez, porque a situação lá estava em plena deteriorização [...] a alegação era a de que haviam feito despesas necessitavam de uma compensação. [...] (CAMPELO, 2010, p. 122)

Os fatos que envolveram o retorno do 20º Contingente, com o início da Guerra dos Seis Dias, em cinco de junho de 1967, ainda são obscuros. A Biblioteca do Exército, no Projeto de Historia Oral das Operações de Paz publicou em 2010, o seu primeiro tomo – A Missão Suez - que é composto de entrevistas com ex-integrantes dos diversos contingentes. No entanto, dos entrevistados, nenhum pertenceu ao 20º Contingente, ou seja, o contingente diretamente envolvido no fatídico retorno da Missão de Paz de Suez. Seria importante buscar esclarecer o que ocorreu no dia em que a tropa brasileira foi surpreendida pelo início da Guerra.

A reportagem abaixo esclarece alguns pontos desconhecidos desse retorno:

[...] A denúncia só agora chegou ao conhecimento do repórter, que transmite ao público conforme os termos do relatório elaborado por oficiais que presenciaram o fato, através do depoimento das próprias vítimas. O caso é que os soldados israelenses que invadiram Gaza humilharam e saquearam os militares brasileiros que ainda lá se encontravam quando explodiu a guerra. Os oficiais condensam o episódio nos seguintes itens: “1º - A tropa brasileira foi surpreendida, às 9 horas do dia 5 de junho, pelo bombardeio aéreo israelense do campo de pouso de El Rarish; 2º) – O Brasil guardava as instalações do campo Rafah, substituindo os canadenses, que haviam partido tão logo Nasser pediu a retirada das tropas da ONU; nesse campo se encontrava toda a logística da UNEF na Faixa de Gaza; 3º) – Aproximadamente às 17 horas do dia 5, os primeiros soldados israelenses entraram no campo Rafah, por cuja segurança o Brasil era o responsável; 4º) – A tropa brasileira no campo Rafah foi atacada pelos soldados israelenses e posteriormente concentrada fora do campo sob o controle de Israel; 5º) – Todo o armamento brasileiro do Campo Rafah foi recolhido por Israel, sendo transportado para lugar ignorado; a tropa foi desarmada; 6º) – Ainda na manhã de 5 de junho, a tropa do campo Rafah foi alvo do fogo das armas de TIRO TENSO (metralhadoras) e de TIRO CURVO (morteiros e canhões); 7º) - A tropa brasileira foi concentrada e mantida em uma área sob a vigilância do Exército de Israel A PARTIR DAS 18 HORAS DO DIA 5 ATÉ AS 7 HORAS DA MANHÃ DO DIA 6. A ordem recebida dos comandantes israelenses foi de FICAREM SENTADOS TODOS SEM FALAR; 8º-) Toda a tropa foi mantida sentada – oficiais e praças. Com muita insistência, foram fornecidos cobertores, porque a noite era muito fria; [...] 10º) Durante a operação no interior do campo Rafah HOUVE PILHAGEM, por parte da tropa de Israel, do material pessoal brasileiro, com grave prejuízo para todos. Aquêles que tinham comprado e economizado alguma coisa, tudo ou quase tudo perderam. (Revista O Cruzeiro, 01 jul 1967). Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br> Acesso em 15 Ago 14.

O Canadá deixou a região de Rafah em trinta e um de maio de 1967. E o Brasil? Por que a demora em tomar essa decisão se o ambiente de conflito já estava se desenhando muito antes de cinco de junho de 1967? Por que o governo brasileiro não tomou a decisão mais segura? São perguntas que permanecem sem respostas.

4 Rumo a um cotidiano desconhecido

4.1 O deslocamento para a região do Egito: novas descobertas

Em dezembro de 1956 partia o destacamento precursor composto de cinco oficiais e quarenta e cinco praças, por aeronave. Em janeiro de 1957, partiria o restante do pessoal, por mar. O transporte dos contingentes geralmente era realizado pela Marinha do Brasil e posteriormente em aviões da Força Aérea Brasileira - FAB e o embarque ocorria no Rio de Janeiro, após um desfile de despedida em frente ao Ministério da Guerra.

No transporte marítimo, que foi o mais utilizado, os oficiais, até o posto de capitão, viajavam em camarotes, os tenentes e os sargentos mais graduados ficavam em alojamentos e as demais praças viajavam em compartimentos localizados abaixo da linha d'água do navio. O deslocamento marítimo poderia durar cerca de vinte, trinta ou até mais dias e o primeiro impacto na vida daqueles homens era as acomodações nas embarcações que eram bastante desconfortáveis para a tropa de uma maneira geral. Essas viagens, por medida de economia, eram aproveitadas para fazer o serviço de carga de diferentes mercadorias que eram deixadas nos portos na Europa, tanto na de ida como de volta.

Viajar junto com a carga nos alojamentos piorava ainda mais a situação. Deveria ser sofrível passar vinte e poucos dias só de céu e mar, enclausurado em um navio que jogava bastante e, misturado a tudo isso o cheiro da carga transportada, exemplificando o café cru.

Foi um horror. Em primeiro lugar eu mesmo me senti muito mal. Durante esse percurso na lagoa dos Patos não teve problemas. No navio tranquilo. No que saiu na barra dos molhos, de Rio Grande, o navio começou a corcovear. Aí começou o enjoo. Eu não comi. Eu só comia em terra. Eu passava a bolachinha, pão, torradas e essas coisas assim. O navio foi carregado de café. Era um cheiro insuportável. Eu não sabia se deitava no beliche, que ficava no porão ou subia para o convés, tomando ar, olhando para o céu e sem comer. Para mim foi uma viagem terrível. Mas compensou quando nós chegamos no Rio de Janeiro. Eu nunca tinha ido ao Rio, Recife. Foi muito bom, mas na água, durante a viagem pra mim foi ruim. (DAVI, 12 nov, 2014)

Por tudo isso, havia soldados, cabos, sargentos e até oficiais que não se adaptaram e passavam bom tempo sem condições de dormir nos alojamentos. Os

enjoo eram comuns, no próprio navio havia uma enfermaria que ficava lotada, muitos usavam soro e alimentação líquida, porque o vômito enfraquecia.

Na viagem realizavam-se trabalhos físicos e eram proporcionadas atividades de lazer para tropa a fim de minimizar os desconfortos: exibição de filmes, educação física, banhos improvisados de mangueiras e *shows* de talentos. Em fim havia uma preocupação em ocupar o tempo da tropa até o destino final.

Durante o deslocamento do 9º Contingente um soldado veio a falecer na embarcação, quando o navio já estava no Mar Mediterrâneo e diante das possíveis transtornos que poderia causar ao chegar a um porto estrangeiro, o comandante do contingente decidiu enterrar o corpo do soldado no mar.

O corpo do soldado foi lançado ao mar, porque, no início da missão, o desconhecimento era total e temia-se uma reação egípcia em Suez, isto é, os egípcios colocariam obstáculos ao desembarque do Batalhão, incluindo talvez a necessidade de quarentena para todos, o que atrapalharia bastante o início da missão; no entanto, tudo foi cumprido segundo o cerimonial da nossa Marinha.⁵³

Quando a embarcação atravessava a Linha do Equador ocorria uma espécie de cerimônia no navio. Era uma festa de batismo para saudar aos viajantes que atravessavam pela primeira vez a Linha do Equador. Um marinheiro se vestia de padre e após uma proclamação, os outros marinheiros passavam óleo em todos os militares do Exército e por fim todos recebiam um diploma com as felicitações do "Rei Netuno" pelo evento.

Quando nós atravessamos a linha do Equador, teve aquele ritual todo, aquele batismo. Eles jogavam água, jogavam bebida. Tinha suco de uva. Eu não sei ao certo, o que representava o vinho. No fim, se hoje eu fosse lá eu teria aproveitado muito mais, teria outra visão. Mais o jovem com 19 anos. Eu não tinha 20 anos completos.⁵⁴

Nos relatos de ex-integrantes do Batalhão Suez, essas cerimônias eram carregadas de muito simbolismo pela Marinha do Brasil.

A figura nº 2 abaixo exhibe um diploma que materializava a cerimônia de "batismo" dos militares que atravessavam a Linha do Equador pela primeira vez.

⁵³ História Oral das Operações de Paz: missão em Suez, Coordenador Geral Aricildes de Moraes Motta – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 117.

⁵⁴ JOSÉ ROBERTO DAVI, 12 nov, 2014.



Figura nº 2 – Diploma de Batismo do “Rei Netuno”, senhor dos mares.

Disponível em:< www.batalhaosuez.com.br>

Acesso em : 03 out 12.

Pelo visto essas cerimônias foram comuns em todas as viagens de travessia realizadas pela Marinha do Brasil.

Os navios fundeavam em alguns lugares, como em Las Palmas, Ilhas Canárias, Dacar e na Europa onde deixam cargas. Na Europa se permanecia por mais tempo, o que proporcionava a oportunidade de se conhecer várias cidades européias.

Durante a estadia em Barcelona ocorreu um incidente com um sargento e um soldado. Os dois ficaram presos incomunicáveis sob a acusação de “contrabando de café”. Esses militares permaneceram presos no bailéu do navio por seis dias até atracar em Porto Said, no Egito. Não prosseguiram na missão. Foram repatriados de volta ao Brasil com o contingente que estava retornando para o País.

A figura nº 3 abaixo exibe um momento de descontração no navio durante a cerimônia de “batismo”, que envolvia e quebrava a monotonia da viagem no navio.



Figura nº 3 – Fotografia de cerimônia de batismo na embarcação da Marinha do Brasil.

Disponível:<www.batalhaosuez.com.br>

Acesso em: 14 Out 2012

Após desembarcar em Porto Said, no Egito, os contingentes prosseguiram a viagem de trem, conforme a figura nº 4, até a cidade de Rafah, onde ficava a sede do Batalhão. O mesmo trem levaria de volta a Porto Said, o contingente que estava concluindo a missão. Algumas vezes a tropa era transportada por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).



Figura nº 4 – Fotografia da chegada de um novo contingente Disponível:<www.batalhaosuez.com.br>
Acesso em: 14 Out 2012

4.2 A composição e organização do Batalhão Suez

Entendemos que o Batalhão foi criado e organizado exclusivamente para a missão de paz em Suez. Apesar de compor a estrutura do 2º Regimento de Infantaria, junto com mais dois batalhões de infantaria, o Batalhão Suez era desmobilizável. E assim foi quando o último contingente retornou para o Brasil.

Nesse sentido percebe-se que sua estrutura era adaptada para atender as necessidades que surgissem. Diferente dos outros batalhões convencionais em solo brasileiro ele poderia ter o seu efetivo majorado ou reduzido e isso ocorreu por diversas vezes, inclusive para reduzir gastos, pois parte das despesas com os contingentes eram responsabilidade dos países empenhados.

O Batalhão possuía a seguinte constituição: um comandante e oficiais seus auxiliares diretos (Estado-Maior), três companhias de fuzileiros, uma Companhia de Comando e Serviços (CCSv), um pelotão de Polícia do Exército e um depósito de suprimento que mais tarde foi incorporado a CCSv.

Abaixo a figura nº 5 com o organograma da composição do Batalhão

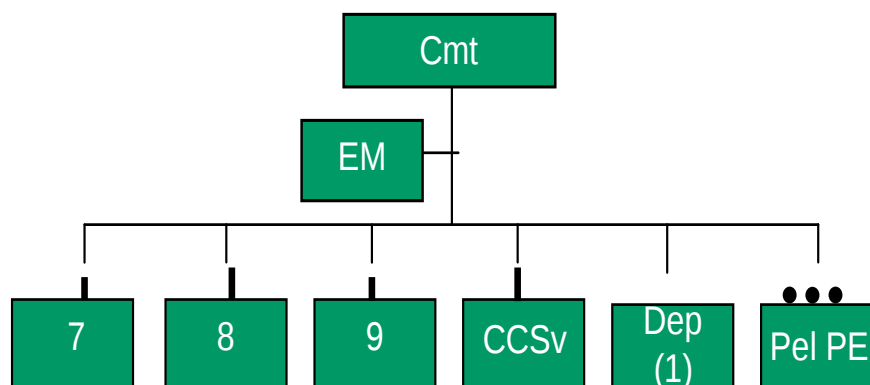


Figura nº 5 – Organograma do Batalhão Suez
Fonte: Nota de Aula da EASA, 2003, p. 17

O Batalhão ficava acantonado⁵⁵ na cidade de Rafah, na fronteira do Egito com a Palestina e ocupava as antigas instalações deixadas pelo Exército Inglês, quando se retirou do Oriente Médio, após a Segunda Guerra Mundial. Na distribuição das companhias de fuzileiros, mantinha uma em reserva, normalmente a 8ª Companhia, no Comando do Batalhão junto com a Companhia de Comando e Serviços (CCSv), em Rafah, e duas, no caso a 7ª e 9ª, distribuídas na fronteira com a missão de policiar a Armistice Demarcation Line (ADL). A 7ª Companhia ficava instalada ao Sul, na fronteira do Egito com Israel e era constituída de três pelotões, cada um com sua organização específica e instalações próprias; o 1º Pelotão, denominado Pelotão Santa Catarina, ficava na divisa do Egito com a Palestina; o 2º Pelotão, Rio Grande do Sul, ficava na fronteira do Egito com Israel, ao Sul. O 3º Pelotão, o Pelotão Paraná e os três pelotões da 9ª Companhia ficavam na fronteira da Palestina com

⁵⁵ Acantonamentos são locais de estacionamento das tropas por longos períodos. Geralmente utilizam construções provisórias, especialmente adaptadas para esse fim, ou construções permanentes.

Israel. Dois pelotões da 9ª Companhia possuíam instalações próprias, o 1º, Pelotão Guanabara, ficava no Distrito de Khan Yunis; o 2º, Pelotão Pernambuco, ficava no Distrito de Rafah, enquanto o 3º Pelotão ficava aquartelado na própria Companhia, também no Distrito de Rafah. Em determinadas ocasiões essas constituições eram modificadas a fim de atender as situações exigidas.

A 8ª Companhia tinha como atribuição a guarda da sede do Batalhão brasileiro, assim como guarnecer as instalações da Área de Apoio Logístico da UNEF, pois nessa área estavam localizados os depósitos de suprimento, as companhias de manutenção e os hospitais.

A Companhia de Comando e Serviço (CCSv) tinha como atribuição apoiar as atividades administrativas e logísticas das demais. O pelotão de Polícia do Exército (PE) era responsável pela segurança do comandante da Força, além de controlar o acesso das estradas de Rafah, Gaza, Khan Yunis e as demais cidades que tinham acesso ao aeroporto de Al Arish. O Pelotão fazia ainda a escolta de comboios de munição a serem distribuídas nas demais subunidades da Força.

A figura nº 6 mostra os integrantes da CCSv em fotografia com militares indianos.



Figura nº 6 – fotografia de integrantes do Batalhão acompanhados de militares indianos
Disponível: <www.batalhaosuez.com.br>
Acesso em: 14 Out 2012

O termo “Batalhão Suez” na verdade trata-se do III Batalhão do 2º Regimento de Infantaria (III/2º RI) ativado para a missão. Inicialmente a unidade era denominada de “Batalhão Expedicionário”. Consta de diversas fontes ter sido um

apelido concedido pela imprensa logo no início da UNEF e prontamente adotado pelos próprios veteranos para denominar a missão. Mais tarde o uso do termo pelo Exército.⁵⁶

Apesar de algumas tropas da UNEF estarem localizadas na zona do Canal de Suez para manutenção da ordem devido aos intensos combates que ali tiveram lugar, na verdade a posição brasileira não abrangia a região do Canal propriamente dita, mas mais especificamente regiões de fronteira entre Israel e Egito. Porém, devido às circunstâncias políticas causadoras dos conflitos relacionadas à nacionalização do Canal e dos diversos interesses que envolviam o ponto estratégico, tornou-se corriqueiro identificar a atuação como “Batalhão Suez” ou simplesmente adotar o termo “Missão Suez” para designá-la.

Abaixo a figura nº 7 com a distribuição das tropas da UNEF na Faixa de Gaza.

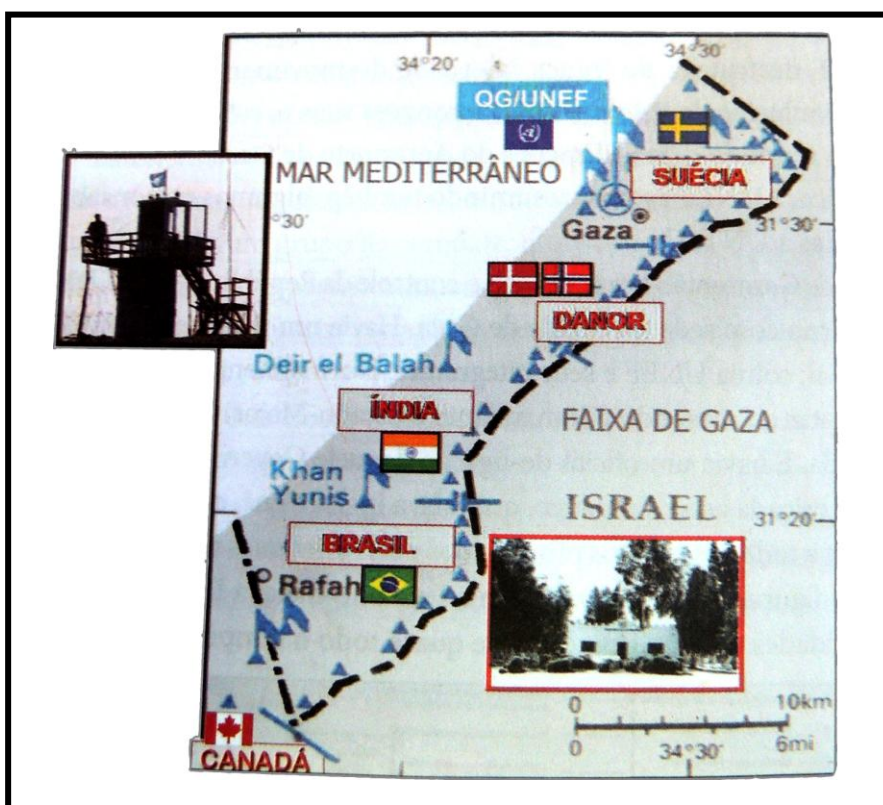


Figura nº 7

Fonte: História Oral das Operações de paz: missão em Suez, p. 52, 2010.

⁵⁶ Ver ARRAES FILHO, op. cit., 2009, p. 60.

4.3 O expediente no *Brazilian Headquarters*: tensão e indisciplina do dia a dia

Neste subcapítulo analisaremos o cotidiano na área do Batalhão, que se chamava Campo Brasil e ficava na cidade de Rafah. O expediente no Batalhão era igual ao de qualquer outro quartel do Exército no Brasil, começava com a alvorada pela manhã, entre seis e sete horas, o café da manhã, a Parada Diária⁵⁷ para o pessoal escalado para os diversos serviços e guardas. A partir daí cada um seguia para as suas atividades específicas; às onze horas, interrompia-se o expediente para o almoço. À tarde, recomeçava às treze horas e terminava às dezessete horas; após isso se repetia aquele ritual: o banho, o jantar, a missa – havia missa diária – e descansar, enfim, até as vinte horas, quando começava a sessão de cinema, e aí se encerrava o dia. As quartas-feiras o expediente era somente pela manhã, a parte da tarde era livre e aos sábados todas as subunidades do Batalhão participavam de uma reunião geral, onde o Comandante do Batalhão passava informações sobre os assuntos da semana, principalmente internacionais, já que os noticiários escrito e falado era em árabe.

O Batalhão estava inserido na UNEF, e tiveram a oportunidade de conviver com militares indianos, iugoslavos, canadenses, suecos, dinamarqueses e noruegueses. Com isso, periodicamente, ocorriam as *parties*, que eram reuniões de conagração entre o pessoal da UNEF. Era um procedimento regulamentar da ONU.

Com todas essas diversidades de culturas, certamente que em vários momentos os militares brasileiros se deparariam com alguma situação embaraçosa.

Conforme relatou o coronel da reserva Sérgio Gomes Pereira, que integrou o 8º contingente:

Lembro-me de que na primeira visita do 8º Contingente ao Batalhão Iugoslavo, fomos surpreendidos pelo costume de saudação deles. Assim que o nosso comandante chegou recebeu dois beijos do chefe eslavo e, pior ainda, os demais oficiais “vieram em cima” de nós. Não estamos acostumados com isso. Os árabes também se beijam. (PEREIRA, Rio de Janeiro, 2010)

É importante destacar que ao longo da missão é evidenciado pelas entrevistas o clima de tensão existente entre os integrantes, por conta das

⁵⁷ A entrada em serviço diário é precedida de um cerimonial, cuja finalidade é realçar a responsabilidade de que é investido o pessoal que participa dos serviços. É uma das rotinas do quartel onde a guarnição que entra de serviço é avaliada. A parada diária para entrada em serviço, consta de formatura, revista e desfile.

características da própria missão. Os problemas de disciplina do dia a dia do Batalhão Suez na Faixa de Gaza assumiam aspectos que preocupavam os comandantes dos diversos contingentes ao longo dos dez anos da Missão de Paz em Gaza. Ressaltamos que essa situação ocorria tanto na sede, como também nas companhias que guarneciam a Fronteira Internacional.

Em uma sindicância instaurada o comandante do Batalhão, em tom de desabafo, externa um momento de conflito no relacionamento do comando e a tropa, particularmente com os cabos e soldados:

Este comando, desde a sua assunção, tem procurado desenvolver suas ações de forma humana e de acordo com as normas regulamentares, para manter o Batalhão unificado pela preservação dos princípios da ordem e do trabalho, visando à obtenção de um alto padrão de disciplina e execuções compatíveis com a missão de uma tropa internacional e por isso mesmo representativa do Brasil no exterior.[...]Desde cedo sentiu, também, que, de modo antagônico ao seu proceder, certos elementos pertencentes ao Batalhão, escudados no anonimato procuravam subverterem, a ordem, a disciplina e os princípios hierárquicos, mediante cartas anônimas ameaçadoras a ele dirigidas e demonstrações de descontentamento, não comparecendo ao cinema do Batalhão, a quase maioria dos cabos e soldados.⁵⁸

Pelas palavras do comandante, alguma determinação que desagradou aos cabos e soldados gerou um suposto “revide sistemático”.

Se, para muitos estudiosos, o cotidiano é o lugar da opressão e do controle social, em que criaturas submissas se comportam uniformemente a partir de imposições sociais, para Certeau, no entanto, os indivíduos encontram brechas no cotidiano para driblar a opressão com táticas sutis e silenciosas. Para o autor, devemos ver não só opressão e disciplina por todo lado, mas também o cotidiano como o espaço de surpresas interessantes, de resistências miúdas quase imperceptíveis, de antidisciplinas que são formas criativas de sobreviver e de inteligências acionadas nas mais diversas situações.

Carlos Alberto Moraes ressalta o “gelo” como forma de reagir à disciplina imposta:

A saudade era muito grande. Tínhamos uma disciplina, mas não era tão rígida, como se fosse no Brasil, nos batalhões, em razão talvez dessa adversidade. Havia uma confraternização com os sargentos e com os oficiais. Havia uma certa tolerância, mas aqueles que passavam dos limites, quando havia um rigorismo por parte de um sargento ou oficial, os soldados

⁵⁸ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 12 pasta nº 42, maço nº 1293, – AHEx.

se distanciavam daquele oficial ou sargento. Veja bem, passar o dia inteiro, praticamente sem fazer nada. Nada no sentido assim de uma atividade na cidade. Depois que se fazia sua tarefa, não tinha o que fazer. Se houvesse um rigorismo por parte de algum oficial. Se a gente estivesse jogando bola e ele chegava, todo mundo parava e iam embora. (MORAES, 13 nov 2014)

O cotidiano está inserido na dinâmica das transformações. Portanto, o cotidiano não é um espaço separado da vida, onde se age mecanicamente sem nenhum significado ou influência. Trata-se de um espaço, assim como o político ou econômico, cheio de significados sociais que faz e refaz o viver humano.

As peculiaridades da missão do Batalhão em solo estrangeiro empregando um contingente de homens com funções específicas em muito limitava a aplicação de punições disciplinares, principalmente nas transgressões consideradas leve ou média seguindo o prescrito no regulamento⁵⁹. Há de se considerar que durante os dez anos em que o Batalhão Suez permaneceu na missão de paz da ONU foram várias as transgressões e atos de insubordinação praticados no quartel brasileiro em Gaza. Pela peculiaridade da situação, muitas vezes os próprios comandantes procuravam amenizar o clima de indisciplina, dessa forma os soldados ampliavam seu “campos de atuação e negociação.”

Houve um problema com um comandante que parece que era da região norte. Era paraense, talvez. O nosso pessoal se revoltou e fez um movimento lá. Inclusive ameaçaram o comandante. Mais aí o comandante se reuniu com todos os soldados e amenizou o problema. Eu lembro, inclusive, que um subtenente alertou os soldados de que eles não deveriam se rebelar contra o comandante e que era um ato de indisciplina e que a punição seria a prisão e o repatriamento imediato. (EBERSOL, 8 out 2014)

Os repatriamentos e as expulsões apesar de poucos causavam transtornos no cumprimento da missão, principalmente no universo de cabos e soldados que era o efetivo majoritariamente empregado na missão. Não há dúvidas que sobre eles recaíam as atribuições mais “pesadas” na missão. Caberiam aos mesmos os serviços “braçais”. No entanto outros fatores adicionais da missão aumentavam esses encargos e provocava essas tensões e conflitos no dia a dia na fronteira entre Egito e Israel.

⁵⁹ RDE – Regulamento Disciplinar do Exército.

Um receio constante entre os soldados era o serviço de guarda. Em várias ocasiões ladrões árabes invadiam as instalações do aquartelamento para furtar armamentos e outros materiais e as apurações sempre apontavam alguma responsabilidade do soldado nas ocorrências.

Em um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para apurar o furto de doze mosquetões. 30 M954⁶⁰ e seus acessórios, e uma metralhadora de mão INA⁶¹ por quatro árabes “não identificados” foi concluído que os árabes furtaram o armamento “durante as fortes chuvas” e a “má visibilidade”, no entanto o soldado que estava de sentinela na hora do fato foi responsabilizado pelo furto sendo punido com quinze dias de prisão “por ser reincidente em trabalhar mal em serviço” e coube ainda ao mesmo descontar em seus vencimentos em duas vezes, a fim de indenizar a Fazenda Nacional os valores de todo material perdido.⁶²

Além de punido tinha que arcar com a indenização do material furtado, não cabendo sequer negociar o número de vezes que poderia realizar os descontos do material e ser indenizado.

A fim de seguir as Normas Gerais de Ação da UNEF que em função da situação na área estabelecia que a tropa não devesse permanecer nas missões por grandes períodos, pois acabavam por influenciar psicologicamente nos integrantes das unidades militares empregadas na área, já que o clima inóspito, a solidão, a rotina, a volta uma população vivendo em estado de miséria, a falta de outros atrativos, além da família, tudo isso contribuía para influenciar negativamente no comportamento dos homens na missão.

⁶⁰ Armamento de dotação dos cabos e soldados e utilizado no serviço de guarda.

⁶¹ INA – A Indústria Nacional de Armas foi uma fábrica de armas leves estabelecida em São Paulo. Sua fundação remonta à Segunda Guerra Mundial. Quando da invasão da Dinamarca pelas forças do III Reich, um oficial do Exército Brasileiro, Plínio Paes Barreto Cardoso, realizava um curso na indústria de armamentos daquele país. Este oficial retirou da Dinamarca ocupada importantes projetos de armas, impedindo que fossem utilizados pelos nazistas. Após o fim da Guerra, restituiu os projetos à Dinamarca, a qual, em agradecimento, cedeu os direitos de fabricação de sua metralhadora modelo 1946.

⁶² Coleção Batalhão Suez, caixa nº 7, pasta nº 38, maço nº 3407 – AHEx.

Conforme Jose Mauro Moreira citou:

Lembro-me de que o pessoal mais antigo, quando chegamos, alertava; “Há três letras que definem o nosso relacionamento com o palestino: P, I e O; primeiro, ao chegar à região, você tem pena, depois passa ter indiferença, depois passa a ter ódio. Porque, coitados, naquela situação de pobreza, eram muito chegados ao furto, por isso tínhamos um cuidado muito grande, especialmente com o armamento, com a munição etc.[...] (MOREIRA, 2010, p. 235)

O Batalhão Suez realizava periodicamente rodízio nos contingentes. A cada seis meses a metade do efetivo do Batalhão era enviada de volta para o Brasil e outra chegava, de modo que sempre existiam os militares “antigos” e os recém-chegados.

Por conta desse procedimento, os militares “antigos”, particularmente os cabos e soldados hostilizavam os recém-chegados os quais eram chamados pejorativamente de “capetas”. Essa situação em algumas ocasiões fugia ao controle, o que por inúmeras vezes levava a atos de indisciplina e quebra de hierarquia provocando punições e repatriamentos.

João Paulo Silva Vieira, que integrou o 16º Contingente, como soldado, relata que na recepção de seu contingente ocorreu que:

[...] não fomos bem recebidos pelos antigos que lá estavam. Não pelos oficiais, mas pelos soldados, os antigos, nós éramos os “capetas”, os que estavam chegando. Tive a oportunidade, inclusive, de ver um soldado tirar o gorro de um tenente da 7ª Companhia e jogá-lo para o alto, isso não se faz. É um desrespeito. Ficamos aborrecidos com essa atitude, fomos mal recebidos, agredidos moralmente. [...] (VIEIRA, 2010, p. 128)

Na figura nº 8 abaixo um cartaz destaca o tratamento dispensado pelos "antigos" aos "capetas", recém-chegados a Faixa de Gaza.



Figura nº 8. Os "capetas" eram hostilizados pelos "antigos".

Fonte: <www.batalhaosuez.com.br>

Acesso em: 14 Out 2012

Em um procedimento a fim de apurar a "irregular conduta" de um sargento que "ora convidando soldados para dormirem com ele, ora se mantendo a sós com seu subordinado conversa em hora e local inoportunos sobre anomalias sexuais", deu margem a que sobre ele recaíssem "suspeitas desfavoráveis com sério abalo de sua autoridade".

Como resultado da apuração chegou-se a conclusão que:

[...] está cabalmente provado o especial interesse com que o sargento [...] assiduamente procurava o soldado [...] e de tal maneira o fazia que desde logo despertava suspeitas de intenções inconfessáveis." [...] que o Sargento [...] desenvolveu especial atividade entre o serviço de pessoal no Batalhão a fim de que com ele seguissem para o Hotel no Centro de Recreação da UNEF, em Beirute dois soldados, um dos quais conseguiu evitá-lo, manifestando não pretender gozar dispensa naquela oportunidade [...] que prosseguindo em sua irregular conduta, solicita e consegue, no Hotel do Centro de Recreação da UNEF, em Beirute, alojar no seu próprio quarto o soldado [...] após, se deixar fotografar em atitude muito pouco recomendável no interior do quarto, em companhia do soldado.⁶³

⁶³ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 5710, pasta nº 6, maço nº 112 – AHEx.

O procedimento disciplinar apurou ainda que o soldado, aproveitando-se da situação, furtou quinhentos dólares do sargento e que por conta desses fatos os dois foram punidos com trinta dias de prisão e em consequência repatriados para o Brasil.

Pode-se entender que o sargento era homossexual, e o comandante do Batalhão estava ciente disso, no entanto não possuía uma razão concreta para puni-lo por esse motivo. Até porque o ambiente de cumplicidade haveria de existir entre o sargento e outros militares do Batalhão. Para o comandante não era prudente punir o sargento com o argumento de pederastia. Como o próprio conteúdo apresentado no IPM demonstra o sargento já estava sendo “monitorado”. Mas a sua ida para Suez foi respaldada por interferência de algum superior e o comandante deveria acreditar nessa possibilidade. Diante disso, acreditamos que por prudência aguardou o momento oportuno para usar a quebra de círculo hierárquico⁶⁴ como argumento principal para punir e repatriar o sargento.

Outra situação que também era vivenciada diariamente pelos integrantes do Batalhão estava relacionado ao contato com mulheres. Era proibido o contato com as mulheres locais e também era proibido a prostituição. No entanto foram vários os casos relatados de militares que recebiam mulheres no quartel:

À noite no pelotão elas vinham. Sempre, normalmente o cafetão trazia a mulher. Era grito que dizia assim – tem mulher! Saia todo mundo com a canequinha, com água correndo para fazer fila e não tinha hierarquia. Quem chegasse primeiro tava na frente, era respeitado. Não tinha hierarquia, não havia esse negócio de que era cabo, nem de sargento. Oficial não. Nunca vi, mas sargento sim. Era uma maneira daquela rapaziada de 19 a 20 anos descarregar todos os hormônios. Todos estavam a mil. Então nós mantínhamos relações com essas mulheres. No Cairo tinha mulheres que falavam português de tanto conviver com brasileiros. Embora a prostituição fosse proibida, e é ainda lá, no Egito, no Cairo. Ela sempre existiu. Em uma ocasião estava eu e um primo, que já é falecido, que foi comigo para Suez e mais outro amigo. Pegamos três mulheres no Cairo e fomos para as pirâmides. Ao lado das pirâmides havia umas tendas luxuosas, maravilhosas e que alugavam para nós mantermos relações com as mulheres e isso mais de uma vez. Levamos refrigerantes e *uísque*. Éramos guris. (MORAES, 13 nov 2014)

⁶⁴ Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria: círculos de oficiais, graduados, cabos e soldados.

Apesar disso, no perigo do cotidiano, o impulso sexual superava as normas estabelecidas. Os soldados, como um dos muitos atos de astúcias empreendidas, procuravam driblar essas regras.

Em uma carta enviada ao general Jair Dantas, Ministro da Guerra, o novo comandante que assumiu relata a situação da disciplina do Batalhão. Mas pelo teor da carta, acreditamos que sua relação com o general estava além do quartel:

“[...] O batalhão goza de grande conceito na Faixa de Gaza [...] A disciplina está muito boa, principalmente porque está constituído pelo contingente gaúcho (3ª RM) e o meu (4º Contingente), que teve muito boa seleção e ótima preparação. Apesar de tudo isso tenho tido embaraços principalmente pelas facilidades que meu antecessor dava a oficiais e praças, pois alongava em demasia as dispensas, passeios e grandes “leaves” (21 dias), trazendo prejuízos a administração dando tratamento diferente a cada um dos comandados. Com isso a herança recebida não é fácil de corrigir. Porém corrigirei custe o que custar. Há um major aqui técnico que programou-se passar cerca de 60 dias na Europa, como não consenti, a não ser dentro dos 30 dias que faz jus, está fazendo reação passiva e me criando problemas. A propósito a seleção nesse aspecto deverá ser bem rigorosa, pois há oficiais que saem do Brasil com o desejo apenas de passear e comprar mercadorias (goods) e nada fazer para o Batalhão. O inglês é necessário aqui, porém não é tudo. Geralmente os oficiais que criaram problemas para o comando são o que falam inglês pelas facilidades de penetração do idioma que falam e contatos com comerciantes[...]

⁶⁵

Os relatos apresentados ao general assumem um tom de queixa contra o comandante anterior que no seu entendimento beneficiava alguns militares subordinados em detrimento de outros. Além disso, manifestou disposição de “corrigir a herança recebida”. A “reação passiva” que ele identificou no oficial também poderia ser aplicada a outros militares que também estavam recebendo o benefício do comandante anterior. Observamos que os indivíduos encontram brechas no cotidiano para driblar a opressão com táticas sutis e silenciosas. Essas operações que são formas criativas de sobreviver e de inteligências são acionadas nas mais diversas situações. No caso em questão o novo comandante representa uma perda de “espaços” conquistados.

⁶⁵ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 1134, pasta nº 6, maço nº 132 – AHEx.

4.4 A ADL: o cotidiano na fronteira entre Egito e Israel

A Faixa de Gaza, então território, sob administração da República Árabe Unida (RAU), tinha um governo com sede na cidade de Gaza. Havia um relacionamento formal com a UNEF. Normalmente o governador oferecia um jantar ao comando de cada contingente quando de sua chegada. E havia um oficial-de-ligação daquele governo com a UNEF.⁶⁶

Abaixo a figura nº 9 ilustra os militares do Batalhão realizando a manutenção da ADL.



Figura nº 9 – Militares realizando a limpeza da valeta da ADL.
Disponível em <www.batalhaosuez.com.br>
Acesso em: 14 Out 2012

A Armistice Demarcation Line (ADL) tinha a extensão de cinquenta e nove quilômetros ao longo do qual foram construídos setenta e dois Postos de Observação (PO), cada um tendo visibilidade entre si. Estes POs eram ocupados durante o dia por duas sentinelas em cada um e durante a noite eram desocupados e substituídos pela realização de patrulhas a pé formadas por quatro ou até nove militares que percorriam toda a extensão da área distribuída por cada pelotão.

⁶⁶ História Oral das Operações de paz: missão em Suez, Coordenador Geral Aricildes de Moraes Motta – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p.51.

Geralmente ocorria três vezes cada uma, durante toda a noite e tinha como principal objetivo verificar as estradas que poderiam ser utilizadas por indivíduos que poderiam tentar se infiltrar em ambos os lados da fronteira.

A ADL era identificada no terreno por uma pequena vala, um fosso cavado no chão do deserto, com cerca de cinquenta centímetros de profundidade pontilhada por tambores de duzentos litros cheios de areia e pintado nas cores azul e branco da ONU. Ela delimitava a fronteira entre Egito e Israel.

À retaguarda dos PO ficavam as áreas dos pelotões e em cada um deles havia outros militares em condições de socorrer os PO e as patrulhas em caso de emergência. Os PO eram ligados aos seus pelotões por uma rede de interfones.

A manutenção da ADL era um dos encargos dos pelotões no deserto. Em uma recomendação a UNEF orienta a fazer a limpeza da ADL:

As Unidades são lembradas que a ADL não se encontra em boas condições de manutenção. Como todos sabem, esta valeta é a única identificação de fronteira entre Israel e Egito e a manutenção da mesma é de responsabilidade de cada Unidade nas respectivas áreas. É perfeitamente compreensível que devido à extensão da ADL, este trabalho se torna difícil para as Unidades. Entretanto, como não há alternativa, as Unidades deverão tomar medidas IMEDIATAS para reparar a mesma.

Contudo pode ser salientado que caso as Unidades tivessem feito esses reparos continuamente, a vala, provavelmente não estaria em tão más condições, como realmente hoje ela se apresenta. A manutenção da vala deve ser feita após o período de das chuvas todos os anos. Isto compreende o recavamento e limpeza do capim e arbustos.

Igualmente, as Unidades são lembradas que o pessoal não deverá atravessar para o lado de Israel para executar o serviço supramencionado⁶⁷

A fim de evitar possíveis invasões, a UNEF assegurou a cooperação das autoridades egípcias no sentido de alertar aos habitantes locais da Faixa de Gaza de que não podiam aproximar-se da ADL a menos de cem metros durante o dia e quinhentos metros à noite. Somente aqueles que tinham suas plantações nas imediações e mesmo assim só podiam chegar até cinquenta metros durante o dia.

Do lado de Israel existiam os *kibutzim*, que eram organizações agrícolas, fazendas economicamente, independentes, de administração e trabalhos coletivos. Tinha um *kibutzim* que ficava distante cerca de oito quilômetros da fronteira. A rádio desse *kibutzim* tocava músicas brasileiras, uns três dias por semana. No dia da Independência do Brasil, os soldados israelenses chegavam até á fronteira a fim de

⁶⁷ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 5711, Boletim Interno nº 193, 8 Out 65 – AHEx.

saudar os militares brasileiros e algumas vezes traziam cestas com frutas comuns naquela região e deixavam junto à linha de demarcação.

Era comum às patrulhas israelenses percorrerem a ADL. Chamava a atenção dos soldados brasileiros que entre os componentes das patrulhas havia mulheres, inclusive integrantes oriundos do Brasil que iam para Israel prestar serviço militar no Exército daquele País a fim de participar do esforço deles na manutenção do Estado de Israel. A tropa de emergência foi disposta para vigiar e impedir a transposição, seja dos árabes, seja dos israelitas.

A figura nº 10 mostra um mapa com o desdobramento de algumas unidades da UNEF ao longo da Fronteira Internacional.

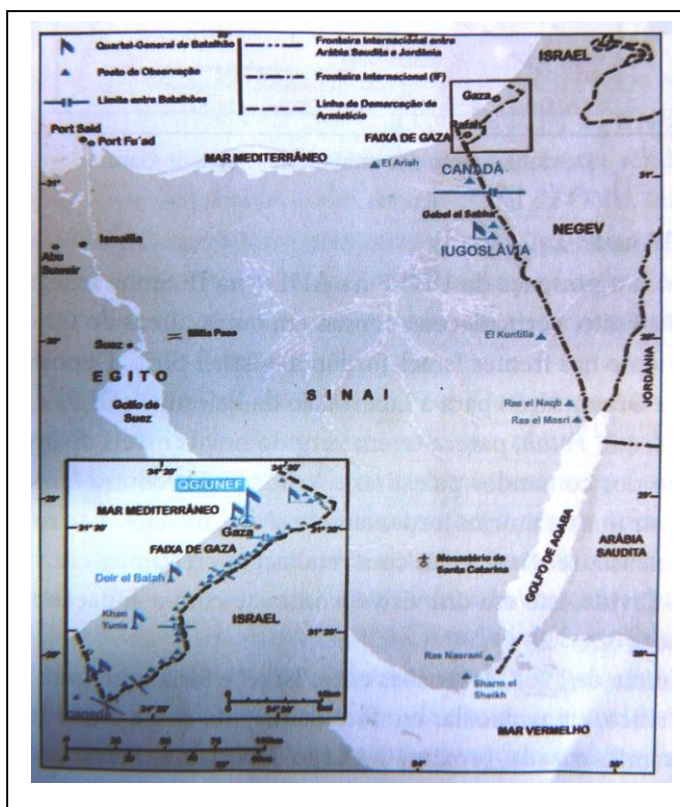


Figura nº 10

Fonte: História Oral das Operações de paz: missão em Suez, p. 51, 2010.

Atravessar para o território israelense era terminantemente proibido. A punição era imediata com trinta dias de prisão e o repatriamento.

Em uma circular a UNEF recomenda o cumprimento dessa ordem:

As regras abaixo deverão ser rigorosamente cumpridas. Deixar de cumpri-las constitui uma grave transgressão disciplinar:

- são rigorosamente proibidos quaisquer contatos com civis ou militares israelenses, a não ser quando oficialmente autorizadas pelo QG/UNEF;
- todos os comandantes devem exercer a mais cerrada vigilância ao cumprimento desta ordem;
- o pessoal da UNEF, em serviço na ADL ou na Fronteira Internacional, não pode conversar com israelenses, a não ser que quando absolutamente necessário no cumprimento de sua missão
- as tropas da UNEF não aceitarão presentes ou favores de qualquer espécie dos civis ou militares israelenses.
- o pessoal da UNEF, quando por Israel em serviço oficial, não deverá fazer compras alguma, a não ser para a sua consumação pessoal (alimentos) durante sua estada naquele território.
- não deverá, portanto, trazer nenhum objeto para si, pára sua unidade ou para negociar na Força.
- os membros da UNEF são também proibidos de aceitar qualquer presentes (*souvenirs*) dos israelenses, ou de obter qualquer objetos pelo contato com os mesmos.⁶⁸

Apesar da punição rigorosa não foram raras às vezes em que soldados brasileiros visitavam os *kibutzim*, onde bebiam, dançavam e pela madrugada retornavam, inclusive acidentes fatais ocorreram como foi o caso de um soldado que ao tentar retornar sem se identificar para a sentinela, foi alvejado por um disparo provocando a sua morte. Apesar das consequências, sempre havia uma forma de descumprir essas ordens, como afirmou o senhor José Roberto Davi:

A ADL era um chapadão de areia. A fronteira era uma valetinha aberta pelos soldados com uma pazinha. Toda vez que ventava, enchia a valeta de areia e tinha que cavar. Era um sacrifício, quem morava na fronteira. Não tinha nada. A alegria do pessoal que servia lá era quando vinha um pelotão israelense. Vinha muitas mulheres com bazucas. Porque era uma coisa diferente e inusitada. Então elas chegavam, trocavam uma idéia. Mas não se podia fazer isso, mas era rapidinho, eles não ficavam muito tempo lá. Era uma farra quando elas se aproximavam. Alguns falavam espanhol. Alguma coisa se entendia. Eu tive a oportunidade de uma vez trocar idéia com uma israelense. Foi assim, de 3 minutos. Coisa assim de olá! passe bem!, tchau!. Nós ficávamos felizes da vida. (DAVI, 31 out 2014)

Durante o dia, ocorria o serviço de guarda nos POs. Durante a noite o pessoal de serviço realizava as patrulhas a pé e motorizadas. De acordo com as narrativas era um serviço desgastante e, de certa forma, perigoso. Esses aspectos forneciam argumentos para a prática de ilicitudes e “malandragens”.

⁶⁸ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 7, pasta nº 38, maço nº 3407 – AHEx.

“[...] a patrulha tinha que fazer um percurso de mais ou menos uns 15 km em três horas, ficava em torno de 15 km ida e volta. Quando a temperatura baixava muito, mais ou menos uns zero graus ninguém queria ir até o final. Nós pegávamos carona com o pessoal do jipe que fazia a patrulha motorizada. Quando souberam que a gente dava golpe e não ia até o final, botaram uma bandeira e a gente tinha que pegar a bandeira. Cada pelotão pegava a sua bandeira. Mas aí o pessoal da primeira patrulha pegava todas as bandeiras. Eles então obrigaram a pegar só uma bandeira. Cada bandeira eles buscavam pela manhã do pelotão. E aí não tinha jeito, tinha que enfrentar aquele frio todo.” (LOPES, 21 mar 2014)

A fronteira também era o local onde a possibilidade de haver eminentes confrontos e desentendimentos entre quem comandava e quem era comandado, pois longe do conforto da sede do Batalhão e diante das dificuldades diárias no convívio na ADL não se poderia esperar equilíbrio.

Houve um caso de um tenente, que era o comandante do pelotão. De madrugada, ele levantava e pegava a sua pistola e ameaçava algum soldado do pelotão. Obrigava o soldado a fazer ronda etc. O tenente fazia isso para aborrecer os soldados. Então era comum ele fazer isso. Como resposta os soldados resolveram “dar um gelo” no tenente. Certa ocasião, estávamos reunidos na nossa folga e resolvemos jogar bola, mas quando o tenente chegou para participar do jogo, todo mundo desistiu de jogar e se retiraram. E assim foi em todas as atividades que ele chegava para participar. Qualquer soldado que se relacionasse com ele também sofria um “gelo” de 15 dias. Essa situação só foi contornada com a substituição do tenente por um capitão. (MANUEL VIGHI, 26 set 2014)

O episódio narrado nos oferece um entendimento sobre como essa relações diárias sofriam os desgastes naturais do próprio convívio com as mesmas pessoas, mesmo lugar e a mesma atividade. Como aspecto agravante dessa situação podemos identificar à condição de quem dava às ordens e quem as executava. Os soldados, acima de tudo, eram as peças de manobra nesse jogo diário de patrulhar a fronteira, fosse durante o dia, à noite, com calor ou frio. E são esses indivíduos que manifestam suas resistências, suas “maneiras de fazer”.

4.5 Os “contrabandistas de café” do Batalhão Suez: punições com agravante

Apesar da Marinha ter a missão de conduzir os contingentes para o Oriente Médio, o governo brasileiro, naturalmente, utilizava essas embarcações para o transporte de café e o seu destino principal era a Europa.

De acordo com o Instituto Brasileiro do Café (IBC) ⁶⁹ comercializar café cru nas cidades onde o navio atracava era proibido mesmo assim muitos militares se ariscavam.

Algumas punições aplicadas aos integrantes do Batalhão estavam relacionadas ao contrabando do café cru oriundo do Brasil.

No deslocamento de ida para Suez, durante a estadia em Barcelona, um sargento e um soldado ficaram presos incomunicáveis sob a acusação de “contrabando de café”.

Um sargento foi repatriado porque vendeu café em Barcelona, o que era proibido. Voltou, ao Brasil, preso no porão do navio, e finalmente, punido. Permaneceu no Exército e, hoje, é advogado. Era um sargento excepcional, mas teve que devolver tudo que havia recebido.⁷⁰

Após permanecerem presos no bailéu⁷¹ do navio por seis dias até atracar em Port Said, no Egito. Foram repatriados de volta ao Brasil com o contingente que estava retornando para o País. O sargento foi punido e o soldado expulso.

Em carta dirigida ao Ministro da Guerra, o sargento [...] apresenta a sua versão a respeito dos fatos que motivaram o seu repatriamento e punição:

Exmo Sr ministro, passo a narrar os fatos que motivaram o meu repatriamento. Quando sai do Brasil rumo à Faixa de Gaza, não levei comigo café, ou qualquer outro produto derivado. Não levei, por não dar muita importância a esse tipo de bebida, porquanto, não houve ordem proibindo. [...]⁷²

⁶⁹ Foi uma entidade, formada principalmente por produtores de café, que definia as políticas agrícolas do produto no Brasil entre os anos 1952 e 1989, quando foi extinta. A entidade foi sucessora do Departamento Nacional do Café, organismo governamental, que funcionou até 1946. Com o fim do IBC o governo do Brasil voltou a gerenciar o setor, com a criação, em 1996, do Conselho Deliberativo de Política do Café.

⁷⁰ História Oral das Operações de paz: missão em Suez, Coordenador Geral Aricildes de Moraes Motta – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p.410.

⁷¹ Pequeno compartimento para alojamento de presos em navio ou estabelecimento naval de terra.

⁷² Coleção Batalhão Suez, caixa nº 13, pasta nº 50, maço nº 1042 – AHEx.

Considerando que foi julgado e condenado sem uma razão de defesa, o sargento [...] apresentou sua versão na defesa da acusação de contrabando, já que não havia sido ouvido:

[...] Eu declarei que nada sabia sobre o conteúdo da existência do café na bolsa, em face de declaração do soldado e por haver constatado que de fato, continha sapatos e roupas.[...] Antes disso, disse ao Sargento [...] que fora vítima de uma cilada e procurei o soldado para recolher o café, mas quando o encontrei já havia doado o café; segundo afirmou nesse mesmo dia, não mais o vi no dia seguinte, que chamado pelo Major Comandante do Batalhão, já em viagem onde perguntou-me o que acontecera. Contei-lhe o fato como acima está exposto. Ele levantou-se e disse que não poderia exigir que eu não tivesse revistado a bolsa e que um profissional não poderia alegar isso. Fui logo após, recolhido, preso, incomunicável, o bailéu do navio contrariando a vontade do Comandante do navio, pois ele mesmo declarou que aquele bailéu estava condenado por uma junta de saúde da Marinha. Lá permaneci preso seis dias, ou seja, durante toda a travessia Barcelona-Port Said e mais o dia da chegada. Um crime que não foi praticado, excelência. Todo homem honesto e probo, em especial o soldado tem a obrigação de zelar pela própria honra e pelo nome limpo e digno de que seja portador. Essa é a única razão que me levará a chegar diante de sua digníssima pessoa, em audiência que solicitei e com vistas à qual, para não tomar senão poucos instantes de seu muito precioso tempo julguei acertado dirigir-lhe antecipadamente a versão dos fatos de que fui vítima e que quantos prejuízo, sobretudo morais, vêm causando-me.⁷³

Seguindo em sua defesa e alegando não saber a procedência do café encontrado com o soldado, o sargento argumenta ser vítima de uma injustiça:

Os atos que me foram imputados, não os pratiquei e jamais os poderia praticar. Sou pobre, sempre fui pobre, mas minha formação é esta e nunca me passou pela mente, nem mesmo em simples devaneio praticar atos ilícitos que me proporcionassem vantagens. O Comandante do navio[...] tentou impedir que o Major [...] comunicasse o fato ao Comando do Batalhão para que fosse resolvido pelo senhor Major, no navio, mas como o Major [...] insistisse ele cedeu “para não entrar em choque com o pessoal do Exército”, segundo alegou. O senhor Major [...] enviou então um radiograma ao Comando do Batalhão informando que eu e o soldado seguíamos, presos por haver “contrabandeado café” em Barcelona. Prometeu-me o Major [...] que em Port Said seria eu ouvido pelo senhor Tenente Coronel [...], Comandante do Batalhão, mas ele não concordou alegando falta de tempo, segundo declarações do próprio Major.⁷⁴

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

Por fim, o Sargento [...] pede ao Ministro da Guerra que seja feita justiça:

Exmo Sr Ministro, do exposto, creio que não tendo levado café e tão pouco vendido não houve realmente “contrabando” como consta em documentos oficiais. É realmente triste e doloroso, a falta de esclarecimento da verdade, porque, à luz dela, serei retirado do pelourinho no qual involuntariamente fui colocado pela trama do destino. Meu passado militar e civil são os testemunhos que tenho para apresentar a Vossa Excelência. Além deles e do soldado que má hora cruzou o meu caminho, ninguém mais. A punição que me foi imposta por Vossa Excelência foi a 1ª registrada e meus assentamentos como sargento.⁷⁵

Preocupado com o que estava escrito nos “documentos oficiais” o sargento [...] recorreu ao Ministro da Guerra já que pelo seu relato não foi ouvido e nem foi apurado a sua participação no “contrabando de café” a ele atribuído.

Não encontramos a resposta do Ministro da Guerra à carta do sargento, mas acreditamos que não tenha surtido efeito e o desabafo em sua defesa continuou sendo desconsiderado. Tentamos encontrar o paradeiro do sargento ou de seus possíveis familiares para “por um fim a sua história”, mas não foi possível localizá-los. Segundo relatos dos entrevistados ele se formou em Direito e solicitou sua transferência para a reserva remunerada.⁷⁶

Outros casos de venda considerada ilegal de café na Europa por militares brasileiros ocorreram resultando em outros repatriamentos e punições. Em um deles o comandante do Batalhão enviou um documento ao Ministro da Guerra solicitando a transformação da expulsão dos soldados em exclusão, por conta da “iniciativa dos mesmos em cooperar, principalmente ajudando no rancho dos cabos e soldado”, durante o deslocamento de retorno onde executaram diversas tarefas.

4.6 A Estação Rádio PTA: amenizando a saudade do Brasil

Com a certeza de que a distância que separava o Brasil do Egito era imensa para muitos militares, isso causava uma grande tristeza. Longe dos familiares e ainda em uma terra estranha, esse sentimento para muitos só era quebrado com a

⁷⁵ Coleção Batalhão Suez, caixa nº 13, pasta nº 50, maço nº 1042 – AHEx.

⁷⁶ Quando falamos na transferência do militar para reserva remunerada ou para reforma, estamos tratando do seu afastamento do serviço ativo. Para ter direito à transferência para a reserva remunerada, o militar deve possuir, no mínimo, trinta anos de contribuição previdenciária. Além deste requisito o militar deve atingir a idade de acordo com o posto de ocupa.

esperança de receber notícias pelas correspondências, que às vezes não chegava e o serviço de telefonia realizado por uma estação de serviço rádio. A estação de Serviço Rádio do Batalhão, a PTA-2, era composta de um antigo transmissor receptor de ondas curtas ligado a uma antena que transmitia e recebia. A Estação Rádio PTA levava mais de uma hora para se comunicar com Estação de Serviço Rádio do Rio de Janeiro, que funcionava no antigo Ministério da Guerra. Era através dela que se conseguia falar com o Brasil, particularmente, quem se dispusesse a ir até o Rio de Janeiro.

A figura nº 11 abaixo mostra os operadores da PTA-2, Estação do Serviço Rádio do Batalhão Suez.



Figura nº 11 – Militares da PTA-2 em formatura.
Disponível em:<www.batalhaosuez.com.br>
Acesso em: 14 Out 2012

Coube a Estação do Serviço Rádio PTA-2 manter os integrantes do Batalhão Suez informados dos acontecimentos do cotidiano fora da Faixa de Gaza, principalmente na Copa do Mundo de 1958, onde os finalistas eram o Brasil e a Suécia.

A PTA-2 funcionou durante toda a missão do Batalhão Suez. Devemos ressaltar que realizar uma transmissão, ainda sem satélite, conseguindo ligar o Rio

de Janeiro com a região de Gaza, em outro continente, em plena década de sessenta, foi uma proeza.

O coronel aposentado Fernando Luiz Vieira Ferreira, que serviu em Gaza em 1967, disse:

[...] de valor extraordinário, foi sempre a instalação e o funcionamento, desde que o Batalhão se estabeleceu em Rafah, de uma possante estação de rádio – PTA-2 – que proporcionava duas bem nítidas ligações por semana, com “fila” de espera, naturalmente; superior colaboração para que inúmeros problemas normais de família fossem resolvidos, oportunamente, por seus chefes e esposas. [...] ⁷⁷

O serviço só atendia a quem pudesse ir ao posto do Serviço Rádio, que funcionava no Quartel General, do então I Exército. O tempo para utilizar era pré-determinado, a fim de que todos pudessem falar com seus familiares.

De certa forma, não residindo no Rio de Janeiro, muitos não puderam se beneficiar desse serviço, particularmente o efetivo maior, que era formado de cabos e soldados, pois nem todos que estavam em Gaza eram moradores do Rio de Janeiro. De fato os que mais se beneficiaram do serviço prestado pela Estação Rádio PTA-2 foram militares do Rio de Janeiro, pois não residindo no Rio de Janeiro, poucos militares possuíam recursos financeiros para que seus familiares se deslocassem para lá a fim de estabelecer suas ligações. Para os menos graduados⁷⁸ as cartas eram os únicos instrumentos de contato com seus familiares.

⁷⁷ História Oral das Operações de paz: missão em Suez, Coordenador Geral Aricildes de Moraes Motta – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p.357.

⁷⁸ Como menos graduados nós incluímos os sargentos, cabos e soldados.

4.7 Os *Leaves*: imagens do lazer no Oriente Médio.

O *leave*, expressão bem compreendida para quem cumpriu missão no exterior, era um período de dispensa de sete dias a cada três meses. Quem fizesse jus teria que se programar e escolher a época. Chegado momento embarcava em comboio da própria UNEF e seguia para os centros de recreação, um no Cairo e outro em Beirute, mantidos pela ONU. Normalmente se acumulava essas dispensas.

Todo esse sistema de *leave* servia para amenizar a dureza da missão, particularmente para os militares destacados na ADL, no deserto, que após cumprir sua “cota de sacrifício” retornavam para a sede do Batalhão em Rafah.

As viagens não eram apenas oportunidades para descansar e divertir-se fora da Faixa de Gaza, mas também um momento para realizar compras e gastar o soldo acumulado. Os *leaves* eram territórios de deslumbramento, fascínio e empolgação. Conhecer o Oriente Médio, a cultura, os costumes, as cidades, assistir a show de *strip-tease*, comprar produtos enlatados e bugigangas.⁷⁹ Além dos passeios, também a oportunidade para encontros românticos e para sexo. Existia uma multiplicidade de eventos que proporcionavam a busca por sexo na cidade do Cairo: cafetões, prostitutas, e a exploração a que eram submetidos na teia das sociabilidades e da sensualidade:

Agora, não tenha dúvida que o brasileiro é muito explorado por esse lado. Porque havia os charlatões que prometiam o corpo de uma mulher dessas, porque quem se atrevesse a dar dez, quinze libras [...] para ter uma noitada que jamais se concretizaria. Na Faixa de Gaza isso não se concretiza, toda vez que for peitada pode ser um golpe que você está levando. Se você acreditar num *habibe*, no árabe, no palestino, é um golpe que ele está dando em você, porque jamais ele vai conseguir uma fêmea para você. Agora no Cairo não. [Era] só você chegar [...] e pronto. [Para] os que tinham feito os contatos [havia] a maior facilidade de ganhar uma mulher. Se eu bem entendi, a prostituição no Cairo era violenta. E posso confirmar isso com a vinda de lá para cá. Porque em todos os portos que a gente encontrava era abordado por um cafetão induzindo sempre ao sexo. É uma das coisas mais fáceis, você vindo de uma viagem, conseguir. Talvez não exista mais, o problema de escrava branca para vender o corpo. Mas no

⁷⁹ FILHO, Manoel Ricardo Arraes. **História, Memória e Deserto: Os Soldados Brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)**. Tese de Doutorado. História Contemporânea. Universidade Federal Fluminense: 2009, p. 208.

tempo da Faixa de Gaza, Porto Said, de Israel, nós embarcamos e fomos para Trieste na Itália; eu arranjei uma namorada à noite [...] ⁸⁰

Os passeios eram realizados nas cidades de Beirute, Cairo, Jerusalém e Nablus, na Cisjordânia. Mas era mesmo o Egito que empolgava a todos. Sua história, sua beleza, sua cultura. A cidade do Cairo, sua capital, era considerada como uma espécie de “Paris do Oriente Médio”.⁸¹ Uma cidade moderna, com avenidas largas, mesquitas, gente, luzes e neôn. Grandes edifícios e muita arborização. Um oásis para os soldados que chegam do deserto.

Um dos pontos mais visitados e fotografados pelos nossos soldados foi o Museu do Cairo; ele possui um acervo de mais de cento e sessenta mil peças, algumas delas com mais de três mil e quinhentos anos.

Mesmo sendo proibido fotografar com *flash* dentro do museu, por conta de possíveis danos ao acervo exposto, nossos soldados colecionam diversas imagens de lembranças do ato proibido. Quanto à atração principal, que eram as pirâmides. Estas sempre despertaram um misto de curiosidade, temor e fascinação, por conta do imaginário construído em torno de seu simbolismo ao longo da história.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ FILHO, 2009, p. 209.

Conforme mostra a figura nº 12, visitar as pirâmides era a principal atração nas visitas ao Egito.



Figura nº 12 – Militares em pose com uma pirâmide ao fundo.
Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>
Acesso em: 14 Out 2012

4.8 Servir no Batalhão Suez: aventura e motivação financeira

Participar da missão do Batalhão Suez não era somente por espírito de aventura, para muitos significava uma ajuda financeira. O pagamento dos integrantes do Batalhão era realizado em dólar. Ninguém recebia o pagamento em Suez. Havia uma folha de pagamento que o militar assinava. Esse dinheiro ficava depositado no Batalhão.

O Batalhão utilizava a moeda nacional circulante no Egito, o comércio com dólar era proibido. O valor de uma libra egípcia equivalia a cem piastras. Era com esse dinheiro que o governo egípcio pagava o contingente, uma gratificação acordada com as Nações Unidas, e servia para custear as despesas pessoais. O soldo pago pela UNEF nessa moeda era depositado em banco americano em Beirute. Entretanto era feito adiantamentos desta moeda somente para quem gozava as férias em *leave centers* - centros de férias programados pela UNEF. O saldo restante da conta era pago no final da missão, na viagem de retorno ao Brasil.

Abaixo, conforme a figura nº 13, uma *Piastra*, moeda utilizada pela UNEF na Faixa de Gaza.



Figura nº 13
Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>
Acesso em: 14 Abr 2013

O coronel da reserva Omar Lima dias, que participou do 5º contingente como tenente fez a seguinte consideração:

[...] Os cheques eram trocados em casa de câmbio já preparadas para recebê-los. Na realidade, dei o meu primeiro salário para a minha esposa e ela sobreviveu com ele por dez meses. Era uma soma muito elevada. Para que se tenha uma idéia, os vencimentos de um primeiro-tenente girava em torno de Cr\$ 18 mil; trocando os dólares do meu salário, recebido na missão, perfazia um total de Cr\$ 200 mil, isto é mais de dez vezes o montante normal.[...] ⁸²

Em 1960 Jânio Quadros é eleito Presidente da República. A Inflação galopante, como se dizia, foi um dos alvos do primeiro discurso de Jânio como Presidente, horas depois da posse, em trinta e um de janeiro de 1961. “Terrível a situação financeira do Brasil”, afirmou ele atacando o seu sucessor.

Feita a exposição em mensagem lida na “voz do Brasil”, passou a impressão de que suas primeiras ações visariam combater os problemas identificados. Mas não

⁸² Idem. p. 124.

era esse o estilo de Jânio. Para começar, moraliza os costumes. E assim, reassumindo o hábito desenvolvido em São Paulo passou a distribuir os conhecidos bilhetinhos com orientações aos auxiliares: proibiu o lança-perfume, as briga de galo, as corridas de cavalo nos dias úteis, o uso de biquíni nas praias, uma extensa lista.

Jânio adotou um programa de combate a inflação austero, em conformidade com as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na proposta de contenção de gastos públicos os integrantes do Batalhão Suez foram surpreendidos com o decreto de Jânio determinando a redução de vantagens e vencimentos do pessoal militar no exterior.

Muitos se sentiram prejudicados pelo ato do presidente. Vários militares do Batalhão entre oficiais e praças decidiram entrar com um mandato de segurança contra Jânio a fim de assegurar que os valores anteriores ao decreto presidencial fossem pagos integralmente.

Apesar de advertidos das possíveis consequências a que estariam sujeitos, os militares prosseguiram com a ação.

Não tardou muito e o Batalhão foi surpreendido com a ordem vinda do Brasil emitida pelo então general Orlando Geisel, chefe de Gabinete do Ministério da Guerra, determinando o repatriamento de todos os militares que haviam assinado a ação judicial contra Jânio.

Completando a retaliação o 9º Contingente que chegava para substituir o 7º Contingente veio sem o efetivo para completar as vagas deixadas pelos repatriados. Ainda nesse contexto, a ONU solicitou ao governo brasileiro que enviasse um efetivo de militares de Suez para o Congo a fim de intervir em um conflito naquele País.

Jânio Quadros que já não concordava com a presença do Brasil em Gaza, negou o pedido a ONU que recorreu às tropas da Suécia.

A outra consequência para o Batalhão foi a ampliação da sua área de atuação na faixa de fronteira a fim de compensar a saída da tropa sueca.

Com todos esses desdobramentos é possível que a atuação do Batalhão na fronteira tenha sido muito prejudicada. Como a maior parte dos encargos mais desgastantes recaia sobre os soldados, acreditamos que o clima de tensão tenha influenciado as atividades diárias.

Consideramos que o confronto criado entre os militares do Batalhão, que acionaram judicialmente o presidente Jânio Quadros, pode ter sido encarado pelos

gerais como uma insubordinação e por isso as retaliações vieram como forma de recado.

4.9 Imagens do *Brazilian Headquarters*: um cotidiano de transformação e convivência ao longo de dez anos

Ao consultar o site do batalhão Suez, onde os ex-integrantes se esforçam para manter viva a sua memória, observamos diversas fotografias do dia a dia na área do Batalhão ao longo dos dez anos de ocupação física daquela região. Desta forma, optamos em fazer uma descrição da evolução do acampamento do *Brazilian Headquarters*, em Rafah. O local já tinha uma infra-estrutura de uma vila com uma longa avenida desde a entrada principal até a praça em frente ao Quartel General onde estavam hasteadas as bandeiras do Brasil e das Nações Unidas. Com o passar dos longos dez anos, muitas melhorias ocorreram a fim de proporcionar o máximo de conforto para os contingentes subsequentes.

A figura nº 14 abaixo nos remete as novas instalações dos alojamentos, já em alvenaria.

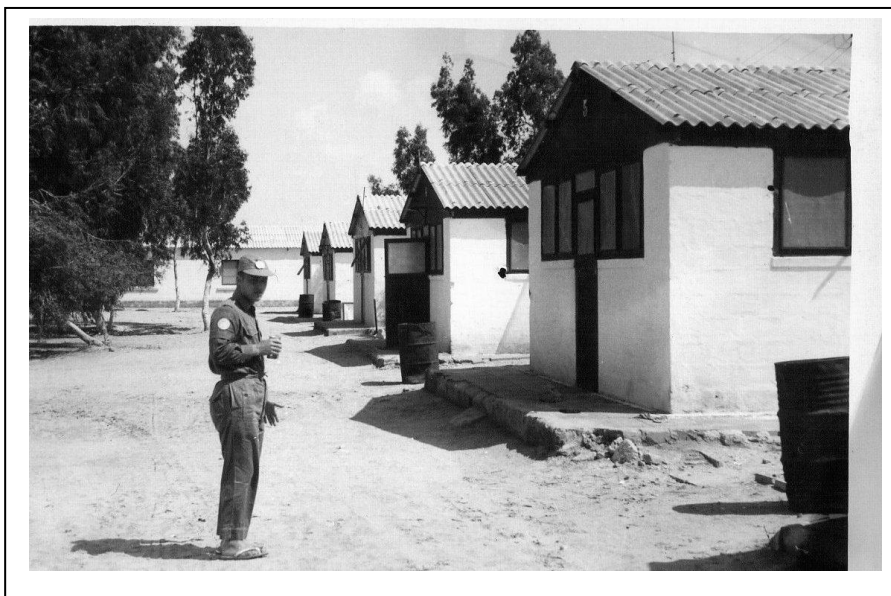


Figura nº 14 – Construções de alvenaria na sede do Batalhão.

Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>

Acesso em: 09 Mai 2012

Esse grande acampamento do Batalhão era protegido por cercas de arame farpado em toda sua extensão. No inverno as noites eram muito frias, o contingente já usava a farda de lã nas guardas do Batalhão.

A grande área do Campo Brasil, parecia um oásis, com inúmeras árvores e daí pra frente. Percebemos que sua estrutura passou por constantes reformas, com o melhoramento de ruas e praças com canteiros floridos a cada contingente que passava.

As barracas antigas de lonas dos primeiros contingentes já não tinham mais lugar, foram substituídas pelos diversos alojamentos de alvenaria que ofereciam proteção as tempestades de areia e dos variados insetos existentes. Mesmo assim, a poeira entrava. Era difícil acabar com todos os percevejos e alguns escorpiões que eram mortos e pregados na porta de entrada como troféus.⁸³

⁸³ Artigo escrito para o site oficial do Batalhão de ZOUAIN, S. & SILVA JÚNIOR, T., op. Cit, 2004.

A figura nº 15 abaixo nos mostra que o consumo de bebidas era permitido, o que comprova que o regulamento na quartel de Gaza proporcionava “brechas” para que os soldados pudessem amenizar o estado emocional, diante das adversidades que a Missão apresentava. Segundo os depoimentos o consumo de álcool era liberado.

Lá a disciplina era diferente daqui. Lá era mais relaxada, mas não deixava de ter aquela rigidez. Então o pessoal bebia muito. Eu não bebia. Eu nunca fui de beber. Peguei o vício do cigarro. Hoje eu já não fumo mais, mas os caras metiam uma cerveja. Tinha umas latinhas, com cerveja, mas isso acontecia quando não se estava de serviço e dentro da barraca ou então lá no restaurante panorâmico de frente para Mediterrâneo, onde a gente comia batata frita e tomava uma cerveja de litro. Eu acho que era Estrela, uma delícia, mas eles não chegavam a beber e a fazer algazarras. (DAVI, 31 out, 2014)

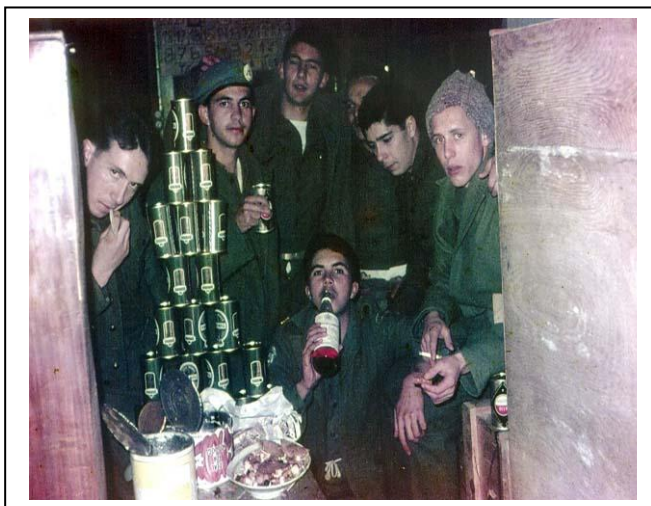


Figura nº 15 – Soldados consumindo cervejas no alojamento.
Disponível em:<www.batalhaosuez.com.br>
Acesso em: 14 Out 2012

No refeitório de soldados se lia a mensagem "Peça o que quiser, mas coma o que pediu", cujas refeições eram importadas de vários países e servidas dentro do cardápio brasileiro. No centro do acampamento havia uma capela para as missas dominicais com o capelão do Batalhão. Ao lado estava o cine Brasília com um pequeno palco onde os integrantes do Batalhão assistiam filmes todas as noites.

Nesse mesmo palco ocorriam *shows* variados internacionais e o Batalhão recebia também a visita de *shows* de brasileiros em roteiro artísticos pela Europa e Oriente Médio.⁸⁴

As oportunidades de lazer eram muito amplas no Batalhão. Sábados, domingos, feriados, quartas-feiras, à tarde podiam passear nas cidades vizinhas, jantar fora, almoçar, ir à praia, que era uma das recreações mais disputadas. As praias da Palestina são muito boas, lindas, limpas, tinha o cinema, que funcionava diariamente no Batalhão, quadras de voley e basquete, campo de futebol, para organizarem aquelas disputas entre subunidades. Tínhamos um conjunto de música muito bom. [...] Altamiro Carrilho e sua bandinha, Carmélia Alves, Peri Ribeiro, todos realizaram shows lá[...].⁸⁵

E surgiu também a ideia de criar uma banda formada por músicos do Batalhão chamada de *Brazilian Boys* que ensaiava no Cine Brasília. Esse conjunto musical, constituído de sargentos, cabos e soldados, ficou famoso pelos inúmeros pedidos de apresentações entre as forças localizadas na Faixa de Gaza.⁸⁶ A cada troca de contingente os integrantes com talentos musicais eram “alocados” na banda.

Na figura nº 16 abaixo, a banda *Brazilian Boys* que ficou conhecida na Faixa de Gaza por conta das apresentações que fazia nos quartéis da UNEF.



Figura nº 16 - integrantes da banda *Brazilian Boys*
Disponível em: <www.batalhaosuez.com.br>
Acesso: em 18 Nov 14

⁸⁴ ZOUAIN, S. & THEODORO, op. cit, 30 mar 2004.

⁸⁵ História Oral das Operações de paz: missão em Suez, Coordenador Geral Aricildes de Moraes Motta – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 298.

⁸⁶ Mais detalhes, consultar o site oficial do Batalhão Suez <www.batalhaosuez.com.br>

Fazer parte da banda para muitos significava prestígio e muitos “ganhos” junto ao comando não só do Batalhão, mas principalmente da UNEF. Por várias vezes esses militares faziam apresentações para comitivas estrangeiras que visitavam o Quartel da UNEF, com isso tinham a possibilidade de ampliar seu “campo de negociação”. Para os atletas, o Batalhão já tinha um lugar reservado desde o processo de seleção, mas para os que não tinham esse domínio a intimidade com a música surgiu de última hora, permitindo a entrada nesse “jogo de possibilidades”.

Considerando as constantes mudanças físicas ocorridas ao longo desses dez anos, entendemos que cada contingente que passava no "Brazilian Headquarters" vivenciava experiências sempre peculiares de cada momento na história do Batalhão.

Verificamos que essas modificações em seus espaços de embates diários, contribuíram para que os próprios soldados buscassem se beneficiar dessas mudanças. Para muitos ficava a comparação entre servir na Fronteira ou permanecer na sede do Batalhão.

Eu não servi na fronteira. Eu servia na 8ª, no QG. Eu fui somente visitar a fronteira. A fronteira era terrível. Era deserto mesmo. Eu não tinha função. Em Suez eu era carteiro. Como eu jogava futebol, eles deixavam na mordomia. Eu era o homem do correio. Eu e o sargento Juca, que era de Pelotas. Eu, uma vez por semana, de 15 em 15 dias chegava o avião com as cartas. Eu ia lá pegavas as cartas e distribuía para o pessoal. Era muita alegria. Nem todo mundo recebia. Também tinha tristeza. (DAVI, 31 out 2014)

Enquanto não havia um critério para escolher quem iria para a Fronteira e quem permaneceria em Rafah aqueles que possuíam algum “dote” procurava capitalizar essa possibilidade.

Logo que chegamos à sede do Batalhão, havia a distribuição do pessoal. Quem iria para a fronteira e quem ficava na sede do Batalhão. Eu não fui para a fronteira. Como eu falava inglês, permaneci no Batalhão auxiliando o Subtenente nas atividades administrativas. Alguns ficaram também, mas outros seguiram para a Linha Demarcatória de Armistício, a LDA. (EBERSOL, 8 out, 2014)

Na figura nº 17 abaixo militares do Batalhão participando de um *show* de talentos.

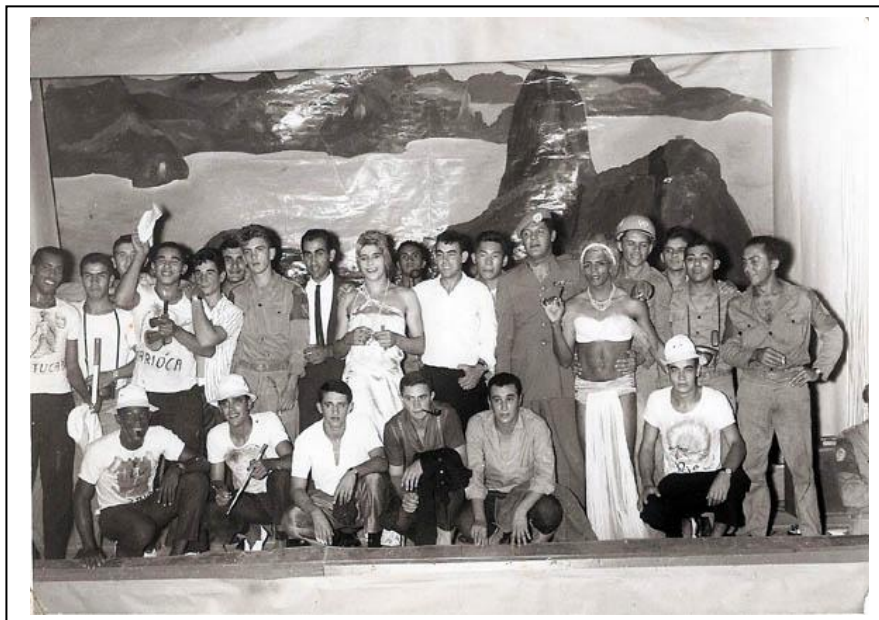


Figura nº 17 - *show* de talentos na sede do Batalhão
Disponível em: www.batalhaosuez.com.br
Acesso em: 14 Out 2012

Permanecer na sede do Batalhão era ficar em Rafah sem ter que passar seis meses na LDA. De acordo com os depoimentos alguns soldados, orientados por voluntários de contingentes anteriores, já chegavam pensando nessa possibilidade sem ter que passar pela fronteira. Para muitos ficar no Batalhão criava condições para ocupar funções “privilegiadas” como ficar no aeroporto de Beirute e receber o pessoal que chegava para passar as férias, despachar as correspondências e outras atividades que eram completamente diferentes do cotidiano de um “chacal.”⁸⁷

Havia também os soldados que eram designados para trabalhar na parte administrativa da UNEF junto com os funcionários civis da ONU. Essas funções proporcionavam privilégio para poucos.

Dessa forma, os indivíduos com suas “táticas” procuravam encontrar as brechas no cotidiano como instrumento de subversões e vantagens em relação a permanecer na sede do Batalhão ou seguir para o “tormento” da ADL.

⁸⁷ Referência ao animal feroz, parecido com o lobo, que vive no deserto e em lugares solitários. Entre os entrevistados alguns se tratavam por chacais, em alusão aqueles que serviram na fronteira.

5 Considerações Finais

A atuação do Batalhão Suez na UNEF foi a primeira experiência concreta do Brasil em missões de manutenção de paz. Após essa Missão de Paz e as outras que vieram, o Brasil foi se tornando um *expert* nesse tipo de operação como atesta a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em quinze de junho de 2010, na cidade do Rio de Janeiro⁸⁸. Não resta dúvida que esses longos anos no Oriente Médio também contribuíram para que o País atingisse esse patamar.

Passado mais de meio século a crise do canal de Suez é desconhecida e praticamente esquecida, diante de tantos outros conflitos que ocorreram durante todos esses anos.

Em nossa pesquisa procuramos descrever o que ouvimos dos relatos dos ex-integrantes e suas coleções pessoais de lembranças com o intuito de enriquecer as narrativas sobre essa experiência importante, longa e rica, do ponto de vista cultural. Vasculhamos por inúmeras vezes a documentação arquivada no Arquivo Histórico do Exército em busca da memória documental do Batalhão Suez. Ao mesmo tempo nos surpreendemos ao constatar que, mesmo dentro da instituição militar, essa memória é desconhecida. Em nossas pesquisas e nas entrevistas constatamos como esses indivíduos encontravam nas “brechas do cotidiano” o local para driblar as normas com suas “táticas” sutis e silenciosas. E que “labutar” na caserna não poder ser vista como um lugar de uma rígida disciplina por todo lado, mas também o cotidiano como o espaço de “surpresas interessantes”, de “resistências miúdas” quase imperceptíveis, de antidisciplinas que foram formas criativas de sobreviver e de inteligências utilizadas nas mais diversas situações.

Entendemos que este trabalho não esgota de maneira alguma a temática proposta, tratando-se somente de uma contribuição inicial que pretende suscitar novos entendimentos sobre o tema. Podemos dizer que ainda não há uma investigação satisfatória e academicamente produzida que trate da atuação brasileira na UNEF, no entanto, alguns trabalhos já começam a dar voz a esses ex-integrantes desconhecidos da História do Brasil.

⁸⁸ Para maiores informações consultar o site: <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/>

A pesquisa nos permitiu conhecer os bastidores do processo de organização do Batalhão Suez e com isso possibilitou conhecer como funcionava as relações de poder e o clientelismo no processo de escolha dos voluntários para servir no referido Batalhão. O que contribuiu para o estudo da conjuntura política, econômica e social das décadas de 50 e 60 no Brasil.

Sem sombra de dúvida o clientelismo interferiu em todos os processos de seleções. O que subsidiou o nosso estudo sobre as relações sociais entre quem “indicava” e quem “precisava”, de uma oportunidade no Batalhão Suez.

A Missão de Paz de Suez oferece inúmeras possibilidades para uma investigação. Várias lacunas sobre o retorno do Batalhão ainda merecem um estudo. Muitos oficiais e praças, particularmente do 20º Contingente, podem elucidar fatos que até os dias atuais é do desconhecimento da sociedade brasileira.

Uma das conclusões a que podemos chegar, ao pesquisar esse assunto, é que foram essas experiências pessoais, vividas no meio do deserto e nas cidades do Oriente Médio, que ajudaram a dar vida a este trabalho, colocando o indivíduo como sujeito da História que carrega suas lembranças.

No decorrer de nossa exposição apresentamos inúmeros aspectos desse passado histórico do Batalhão Suez. Foi uma missão que teve por objetivo dar voz aos que não foram ouvidos e que foram silenciados pela nossa História.

Entrevistados

- LOPES, Edemar Correa, (2014), entrevistador: Edgar Ávila Gandra, Pelotas, 14 mar 2014.
- VIGHI, José Américo, (2014), entrevistador: Júlio Ribeiro Xavier, Pelotas, 26 set 2014.
- MANUEL VIGHI, Victor, (2014), entrevistador: Júlio Ribeiro Xavier, Pelotas, 26 set 2014.
- EBERSOL, Gilberto, (2014), entrevistador: Júlio Ribeiro Xavier, Pelotas, 8 out 2014.
- DAVI, José Roberto, (2014), entrevistador: Júlio Ribeiro Xavier, Pelotas, 31 out 2014.
- MORAES, Carlos Alberto de, (2014), entrevistador: Júlio Ribeiro Xavier, Pelotas, 13 nov 2014.

Referências

ANDRADE, R. B. **Batalhão Suez... fora de forma, marche!: missão árdua ou tempo perdido?** Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1985.

ARLINDO, Luis Filho. **Forças de Paz, a Experiência Brasileira.** In: Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, v. 11, nº 31, 1995.

AZEVEDO, S. S. P. **Em nome da Paz: memórias da missão Suez.** Brasília: Gráficos Charbel, 1996.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política.** Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2003.

BARKER A. J. **A Guerra dos seis dias.** História Ilustrada do século de violência n. 13. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

BORGES, Maria de Lourdes Linhares. **História e Fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BURKE, Peter – **A Escrita da História – Novas Perspectivas,** São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, A. J. S. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion - **Os Métodos da História** / Ciro Flamarion Cardoso e Ator Pérez Brignoli: tradução de João Maia - Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983.

_____. **Domínios da História, Ensaio de Teoria e Metodologia** – Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (org.) - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **“Rui Barbosa e a razão clientelista”.** Dados, Vol. 43, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____. **O espírito militar:** um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **Os militares e a República:** um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Verde Oliva (Edição Especial). **Exército Brasileiro em missões de paz.** – n.152 – 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** ed.rev. São Paulo: Ática, 2002, 1.ed. 1992.

CHIRIO, Maud Aurélia. **A política nos quartéis:** revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. RJ, Zahar, 2012.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica** (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CLAUZEWITZ, Karl von. **Da Guerra.** Tradução de Teresa Barros Pinto Barroso. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CORVISIER, A. **A guerra.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **A diplomacia brasileira na questão de Letícia.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Damocles, o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império.** Campinas, SP: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

DEL PRIORE, Mary. **História do Cotidiano e da Vida Privada.** CARDOSO, Ciro Flamarion S. [et al]. **Domínios da História.** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

D'AVILA, Paulo et alli. **Acesso ao Poder. Clientelismo e Democracia: Desconstruindo uma dicotomia.** IN: Democracia a Novas Formas de Participação Política, Revista Civitas, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre: Volume 4,n.2,Julho-Dezembro de 2004.

DINIZ, Eli. **Voto e Máquina Política. Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DORATIOTO, Francisco. **General Osório: a espada liberal do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, J. J. **Oriente Médio: Batalhão Suez**. Petrópolis: Vozes, 1963. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.

FERRAZ, F. C. A. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da F.E.B. (1945 -2000)**. Tese de Doutorado. História Social. Universidade de São Paulo: 2002.

FERREIRA, Jorge. **“As cartas de Jango a Getúlio”**. In: Angela de Castro Gomes. Escrita de Si, Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERRER, Francisca Carla & MATOS, Júlia Silveira. **A construção do Canal de Suez e a formação do conflito no Sinai: A Força de Paz Brasileira na Faixa de Gaza**. In Biblos. Rio Grande: 2006.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida (Org.); Schwarcz, Lília Moritz (Org.). **Guerras e batalhas brasileiras**. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

FILHO, Manoel Ricardo Arraes. **História, Memória e Deserto: Os Soldados Brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)**. Tese de Doutorado. História Contemporânea. Universidade Federal Fluminense: 2009.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª edição, São Paulo, Assis editora Humanitas, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Vencer ou Não Perder: O Brasil e a Liga das Nações**. Dissertação de Mestrado em História, Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

GOULART, M. R. **O Batalhão de Força de Paz em Operações**. In: A Defesa Nacional. Ano 85 nº 783, 1o. Quadrimestre de 1999.

GRINBERG, Keila. **O Mundo Árabe e as Guerras Árabe-Israelenses**. In Reis Filho, Daniel Aarão, et all. O Século XX: O Tempo das Dúvidas. Do

declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

HESPANHA, António Manuel (coord.) **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

HISTÓRIA ORAL DAS OPERAÇÕES DE PAZ: missão de paz em Suez, Tomo I, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IZECKSOHN, Vitor. **O cerne da discórdia**: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**, Martins Fortes, 1990.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LOPES, Fabiano Luis Bueno. **Batalhão Suez: História, Memória e Representação Coletiva (1956-2000)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2006.

LUFT, Marcos Vinícios. **“Essa guerra desgraçada”**: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação de Mestrado apresentada, em maio de 2013, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: . Acesso em: 04 nov. 2014.

KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

_____. **A Máscara do Comando**. Tradução de Geraldo Pereira de Almeida Filho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Construção e desmontagem do signo fotográfico.** In: Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MAGALHÃES, Dacílio de Abreu. **Será que Valeu a pena?** www.batalhaosuez.com.br/premilnobeldapaz.htm Acesso 16/10/2012.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. **A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural.** Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD), Dourados, MS, v. 2, n. 4, 2008. Disponível em: . Acesso em: 01 set. 2014.

Manual **C 95-1 Operações de Manutenção da Paz**, 2ª edição, Brasília: 1998.

MAUAD, Ana Maria. **Olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual.** Artcultura, Uberlândia, 2008.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados.** São Paulo: Grua Livros, 2010.

_____. **Irmãos de Armas.** São Paulo: Códex, 2005.

_____. **Onde Estão Nossos Heróis.** São Paulo: Atlas, 1995.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937).** Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial.** Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

Missão de Paz Internacional (Exército Brasileiro Instrumento de Paz no Oriente Médio) in: História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Vol. 3. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1972.

MILITARY REVIEW (Edição Brasileira). **Operações de Manutenção da Paz.** Kansas v. 74, n. 3, 3º Trim. 1994.

MILITARY REVIEW (Edição Hispanoamericana). **Operaciones de Paz.** Kansas v. 75, n. 4, Julio-August 1995.

MILITARY REVIEW (Edição Brasileira). **Doutrina e Adestramento para os Desafios Futuros.** Kansas v.79, n.2, 2º Trim. 1999.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada.** 5ª edição, São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Ciências, história e memória.** Questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. *História e sensibilidades*. Brasília: Paralelo 15. 2006.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **Os múltiplos olhares sobre a história militar.** Revista História Unisinos. São Leopoldo, RS, v. 13, n. 3, 2012. Disponível em:. Acesso em 14 mar. 2015.

_____. **A nova história militar, o diálogo com a história social e o império português.** In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História (Anais). São Paulo, 2011. Disponível em: . Acesso em 22 fev. 2015.

MOURA, G. **Avanços e recuos: a política exterior de JK.** In: Gomes, A. M. de C. (org) FARO, C. de. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

O Exército na História do Brasil. Biblioteca do Exército ed. Salvador, BA: Odebrecht, 1998. (CD-ROM).

OREN, Michel. **Seis dias de Guerra.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PARENTE, Paulo André Leira. **A construção de uma nova história militar.** Revista Brasileira de História Militar. Rio de Janeiro, ano I, edição especial de lançamento, 2009. Disponível em: . Acesso em 15 jan. 2015.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **A história militar tradicional e a “nova história militar”.** In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História (Anais). São Paulo, 2011. Disponível em: HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf>. Acesso em 09 jan. 2015.

PETERSEN, Silvia. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre a ciência e o senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In. BRANDÃO; MESQUITA. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Editora da UFRGS e Editora da UNISC. 1995.

POSSAMAI, Paulo Cesar (org.). **Gente de guerra e fronteira:** estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010.

RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946),** Jundiaí: Paco Editorial: 2010.

SCHMIDT, B. B. . **Jacques Le Goff e a história do cotidiano.** Biblos, Rio Grande, v. 5, p. 31-40, 1993.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Guerra do Paraguai. Memórias & Imagens**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SANCHES, Marcos Guimarães. **A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira**. Revista Brasileira de História Militar. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, abr. 2010. Disponível em: . Acesso em 19 nov. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida (Org.); Schwarcz, Lilia Moritz (Org.). **Guerras e batalhas brasileiras**. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. 2011. **Nova História Militar**. In: C. SANTOS, N. B. dos. **Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas**. In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (orgs) Israel-Palestina; a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: UNESP, 2002.

SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TEIXEIRA, Nuno Severino. **A história militar e a historiografia contemporânea**. Revista A Nação e a Defesa. Lisboa, ano XVI, n. 59, 1991. Disponível em: . Acesso em 07 out. 2014.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. São Paulo: Campus, 2002.

VERENA, Alberti. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

WEHLING, Arno. **A pesquisa da história militar brasileira**. Da Cultura. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: . Acesso em 012 dez. 2014.

ZANATTA, Joel. **“Em defesa da paz”: a crise do canal e a participação do Batalhão Suez e seus contingentes gaúchos a serviço da ONU no Oriente Médio (1957-1967)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/13784>, Acesso em 23/01/2015.

ZOUAIN FILHO, S. **Histórias de Suez: aventuras de nossos soldados**. Vitória: Edição do Autor, 2003.

Anexos

**Anexo A – Recorte do jornal Correio do Povo, de Porto Alegre,
noticiando as “instruções para a incorporação no Batalhão Suez”**

DO POVO

SEARA, 4 DE MARÇO DE 1959



O gen. Osvaldo F. Alves quando falava à reportagem, na noite de ontem, vendo-se ainda o gen. Braga Pinheiro.

CONHECIDOS DETALHES DAS INSTRUÇÕES PARA INCORPORAÇÃO NO “BATALHÃO SUEZ”

Contingente será formado de reservistas (cabos e soldados) e pessoal da ativa (oficiais e sargentos) — Embarque previsto para o dia 17 de abril — Declarações do comandante do III Exército prestadas ao “Correio do Povo”

Foram finalmente recebidas, na tarde de ontem, pelo general Osvaldo F. Alves, comandante do III Exército, as instruções regulando o recrutamento do pessoal a integrar o contingente que substituirá, dentro dos próximos dias, a tropa brasileira que se encontra na Faixa de Gaza, fazendo parte da Força de Emergência das Nações Unidas.

Conforme temos publicado com detalhes, a ordem de recrutamento já tinha sido recebida pelos generais Osvaldo F. Alves e Décio Palmeiro Escobar, em dias passados, nada tendo sido providenciado, entretanto, tendo em vista a falta das instruções que seriam baixadas pelo Ministério da Guerra. Ontem, às 12.45, viajando em avião da Cruzeiro do Sul, desembarcou no aeroporto Salgado Filho, o coronel Ivanhoé Oliveira, pertencente ao gabinete do ministro Teixeira Lott, que aqui veio com a finalidade de transmitir detalhes da ordem baixada pelo chefe do Exército, ao mesmo tempo que trazia consigo toda a documentação referente ao recrutamento.

Inquirido pela reportagem, ainda no aeroporto, o cel. Ivanhoé Oliveira disse que realmente vinha ao

Sul tratar do assunto relacionado com a substituição do pessoal que atualmente integra o Batalhão Suez, mas nada poderia adiantar, tendo em vista que primeiro deveria se avistar com os comandantes do III Exército e da 3.ª Região Militar. Antes de encerrado o expediente, às 12.30 horas, no Quartel General, ainda tivemos oportunidade de ouvir a palavra do gen. Osvaldo F. Alves, mas nada também nos adiantou, por não ter chegado em suas mãos a referida documentação, tendo, entretanto, confirmado a chegada do cel. Ivanhoé Oliveira, que aqui veio tratar do assunto.

AS INSTRUÇÕES

Embora somente hoje poderíamos fornecer dados completos sobre o recrutamento, o general Osvaldo F. Alves, comandante-em-chefe das forças de terra no Sul do país, mais tarde, em palestra com a reportagem, adiantou dados gerais sobre o aguardado documento que contém as instruções.

Após fazer várias outras considerações, disse-nos que poderia ser confirmado o nosso noticiário anterior, no que diz respeito às exigências que serão submetidas os candidatos, sob o ponto de vista físico, moral e intelectual. Conforme tínhamos ainda noticiado, o recrutamento será feito em todo o território da 3.ª Região Militar (Estado do Rio Grande do Sul).

Conhecidos detalhes...

(Continuação da última página) O contingente será iniciado ainda no dia de hoje, estando afeto à 3.ª Região Militar, da qual é comandante o general Décio Palmeiro Escobar, que regressou a esta capital, na noite de ontem, viajando pelo Convair da Cruzeiro do Sul.

Para ser incorporado ao batalhão, é necessário o candidato ser portador do certificado de reservista de 1.ª categoria, isto é, para os candidatos civis. Precisa pertencer à Arma de Infantaria, a não ser um número reduzido de especialistas, oriundos também da Infantaria.

OFICIAIS E SARGENTOS
Oficiais e sargentos também serão recrutados em nosso Estado, com exceção dos sargentos radiotelegrafistas, que serão fornecidos pela 1.ª Região Militar, com sede na Capital Federal, onde também está localizada a Diretoria de Comunicações do Exército.

Os demais oficiais e sargentos (Infantaria), serão aceitos candidatos voluntários, aos quais serão também feitas uma série de exigências. Os primeiros não podem pertencer ao Quadro de Acesso, havendo necessidade de possuir a Ex-

cola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Os sargentos serão obrigados a possuir o curso de aperfeiçoamento da Escola de Sargentos das Armas, ou cursos equivalentes, como é o caso dos radiotelegrafistas.

COMANDANTE DO CONTINGENTE

Segundo informações que nos foram prestadas pelo general Osvaldo F. Alves, inclusive o comandante do contingente também será recrutado aqui em nosso Estado. Sabendo que já existe candidato, perguntamos: Quem é o homem, general? A resposta veio logo: “Também será submetido às exigências que estão sendo feitas pelo Ministério da Guerra, motivo pelo qual nada posso adiantar”.

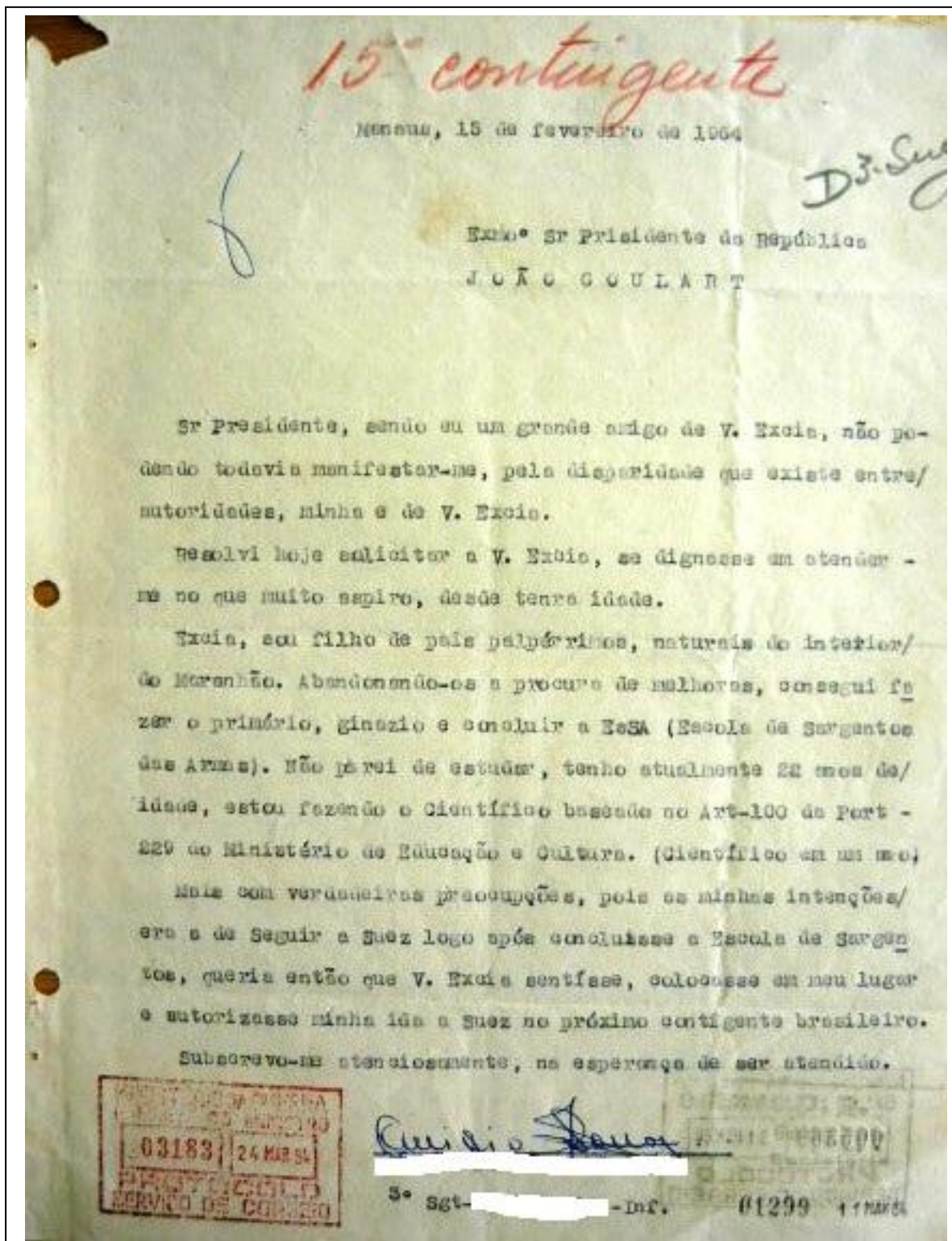
DATA DO EMBARQUE

Está previsto para o próximo dia 17 de abril o embarque do contingente gaúcho que representará o Exército Nacional no Oriente Médio. Viajarão em navio-transporte da Marinha de Guerra, deixando o nosso porto rumo ao Oriente diretamente para o Rio, onde permanecerão cerca de 2 dias. Em seguida, tomarão rumo a Port Said e dali para a Faixa de Gaza, onde se encontra atualmente a tropa brasileira.

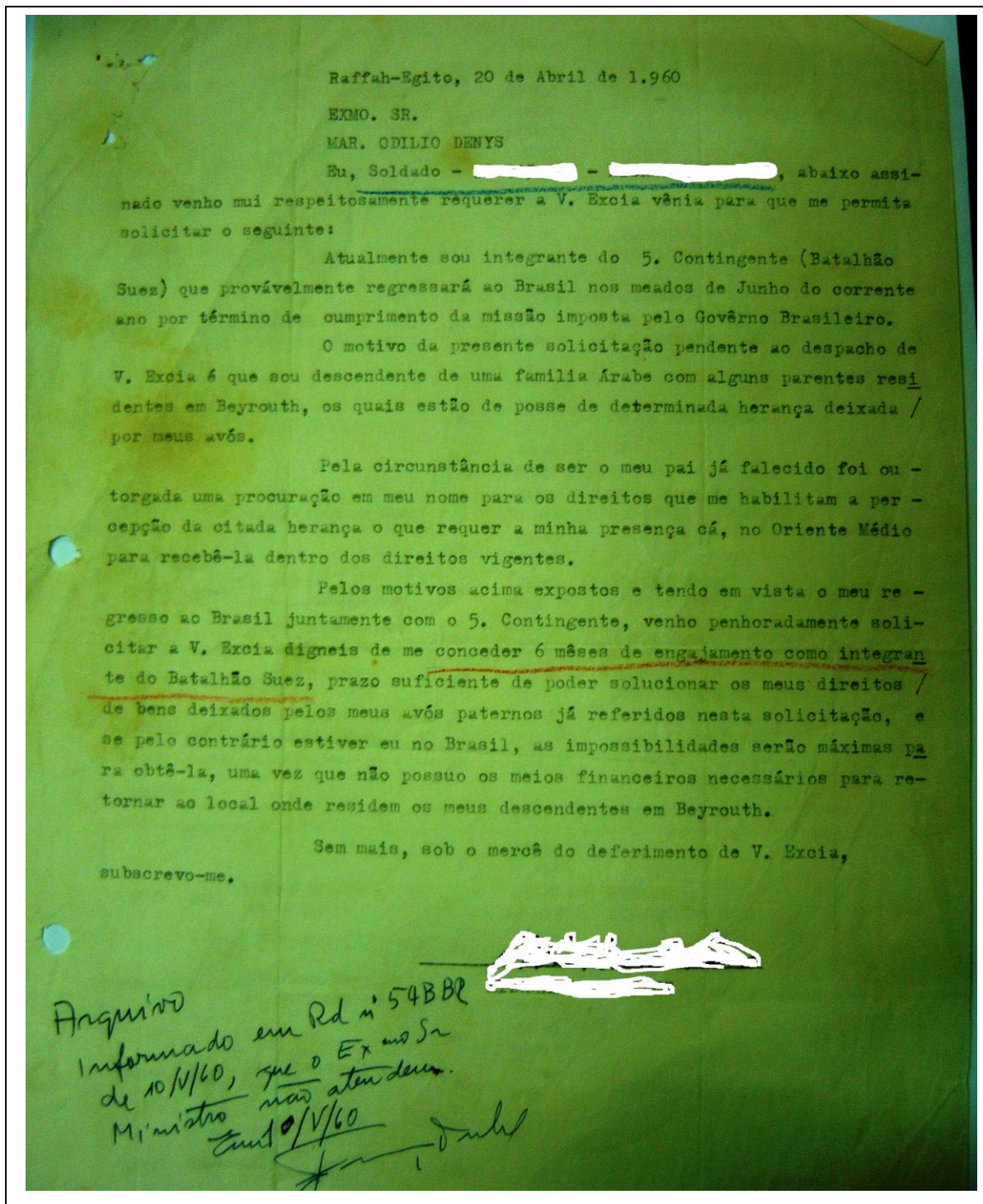
Somente serão aceitos candidatos voluntários, sendo o contingente formado de reservistas (cabos e soldados) licenciados nos últimos anos. A altura mínima é de 1.69 m. Não poderão integrar o contingente cabos ou soldados da ativa, conforme consta nas referidas instruções.

O trabalho de organização do novo (Continua na 13.ª página)

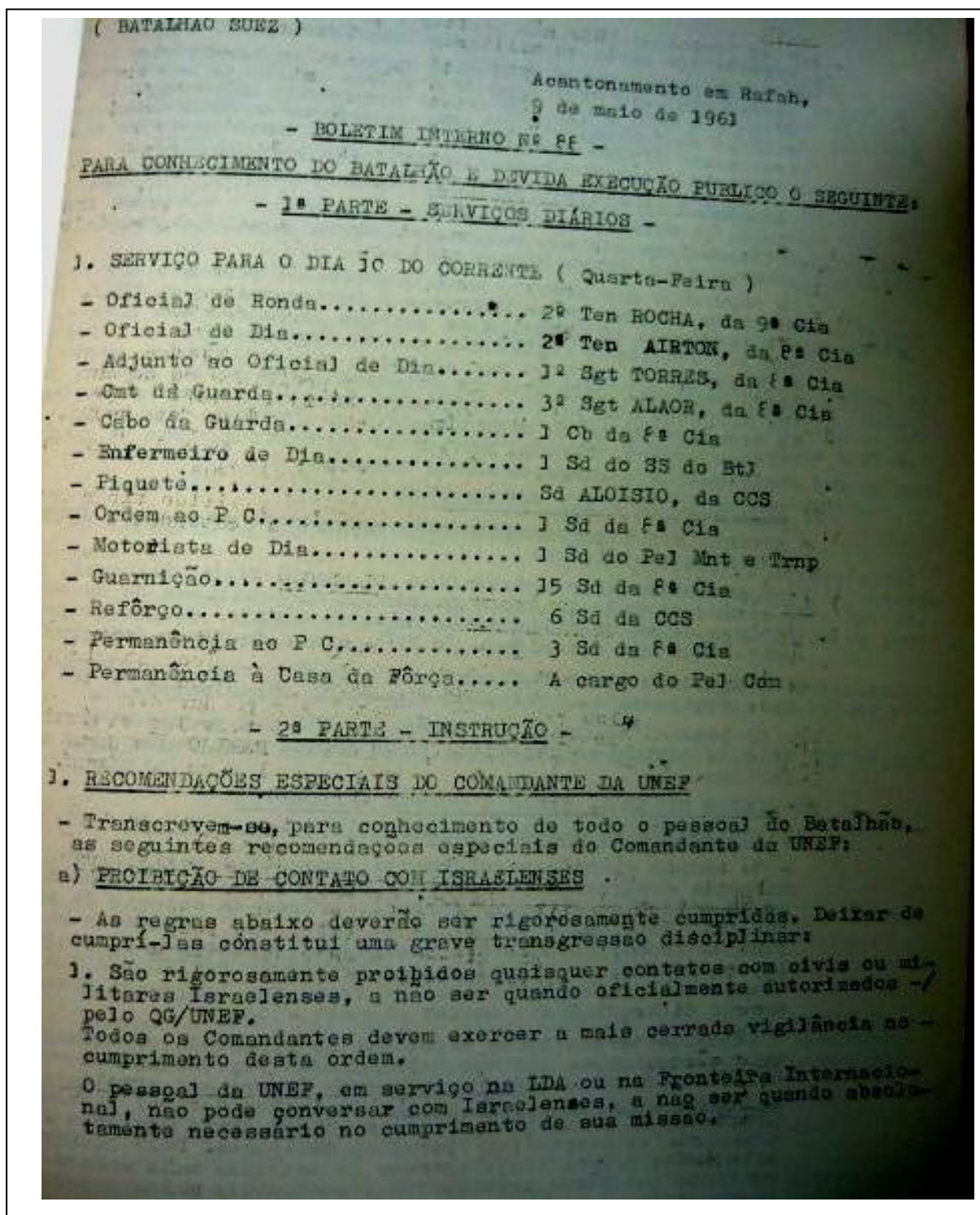
**Anexo B - Carta de um sargento enviada ao Presidente João Goulart
pedindo para ser incluído no contingente do Batalhão Suez**



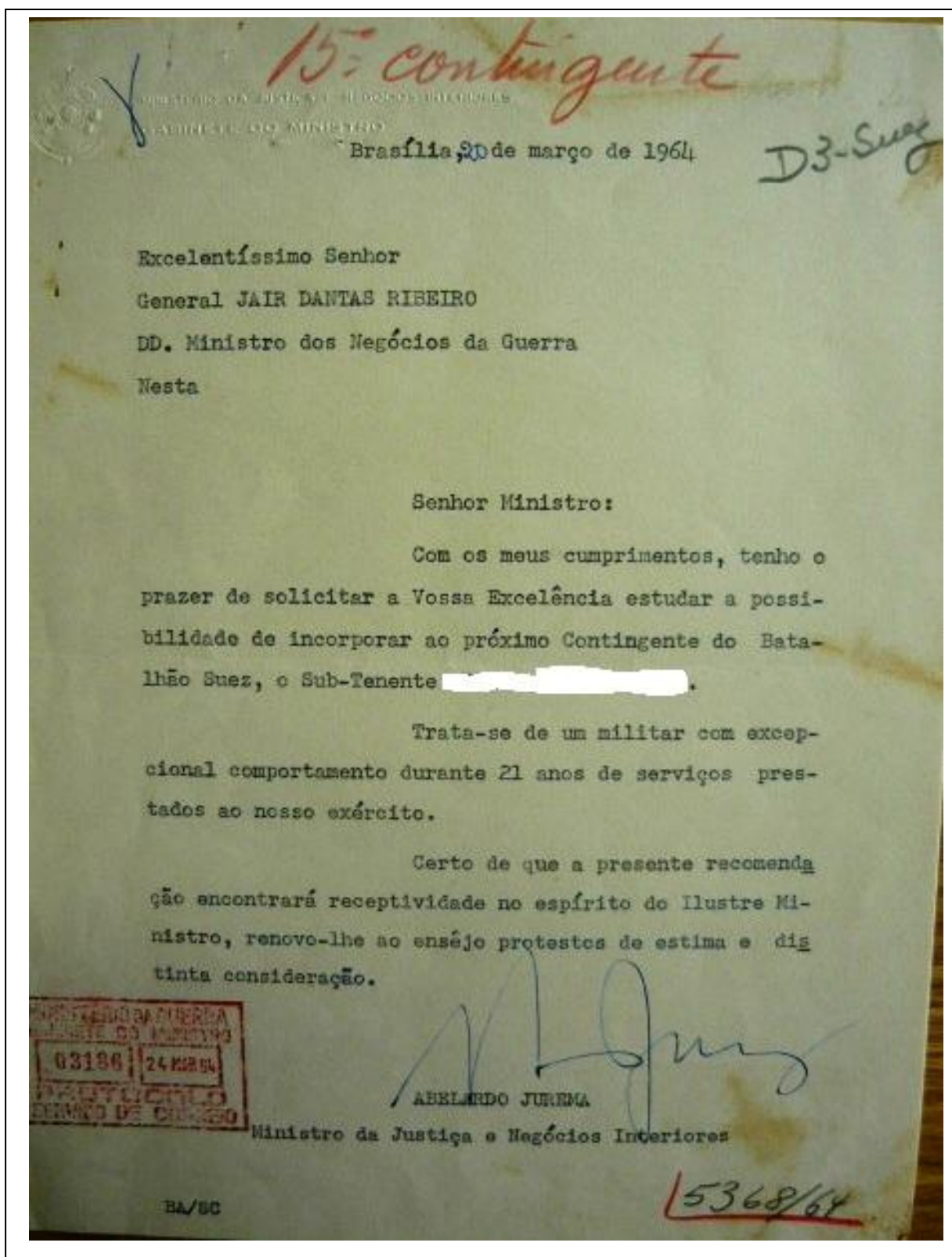
Anexo C – Carta de um soldado do 5º contingente solicitando a permanência no contingente do Batalhão Suez por mais seis meses.



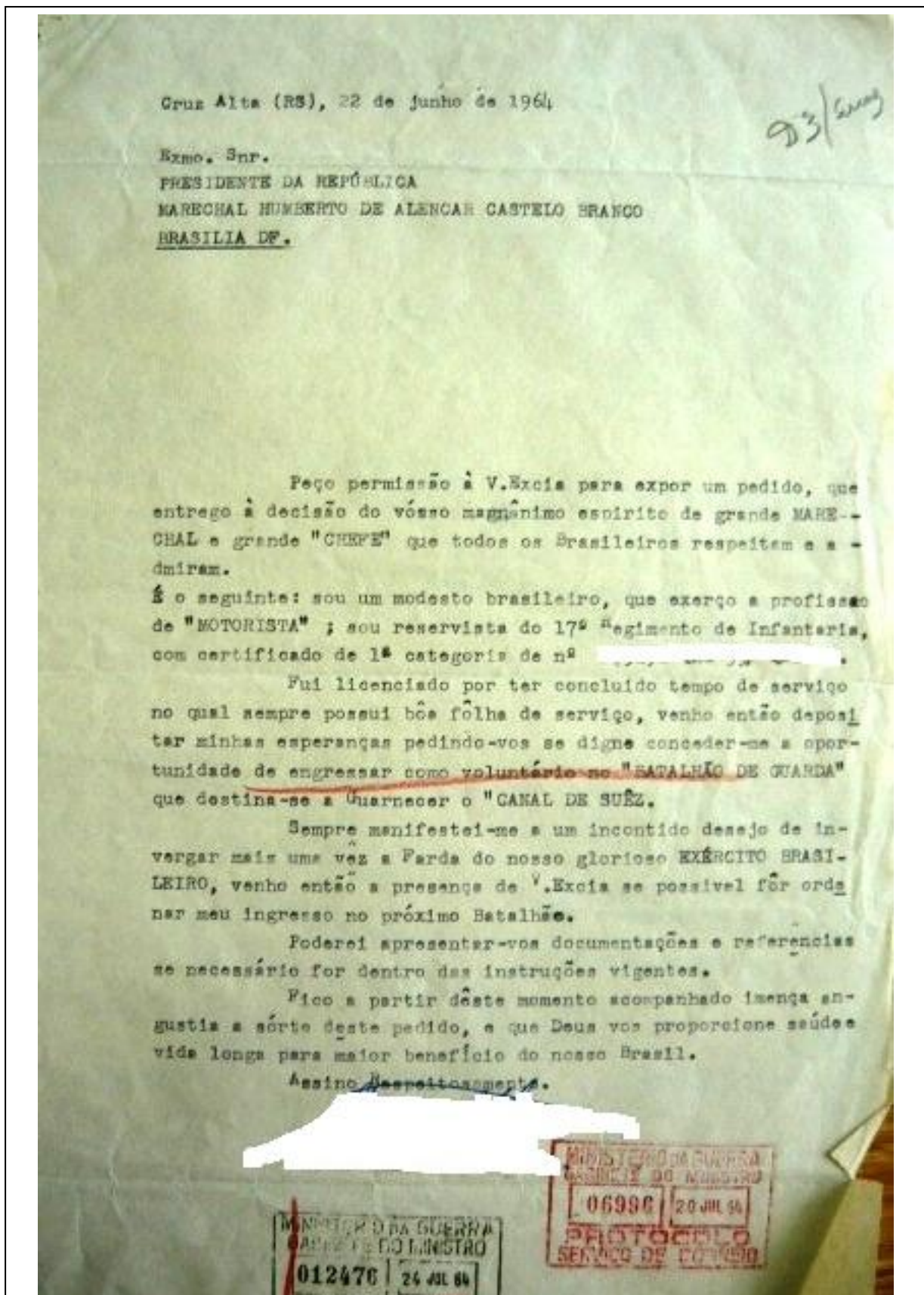
Anexo D – Boletim Interno transcrevendo as “recomendações especiais do comandante da UNEF referente à proibição de contato com israelenses.”



Anexo E – Correspondência de “recomendação” de um subtenente pelo
Ministro da Justiça ao Ministro da Guerra.



Anexo F – Correspondência de reservista enviada ao Presidente Castelo Branco solicitando a inclusão no Batalhão Suez.



Anexo G – Documento comunicando a descoberta de um cabo reservista que ingressou no Batalhão Suez pela segunda vez.

QUARTEL GENERAL DO I EXERCITO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SUEZ

PARTE Nº 2/SUEZ

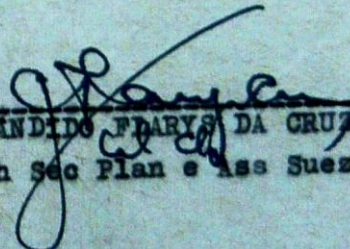
Rio de Janeiro, GB, 8 Mai 63

Do Ch Sec Plan e Ass Suez.

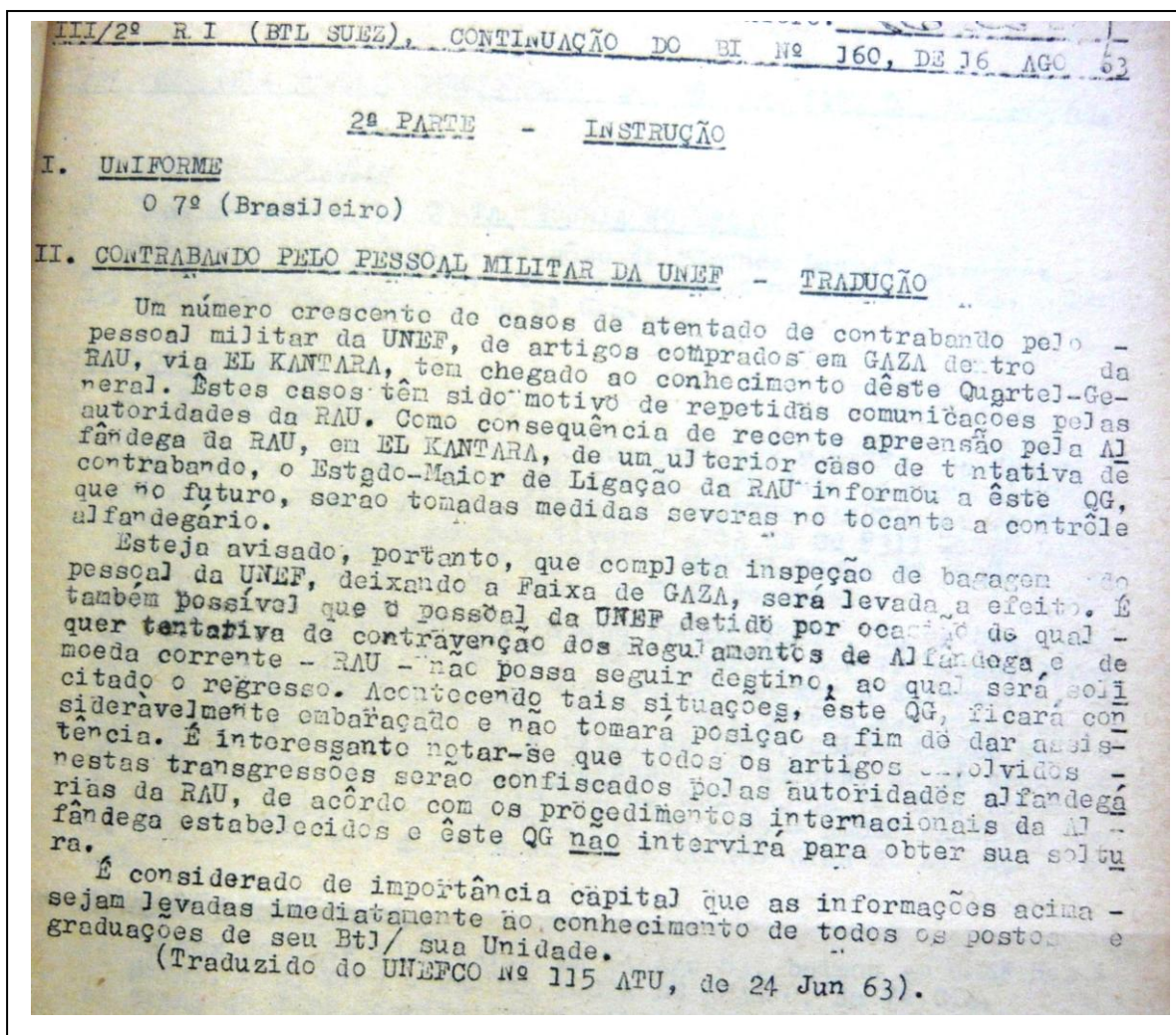
Ao Exmº Sr Ch Com Ass Suez.

Assunto:- Repetição de missão (Informa).

1. Não poucas vezes candidatos aos contingentes destinados a Suez que desejam lá retornar, insinuam que outros já o fizeram.
2. Agora um deles citou o nome de [REDACTED], sendo constatada a veracidade da denúncia.
3. Assim, informo a V Exa que o Cabo reservista [REDACTED], ingressou a primeira vez no 3º contingente, retornou posteriormente com o 11º possivelmente iludindo a Comissão de Seleção com outra via do seu certificado de reservista e sendo incorporado como soldado.


CÂNDIDO FRAYRE DA CRUZ
Cel Ch Sec Plan e Ass Suez I Ex

**Anexo H – Boletim Interno transcrevendo as recomendações do
comandante da UNEF referente ao contrabando de artigos comprados na
Faixa de Gaza.**



Anexo I – Boletim Interno do Batalhão publica o acidente fatal que vitimou o Sd Salvador, que caiu de uma pirâmide durante um passeio no Egito.

III/2ª R I (BTL SUEZ) CONTINUAÇÃO DO BI Nº 6º DE 1964 ABR 64.-

(TRADUÇÃO)

LAUC 234. URGENTE para Seção Pessoal Militar, SMSO, III/2ª R I. O soldado UNEF 47.197 ANTONIO SALVADOR DA SILVA, do Btl Suez sofreu às 1300 hs de 7 de Abril de 1964, um acidente fatal na pirâmide de QUEOPS, caindo de uma altura aproximada de 100 metros, falecendo instantaneamente.

Seu corpo acha-se recolhido à morgue do Hospital Victoria.

- Em consequência, excluo do estado efetivo do III/2ª R I e 9ª Cia por falecimento, o Sd nº 8101, ANTONIO SALVADOR DA SILVA, cujos sinais característicos são:

- ANTONIO SALVADOR DA SILVA, filho de Genarino Antonio da Silva e de Maria Antonia da Silva, natural do Estado do Rio Grande do Sul, município de P. Alegre, nascido a 18 Dez 43, com 1,68m de altura, cor branca, cab cast med, olhos cast med sem sinais particulares, reservista pelo 18ª R I, certificado de reservista nº 237.982, série C.- Identidade 3G-559.879.

III. ESPÓLIO DOS BENS DEIXADOS PELO SD Nº 8101 - ANTONIO SALVADOR DA SILVA, DA 9ª CIA - DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO

Designo o Cap EDGARD PEREIRA BARROSO, 1ª Ten PAULO HUGO KREBS e 2ª Ten JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS, todos da 9ª Cia Fzo, para em comissão sob a presidência do primeiro, fazerem o espólio dos bens deixados pelo Sd nº 8101 - ANTONIO SALVADOR DA SILVA, daquela Subunidade.

Anexo K – Fotografia da realização de uma missa na Fronteira Internacional.

